

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE DIREITO

DIOGO DE GOES BORGES

**A (IN)APLICABILIDADE DA PRISÃO CIVIL AO HERDEIRO DA OBRIGAÇÃO
ALIMENTAR INADIMPLENTE**

FLORIANÓPOLIS

2015

DIOGO DE GOES BORGES

**A (IN)APLICABILIDADE DA PRISÃO CIVIL AO HERDEIRO DA OBRIGAÇÃO
ALIMENTAR INADIMPLENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao
Curso de Graduação em Direito da
Universidade Federal de Santa Catarina, como
requisito à obtenção do título de Bacharel em
Direito. Orientadora: Prof. Ma. Renata Raupp
Gomes

FLORIANÓPOLIS

2015



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Aluno(a): **Diogo de Goes Borges**

RG: **46.530.328-6**

CPF: **310.091.758-82**

Matrícula: **11101489**

Título do TCC: **A (in)aplicabilidade da prisão civil ao herdeiro da
obrigação alimentar inadimplente**

Orientador(a): **Renata Raupp Gomes**

Eu, **Diogo de Goes Borges**, acima qualificado(a); venho, pelo presente termo,
assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico
apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 3 de Dezembro de 2015

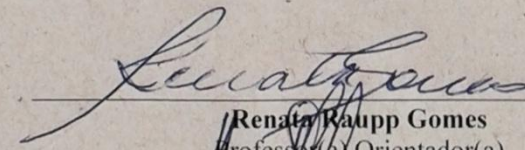
Diogo de Goes Borges

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

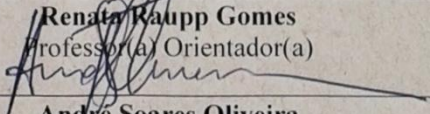
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "**A (in)aplicabilidade da prisão civil ao herdeiro da obrigação alimentar inadimplente**", elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Diogo de Goes Borges**, defendido em **03/12/2015** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10.0 (dez), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

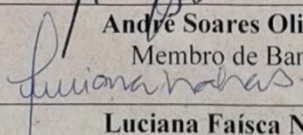
Florianópolis, 3 de Dezembro de 2015



Renata Raupp Gomes
Professor(a) Orientador(a)



André Soares Oliveira
Membro de Banca



Luciana Faísca Nahas
Membro de Banca

RESUMO

Esta monografia busca analisar a problemática da (in)aplicabilidade da prisão civil ao herdeiro da obrigação alimentar inadimplente. Para tanto, procede ao estudo do instituto alimentar e da sua importância à preservação da vida daqueles que se encontram em situação de necessidade. Todos têm direito a uma existência digna, em conformidade com os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, como educação, saúde, alimentação, moradia e lazer, e o instituto alimentar visa a possibilitar essa existência nos momentos em que o indivíduo não tem condições de promover a sua própria manutenção. Assim, face à relevância dos alimentos para a vida do alimentando e ao interesse público no cumprimento da obrigação alimentar, o ordenamento pátrio disponibilizou diversos mecanismos executórios da obrigação com o fim de reduzir ao máximo o seu inadimplemento. Um desses mecanismos é, justamente, a prisão civil do devedor, que tem o objetivo de impeli-lo ao cumprimento da obrigação, e configura única hipótese de prisão civil por dívida aceita no Brasil. Assim, a despeito da doutrina e jurisprudência dominantes, questiona-se a inaplicabilidade desse mecanismo ao herdeiro da obrigação alimentar inadimplente. O método de abordagem utilizado é o dedutivo, e os procedimentos instrumentais consistem em materiais bibliográficos, legislativos e jurisprudenciais. As pesquisas foram realizadas por meio de consultas a obras impressas e materiais disponíveis na rede mundial de computadores.

Palavras-chave: Direito de família. Direito das sucessões. Alimentos. Transmissibilidade. Obrigação alimentar. Prisão civil. Exceção constitucional. Herdeiro da obrigação alimentar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 DOS ALIMENTOS	9
1.1 CONCEITO	9
1.2 RELEVÂNCIA.....	10
1.3 BREVE HISTÓRICO NO BRASIL	12
1.3.1 Fase pré-codificada	12
1.3.2 Fase codificada.....	13
1.4 ESPÉCIES	14
1.4.1 Quanto à natureza: naturais ou civis	14
1.4.2 Quanto à causa jurídica: legítimos, voluntários ou indenizatórios.....	15
1.4.3 Quanto à finalidade: provisionais ou regulares	16
1.4.4 Quanto ao momento da prestação: futuros ou pretéritos	17
1.4.5 Quando à modalidade: próprios ou impróprios.....	17
1.5 CARACTERÍSTICAS.....	18
1.5.1 Pessoalidade	18
1.5.2 Incessibilidade.....	19
1.5.3 Imprenhorabilidade	19
1.5.4 Imcompensabilidade	20
1.5.5 Imprescritibilidade	20
1.5.6 Intransacionabilidade	21
1.5.7 Irretroatividade.....	21
1.5.8 Irrepetibilidade.....	22
1.5.9 Irenunciabilidade.....	23
2 DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR	24
2.1 CONCEITO	24
2.2 CARACTERÍSTICAS.....	24
2.2.1 Variabilidade.....	24
2.2.2 Periodicidade	25
2.2.3 Divisibilidade	25
2.2.4 Condicionalidade	26
2.2.5 Reciprocidade	26
2.2.6 Transmissibilidade	27
2.2.6.1 Código Civil de 1916	27
2.2.6.2 Lei nº 6.515/77 (Lei do Divórcio)	28
2.2.6.3 Código Civil de 2002	28
2.2.6.4 O caso do alimentando herdeiro	29
2.3 PRESSUPOSTOS.....	31
2.3.1 Objetivos.....	31
2.3.2 Subjetivos.....	32
2.4 ASPECTOS PROCESSUAIS.....	32
2.4.1 Ação de alimentos.....	33
2.4.2 Execução da obrigação alimentar.....	34
2.4.2.1 Desconto em folha.....	35
2.4.2.2 Expropriação de bens	36
2.4.2.3 Coação pessoal	36
2.4.3 Crime de abandono material	36
2.5 REVISÃO EXONERAÇÃO E EXTINÇÃO	37
2.5.1 Causas de extinção da obrigação.....	38
2.5.1.1 Morte do alimentando	38
2.5.1.2 Ausência do binômio possibilidade x necessidade.....	39

2.5.1.3 Casamento, união estável ou concubinato do alimentando	39
2.5.1.4 Procedimento indigno do alimentando	40
2.5.2 Necessidade da ação revisional ou exoneratória	40
3 DA PRISÃO CIVIL.....	41
3.1 HISTÓRICO CONSTITUCIONAL NO BRASIL	44
3.2 PRAZO MÁXIMO DA PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS.....	45
3.3 (IN)APLICABILIDADE DA PRISÃO CIVIL AO HERDEIRO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR.....	47
CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	57
ANEXO I – LEI Nº 5.478/68 (LEI DE ALIMENTOS).....	62
ANEXO II – ACÓRDÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 70007905524 (TJRS).....	67
ANEXO III – ACÓRDÃO NO HABEAS CORPUS Nº 70051744126 (TJRS)	73
ANEXO IV – ACÓRDÃO NO HABEAS CORPUS Nº 200730055941 (TJPA).....	77
ANEXO V – ACÓRDÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 70040732430 (TJRS).....	81
ANEXO VI – ACÓRDÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.0338.13.001958-5/001 (TJMG)	84
ANEXO VII – ACÓRDÃO NO HABEAS CORPUS Nº 4006314-30.2013.8.12.0000 (TJMS)	86
ANEXO VIII – ACÓRDÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2011.016672-8 (TJRN).....	90
ANEXO IX – ACÓRDÃO NO HABEAS CORPUS Nº 256793/RN (STJ).....	95

INTRODUÇÃO

Com o advento da Constituição Federal de 1988, o princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais, como educação, saúde, alimentação, moradia e lazer, passaram a ocupar um lugar de destaque no ordenamento jurídico brasileiro. O tema estudado encontra-se, estreitamente, ligado à viabilização desses direitos básicos àqueles que não possuem condições de promovê-los por conta própria. Essa viabilização ocorre por meio da prestação de alimentos, que tem o seu fundamento na solidariedade familiar, podendo os parentes, ex-cônjuges ou ex-companheiros pleiteá-los uns dos outros nos momentos de necessidade, conforme preceitua Código Civil de 2002.

No Brasil, a inauguração do instituto alimentar como norma positivada deu-se no Código Civil de 1916, o qual, apesar de prescrever alimentos aos parentes e ex-cônjuges necessitados, determinava a intransmissibilidade da obrigação aos herdeiros do devedor. Assim, com a morte do alimentante, a obrigação deixava de existir, ficando desamparado o alimentando, mesmo que o *de cujus* tivesse deixado patrimônio a ser partilhado entre os seus herdeiros.

Essa regra, que até então era implacável, foi minada pela Lei nº 6.515/1977 (Lei do Divórcio), a qual inovou ao trazer a transmissibilidade da obrigação alimentar decorrente de separação judicial, passando a ser admitida a sua transmissão aos herdeiros do cônjuge devedor nos limites da força da herança.

Face à polêmica e instabilidade instaladas pela regra da Lei do Divórcio, o Código Civil de 2002, dispôs, explicitamente, que a obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor. A partir de então, passou a ser transmissível não somente a obrigação alimentar oriunda da dissolução da sociedade conjugal, como, também, a obrigação alimentar decorrente de parentesco, ou seja, migrou-se da regra da intransmissibilidade para a da transmissibilidade.

Ressalta-se que o presente trabalho refere-se aos alimentos legais, ou seja, aqueles impostos por lei em virtude do vínculo familiar, os quais pertencem ao direito de família. Não encontram-se abarcados neste estudo, portanto, os alimentos voluntários (decorrentes de declaração de vontade) e os indenizatórios (resultantes da prática de ato ilícito), pertinentes ao direito das obrigações.

Destacando, ainda mais, a relevância do tema, nota-se o explícito interesse do Estado no cumprimento da obrigação alimentar, uma vez que o ordenamento pátrio abastou o alimentando com vários mecanismos de execução, visando a reduzir ao máximo a

inadimplência da obrigação. Entre eles, está a execução por coação pessoal, que se dá pela prisão civil do devedor e consiste no meio executório mais gravoso ao alimentante, uma vez que implica a restrição da sua liberdade de locomoção. Atualmente, é única hipótese de prisão civil por dívida aceita no Brasil.

A novidade trazida por esse estudo reside no fato de que, além de realizar-se a análise do conceito, relevância e características dos alimentos e da obrigação alimentar, bem como das mudanças sofridas por esta no tocante à sua transmissibilidade, far-se-á uma ponte reflexiva acerca da exceção constitucional à vedação de prisão civil por dívida no caso devedor de alimentos e a sua (in)aplicabilidade ao herdeiro da obrigação alimentar inadimplente.

Para tanto, o trabalho será desenvolvido ao longo de três capítulos: “Dos Alimentos”, “Da Obrigação Alimentar” e “Da Prisão Civil”.

No primeiro capítulo, buscar-se-á a construção de uma base teórica por meio da análise conceitual dos alimentos, da sua relevância à vida do ser humano e de como se deu a sua evolução no Brasil, além da verificação das suas espécies e características, visando-se a um melhor entendimento e desenvolvimento do tema.

O segundo capítulo será dedicado ao estudo da obrigação alimentar propriamente dita, entendendo-se o seu conceito, as suas características e os seus pressupostos objetivos e subjetivos. Também serão explorados os aspectos processuais da obrigação, passando-se desde a ação de alimentos e a sua execução até o crime de abandono material. Finalizando o capítulo, ponderar-se-á acerca da revisão, exoneração e extinção da obrigação alimentar.

No terceiro e derradeiro capítulo, ao qual espera-se chegar com base e contextualização suficientes à investigação do tema central deste trabalho, discorrer-se-á sobre a prisão civil, seu histórico constitucional no Brasil e seu prazo máximo de duração face ao disposto no Código de Processo Civil e na Lei 5.478/68 (Lei de Alimentos), bem como sobre a (in)aplicabilidade dessa prisão ao herdeiro da obrigação alimentar inadimplente.

O método de abordagem utilizado neste trabalho é o dedutivo, e os procedimentos instrumentais consistem em materiais bibliográficos, legislativos e jurisprudenciais.

1 DOS ALIMENTOS

1.1 CONCEITO

O ser humano, apesar do (aparente) domínio que exerce sobre a natureza, apresenta incontroversa fragilidade perante ela, como a dependência de alimentos para a sua própria vida. Assim, em se tratando de um ser social, deve poder contar com o seu próximo, ou com o Estado, nos momentos de necessidade.

Conforme observa Cahali (2013, p. 15):

O ser humano, por natureza, é carente desde a sua concepção; como tal, segue o seu fadário até o momento que lhe foi reservado como derradeiro; nessa dilação temporal, mais ou menos prolongada, a sua dependência dos alimentos é uma constante, posta como condição de vida.

Ressalta Venosa (2008, p. 347) que “o ser humano, desde o nascimento até sua morte, necessita de amparo de seus semelhantes e de bens essenciais ou necessários para a sobrevivência, realçando-se a necessidade de alimentos”.

O termo “alimentos” carrega significado muito mais abrangente do que se imagina popularmente. Possui, no campo do direito, uma significação de lato alcance, pois engloba tudo o que é necessário à vida: sustento, habitação, roupa e tratamento de moléstias (BEVILÁQUA, 1905, p. 535).

Ensina Costa (1966, p. 110) que a expressão alimentos “compreende não só os gêneros alimentícios, os materiais necessários a manter a dupla troca orgânica que constitui a vida vegetativa (cibaria), como também a habitação (habitatio), o vestuário (vestiarium), os remédios (corporis curandi impendia)”.

Nas palavras de Gonçalves (2013, p. 501):

O vocábulo “alimentos” tem conotação muito mais ampla do que na linguagem comum, não se limitando ao necessário para o sustento de uma pessoa. Nele se compreende não só a obrigação de prestá-los, como também conteúdo da obrigação a ser prestada. A aludida expressão tem, no campo do direito, uma acepção técnica de larga abrangência, compreendendo não só o indispensável ao sustento, como também o necessário à manutenção da condição social e moral do alimentando.

Complementa Gomes (2002, p. 427):

Alimentos são prestações para satisfação das necessidades vitais de quem não pode provê-las por si, em razão de idade avançada, enfermidade ou incapacidade, podendo abranger não só o necessário à vida, como a alimentação, a cura, o vestuário e a habitação, mas também outras necessidades, compreendidas as intelectuais e morais, variando conforme a posição social da pessoa necessitada.

Sinteticamente, alimentos são provimentos oferecidos a uma pessoa para o atendimento de suas necessidades, podendo ser em dinheiro ou em espécie (RODRIGUES,

2004, p. 374). Trata-se de termo aplicado, juridicamente, para estabelecer o conteúdo de uma pretensão ou de uma obrigação.

Cahali (2013, p. 15) define, ainda, alimentos como:

[...] tudo o que é necessário para satisfazer aos reclamos da vida; são as prestações com as quais podem ser satisfeitas as necessidades vitais de quem não pode provê-las por si; mais amplamente, é a contribuição periódica assegurada a alguém, por um título de direito, para exigi-la de outrem, como necessária à sua manutenção.

Em termos legais, o Código Civil deixou de precisar o conceito de alimentos entre os artigos 1.694 a 1.710, que discorrem, especificamente, sobre o tema. Apesar disso, dispondo sobre o legado de alimentos, trouxe no artigo 1.920: “O legado de alimentos abrange o sustento, a cura, o vestuário e a casa, enquanto o legatário viver, além da educação, se ele for menor” (VENOSA, 2008, p. 347).

Cahali (2013, p. 17) assinala que:

[...] inexistiu uma divergência substancial envolvendo as várias acepções da palavra “alimentos”, pois tudo se resolve na maior ou menor extensão das parcelas compreendidas na expressão, porém sem lhe alterar o conceito; variações essas que – sem pertinência na definição do instituto – interessam apenas na classificação segundo a sua natureza e na verificação dos pressupostos objetivos da pensão a ser prestada.

Dessarte, notável é a consonância entre os doutrinadores acerca do significado de alimentos. Apesar das múltiplas conceituações, todas apontam para uma mesma direção, complementando-se.

1.2 RELEVÂNCIA

A obrigação alimentar tem como base a solidariedade humana e financeira que deve existir dentro do grupo familiar (GONÇALVES, 2013, p. 502). Destaca Rizzardo (2011, p. 643) que “sem dúvida, cuida-se de um instituto básico no direito de família, considerado de ordem pública e protegido de modo especial pelo Estado, em razão do destaque que ocupa o grupo familiar dentro do ordenamento de qualquer sistema político”.

Conforme Monteiro e Silva (2010, p. 517):

A obrigação alimentar constitui estudo que interessa ao Estado, à sociedade e à família. Dessa relação jurídica, ocuparam-se os romanos, que a consideravam antes como *officium pietatis* que propriamente uma obrigação. Aliás, a linguagem dos romanos exprime o fundamento moral do instituto, que repousa no dever que toca aos parentes, sobretudo aos mais próximos, de se ajudarem mutuamente, nos casos de necessidade.

Assevera Bittar (1991, p. 252):

Relacionada ao direito à vida e no aspecto da subsistência, a obrigação alimentar é um dos principais efeitos que decorrem da relação de parentesco. Trata-se de dever,

imposto por lei aos parentes, de auxiliar-se mutuamente em necessidades derivadas de contingências desfavoráveis da existência. Fundada na moral (ideia da solidariedade familiar) e oriunda da esquematização romana (no denominado *officium pietatis*), a obrigação alimentar interliga parentes necessitados e capacitados na satisfação de exigências mínimas de subsistência digna, incluindo-se, em seu contexto, não só filhos, mas também pessoas outras do círculo familiar.

Assim, percebe-se a alta relevância social do tema, que demanda profundo cuidado e efetividade do Estado, uma vez que envolve a subsistência da pessoa, senão a sua própria vida (RIZZARDO, 2011, p. 643).

Monteiro e Silva (2010, p. 517) reconhecem que:

De fato, sobre a terra, o indivíduo tem inauferível direito de conservar a própria existência, a fim de realizar seu aperfeiçoamento moral e espiritual. O direito à existência é o primeiro dentre todos os direitos congênitos. Em regra, o indivíduo, sendo capaz, deve procurar atingir tal objetivo com os recursos materiais obtidos com o próprio esforço, com o próprio trabalho. Muitas vezes, entretanto, por idade avançada, doença, falta de trabalho ou qualquer incapacidade, vê-se ele impossibilitado de pessoalmente granjear os meios necessários à sua subsistência.

Ressalta-se que a Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu artigo 5º, inciso LXVII, veda, expressamente, a prisão civil por dívida “salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia”. A exceção em tela reflete, ainda mais, a importância dos alimentos no direito brasileiro, uma vez que revela a única hipótese de cabimento, na prática, da referida prisão.

Comenta Rodrigues (2004, p. 373):

A tendência moderna é a de impor ao Estado o dever de socorro dos necessitados, tarefa que ele se desincumbe, ou deve desincumbir-se, por meio de sua atividade assistencial. Mas, no intuito de aliviar-se desse encargo, ou na inviabilidade de cumpri-lo, o Estado transfere, por determinação legal, aos parentes, cônjuges ou companheiro do necessitado, cada vez que aqueles possam atender a tal incumbência.

Bem conclui Venosa (2008, p. 349) ao afirmar que:

Em linha fundamental, quem não pode prover a própria subsistência nem por isso deve ser relegado ao infortúnio. A pouca idade, a velhice, a doença, a falta de trabalho ou qualquer incapacidade pode colocar a pessoa em estado de necessidade alimentar. A sociedade deve prestar-lhe auxílio. O Estado designa em primeiro lugar os parentes para fazê-lo, aliviando em parte seu encargo social [...] Daí decorre, igualmente, o interesse público em matéria de alimentos. Como vemos, a obrigação alimentar interessa ao Estado, à sociedade e à família.

Portanto, todas as pessoas têm o direito básico a uma existência digna, e os alimentos foram a maneira encontrada de possibilitar essa existência nos momentos em que o indivíduo não tem condições de promover a sua própria manutenção. Daí decorre a magnitude do instituto. Não havendo qualquer pessoa (cônjuge ou ex-cônjuge, companheiro ou ex-companheiro, e os parentes) capaz de assumir o encargo sem prejuízo do seu próprio sustento, o Estado deve assumi-lo em decorrência do seu dever de socorro aos necessitados.

1.3 BREVE HISTÓRICO NO BRASIL

O conhecimento da história mostra-se importante para que se possa ter um suporte que possibilite o desenvolvimento de um pensamento mais completo e crítico sobre determinado assunto. Conhecendo a evolução de algo, pode-se compreender de maneira mais clara seus objetivos e sua verdadeira essência.

Assim, para uma melhor compreensão e desenvolvimento do tema, faz-se, a seguir, uma breve análise histórica da obrigação alimentar no Brasil, dividindo-a em duas fases principais: a pré e a pós-codificada.

1.3.1 Fase pré-codificada

Wolkmer (1999, p. 47) conta que o direito vigente no Brasil colonial consistia na “transferência da legislação portuguesa contida nas compilações de leis e costumes conhecidas como Ordenações Reais, que englobavam as Ordenações Afonsinas (1446), as Ordenações Manuelinas (1521) e as Ordenações Filipinas (1603)”.

Consta no Livro I, Título LXXXVIII, das Ordenações Filipinas:

Se alguns órfãos forem filhos de tais pessoas, que não devam ser dados por soldadas, o Juiz lhes ordenará o que lhes necessário for para seu mantimento, vestido, calçado, e tudo mais em cada um ano. E mandará escrever no inventário, para se levar em conta a seu Tutor, ou Curador. E mandará ensinar a ler e escrever aqueles, que forem para isso, até a idade de 12 anos. E daí em diante lhes ordenará sua vida e ensino, segundo a qualidade de suas pessoas e fazenda.

Assim, deu-se início à instituição de leis concernentes aos alimentos e à obrigação alimentar no Brasil. Trazendo para a linguagem atual, o citado trecho preceitua que os órfãos de pessoas que não trabalhavam a soldo, ou seja, que não eram assalariadas, tivessem providas suas necessidades básicas de sustento, vestuário e educação. Comenta Arruda que “a nitidez do trato jurídico dado aos alimentos já era inconteste e [...] a regência que lhes deram as Ordenações era muito semelhante à que se vê na atualidade”.

Outro documento de grande relevância acerca do tema foi o Assento de 9.4.1772, ao qual, posteriormente, foi dado *status* de lei por meio do Alvará de 29.8.1776. De acordo com seus escritos, cada indivíduo era responsável por seu próprio sustento, entretanto, “estabeleceu algumas exceções àquele princípio em certos casos de descendentes legítimos e ilegítimos; ascendentes, transversais, irmãos legítimos e irmãos ilegítimos, primos e outros consanguíneos legítimos, primos e outros consanguíneos ilegítimos” (CAHALI, 2013, p. 45).

1.3.2 Fase codificada

O advento do Código Civil de 1916 inaugurou a fase codificada dos alimentos no Brasil, tratando, por exemplo, dos alimentos indenizatórios em caso de homicídio (art. 1.537), do legado de alimentos (arts. 1.687, 1.690, 1.691, 1.694 e 1.696, parágrafo único), do parentesco (arts. 396 a 405) e da obrigação alimentar familiar decorrente do casamento, inserindo-a como dever de ambos os cônjuges, sob a forma de mútua assistência e sustento, guarda e educação dos filhos (art. 231, III e IV).

Pontua Cahali (2013, p. 46):

Tivemos, assim, o Dec.-lei 3.200, de 19.04.1941 (Lei de Proteção à Família), preconizando, em seu art. 7º, o desconto em folha da pensão alimentícia; [...] a Lei 968, de 10.12.1949, instituindo a tentativa de acordo nas causas de alimentos; a Lei 883, de 21.10.1949, cuidando de alimentos provisionais em favor do filho ilegítimo; a Lei 5.478, de 25.07.1968, que dispõe sobre a ação de alimentos; o Código de Processo Civil de 1973, que, em seus artigos 732 a 735, disciplina a execução da prestação alimentícia; e a Lei do Divórcio, que, confusamente, introduziu substanciais modificações em matéria de alimentos, com a alteração de diversos dispositivos da Lei 883, de 21.10.1949; [...] a Lei 8.560, de 29.12.1992, regulando a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento, previu, em seu art. 7º, a concessão, pela sentença de procedência da ação, de alimentos provisionais ou definitivos ao reconhecido que deles necessitasse; a Lei 8.648/1993, acrescentando parágrafo ao art. 399 do CC/1916, estabeleceu específico dever de ajuda e amparo em favor dos pais que, na velhice, carência ou enfermidade, ficaram sem condições de prover o próprio sustento.

Além disso, destacam-se as leis 8.971/94, a qual regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão e a 9.278/96, regulando o § 3º do artigo 226 da Constituição Federal e dispondo, também, acerca da obrigação alimentar entre conviventes.

Não obstante sua codificação, a matéria foi regulada de maneira demasiadamente difusa, implicando a geração de diversos conflitos, situação que reclamava a atualização e sistematização do instituto. Esperava-se que o novo Código Civil de 2002 se incumbisse de sanar esses problemas, mas não foi exatamente o que aconteceu.

Cahali (2013, p. 47) explica que isso acabou não ocorrendo “em decorrência do largo período de estagnação do anteprojeto e do projeto, intercalada a sua tramitação com uma gama de profundas inovações no plano da legislação da família” ou, até mesmo, “pela falta de uma visão de conjunto do nosso sistema jurídico por aqueles que assumiram a responsabilidade pela nova codificação”.

1.4 ESPÉCIES

Os alimentos podem ser classificados sob diferentes prismas, considerando-se critérios como natureza, causa jurídica, finalidade, momento da reclamação e modalidade da prestação. Seguindo os referidos critérios, passa-se às suas classificações.

1.4.1 Quanto à natureza: naturais ou civis

Os alimentos naturais, também denominados necessários, são aqueles que compreendem o indispensável à subsistência da pessoa, isto é, têm como escopo atender, exclusivamente, às suas necessidades básicas. Os alimentos civis, por sua vez, englobam não somente o necessário à subsistência, mas, também, necessidades de cunho moral e intelectual, como a educação e a recreação do alimentando, podendo ser chamados de alimentos cômputos.

Nas palavras de Cahali (2013, p.18):

Quando se pretende identificar como alimentos aquilo que é estritamente necessário para a manutenção da vida de uma pessoa, compreendendo tão somente a alimentação, a cura, o vestuário, a habitação, nos limites assim do *necessarium vitae*, diz-se que são alimentos naturais; todavia, se abrangentes de outras necessidades, intelectuais e morais, inclusive recreação do beneficiário, compreendendo assim o *necessarium personae* e fixados segundo a qualidade do alimentando e os deveres da pessoa obrigada, diz-se que são alimentos civis.

Na mesma linha, Gonçalves (2013, p. 503) afirma que os alimentos “naturais ou necessários restringem-se ao indispensável à satisfação das necessidades primárias da vida; os civis ou cômputos [...] destinam-se a manter a condição social, o status da família”.

Dessarte, conclui-se que os alimentos naturais proporcionam o desenvolvimento da vida fisiológica, enquanto os civis promovem a vida sociológica (DAIBERT, 1980, p. 359).

O Código Civil anterior não fazia diferenciação entre os alimentos naturais e os civis, tarefa que ficava a cargo da doutrina. O Código Civil de 2002, no entanto, reconhece essa diferença de maneira clara, dispondo no *caput* de seu artigo 1.694: “Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação”.

No § 2º do mesmo artigo traz que “os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia”.

Nota-se, assim, que o disposto no *caput* do artigo 1.694 diz respeito aos alimentos civis, ao passo que o § 2º desse artigo ocupa-se com os alimentos naturais.

1.4.2 Quanto à causa jurídica: legítimos, voluntários ou indenizatórios

De acordo com sua causa jurídica, os alimentos podem ser classificados em legítimos, voluntários ou indenizatórios. Os legítimos, também chamados de legais, são aqueles “impostos por lei em virtude do fato de existir entre as pessoas um vínculo de família; inserem-se, portanto, no âmbito familiar” (DINIZ, 2007, p. 554).

Cahali (2013, p. 20) esclarece:

Como legítimos, qualificam-se os alimentos devidos em virtude de uma obrigação legal; no sistema do nosso direito, são aqueles que se devem por direito de sangue (*ex iure sanguinis*), por um veículo de parentesco ou relação de natureza familiar, ou em decorrência do matrimônio; só os alimentos legítimos, assim chamados por derivarem *ex dispositione iuris*, inserem-se no direito de família.

Os alimentos voluntários, por sua vez, decorrem de uma declaração de vontade, que pode ser *inter vivos* ou *causa mortis*. O primeiro caso dá-se por meio de contrato, achando-se na seara do direito das obrigações, enquanto o segundo ocorre por disposição de última vontade e inclui-se no direito sucessório. Segundo Gonçalves (2013, p. 505), os alimentos voluntários:

[...] emanam de uma declaração de vontade *inter vivos*, como na obrigação assumida contratualmente por quem não tinha a obrigação legal de pagar alimentos, ou *causa mortis*, manifestada em testamento, em geral sob a forma de legado de alimentos, e prevista no art. 1.920 do Código Civil. Os primeiros pertencem ao direito das obrigações, chamados também de obrigacionais; os que derivam de declaração *causa mortis* pertencem ao direito das sucessões e são também chamados de testamentários.

Ainda sob o prisma de causa jurídica, os alimentos podem ser classificados em indenizatórios, ou ressarcitórios sinonimamente, e têm como objetivo indenizar a vítima de ato ilícito. Gonçalves (2013, p. 506) explica que os alimentos indenizatórios “resultam da prática de ato ilícito e constituem forma de indenização do dano ex delicto. Pertencem também ao direito das obrigações e são previstos nos arts. 948, II, e 950 do Código Civil”.

Conforme Gomes (2002, p. 437), “a indenização devida pelo que praticou ato ilícito pode consistir, por determinação legal, na prestação de alimentos, como ocorre, por exemplo, no caso de homicídio”.

O mencionado artigo 948 do Código Civil, por exemplo, dispõe em seu inciso II: “No caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações: II- na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima”.

Gonçalves (2013, p. 506) ressalta que:

Somente os alimentos legais ou legítimos pertencem ao direito de família. Assim a prisão civil pelo não pagamento de dívida de alimentos, permitida na Constituição

Federal (art. 5º, LXVII), somente pode ser decretada no caso dos alimentos previstos nos arts. 1.566, III, e 1.694 e s., do Código Civil, que constituem relação de direito de família, sendo inadmissível em caso de não pagamento dos alimentos indenizatórios (responsabilidade civil *ex delicto*) e dos voluntários (obrigacionais ou testamentários).

Portanto, observa-se que os alimentos encontram-se presentes nos campos do direito de família e do direito das obrigações, sendo, no primeiro caso, legítimos, e, no segundo, indenizatórios ou voluntários.

1.4.3 Quanto à finalidade: provisionais, provisórios ou definitivos

No conceito de Monteiro e Silva (2010, p. 548), “os alimentos provisionais e provisórios constituem medida preventiva, por via da qual o interessado reclama fornecimento de provisão alimentícia, até que se julgue o pedido de alimentos definitivos”.

A diferença entre eles é o meio processual pelo qual são requeridos, bem como o conteúdo que abrangem. Os alimentos provisionais são pleiteados por meio de ação cautelar antes do ajuizamento da ação principal ou durante o seu curso, abrangendo, além do necessário ao sustento, vestuário e habitação, os recursos para o custeio do processo, conforme o artigo 852, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Os alimentos provisórios, por sua vez, são requeridos na própria ação de alimentos, sendo possível sua concessão liminar, e seguem o procedimento especial previsto na Lei nº 5.478/68 (Lei de Alimentos), que não prevê as despesas com a lide.

Explica Rodrigues (2004, p. 391-392):

Alimentos provisionais, também chamados *ad litem*, são constituídos por prestação reclamada por um dos litigantes contra o outro, como preliminar em medida cautelar (incidente ou antecedente) nas ações de separação judicial, de divórcio, de anulação ou nulidade de casamento, de investigação de paternidade e de alimentos. Tais alimentos destinam-se a custear o feito e a manutenção do alimentário, durante a demanda.

[...]

Havendo, porém, prova pré-constituída da obrigação alimentar (como no casamento e na filiação presumida ou reconhecida), o alimentando também poderá valer-se da ação de alimentos pelo procedimento especial previsto na Lei n. 5.478/68. Por meio dela pode-se alcançar também de imediato a fixação de alimentos, aqui chamados de provisórios.

Já os alimentos definitivos, ou regulares, visam à manutenção do suplicante em caráter permanente, não estando condicionados à duração do processo, o que não impede sua revisão sempre que necessária. Diniz (2007, p. 553) afirma que são “estabelecidos pelo magistrado ou pelas partes (no caso de separação judicial consensual), com prestações periódicas, de caráter permanente, embora sujeitos à revisão (CC, art. 1.699)”.

1.4.4 Quanto ao momento da prestação: futuros ou pretéritos

Os alimentos futuros são os devidos após o ajuizamento da ação que os fixa, enquanto os pretéritos dizem respeito às prestações anteriores a essa ação, não sendo os segundos exigíveis no direito brasileiro.

No cotidiano jurídico, utiliza-se o termo “alimentos pretéritos” também para aqueles alimentos, já fixados em ação própria, devidos e não pagos há mais de três meses. Esses são exigíveis pelo rito do artigo 732 do Código de Processo Civil, como se verá nos próximos capítulos.

Venosa (2008, p. 353) lembra que “em nosso sistema, não são possíveis alimentos anteriores à citação, por força da Lei nº 5.478/68 (art. 13, § 2º). Se o necessitado bem ou mal sobreviveu até o ajuizamento da ação, o direito não lhe acoberta o passado”. Preceitua o mencionado artigo 13, § 2º: “Em qualquer caso, os alimentos fixados retroagem à data da citação”.

A grande valia dessa diferenciação reside na determinação do termo inicial dos alimentos, isto é, do momento a partir do qual passam a ser exigíveis.

1.4.5 Quando à modalidade: próprios ou impróprios

São chamados alimentos próprios aqueles prestados *in natura* ao alimentando, sob a forma de comida, remédios, roupas, hospedagem e demais itens necessários à sua subsistência, ou seja, “tem como conteúdo a prestação daquilo que é diretamente necessário à manutenção da pessoa” (CAHALI, 2013, p. 26).

Alimentos impróprios, por sua vez, consistem no pagamento periódico de determinada quantia ao alimentando para que este possa promover sua manutenção. Perfazem-se “mediante o fornecimento da prestação, sob forma de pensão, dos meios para obtenção do necessário à vida” (CAHALI, 2013, p. 27).

Dessarte, nota-se a fungibilidade existente entre as duas modalidades apresentadas. O artigo 1.701 do Código Civil traz em sua redação:

A pessoa obrigada a suprir alimentos poderá pensionar o alimentando, ou dar-lhe hospedagem e sustento, sem prejuízo do dever de prestar o necessário à sua educação, quando menor.

Parágrafo único. Compete ao juiz, se as circunstâncias o exigirem, fixar a forma do cumprimento da prestação.

Essa fungibilidade, contudo, não é irrestrita. O direito de escolha do alimentante não é absoluto, ressalvando-se ao juiz a análise de cada caso em particular. Assinalam Monteiro e Silva (2010, p. 547):

Se existe, por exemplo, situação de incompatibilidade entre alimentante e alimentado, não pode o juiz constranger o segundo a coabitar com o primeiro sob o mesmo teto. Tal convivência contribuiria certamente para o recrudescimento da incompatibilidade, convertendo-se em fonte de novos atritos.

O artigo 25 da Lei nº 5.478/68 (Lei de Alimentos) dispõe, ainda, que “a prestação não pecuniária estabelecida no art. 403 do Código Civil, só pode ser autorizada pelo juiz se a ela anuir o alimentado capaz”. O mencionado artigo 403 refere-se ao Código Civil de 1916, tratando da modalidade de prestação não pecuniária.

Santos (2003, p. 224) entende que essa regra continua em vigor mesmo com o Código Civil de 2002, uma vez que a Lei de Alimentos não foi revogada e que não há incompatibilidade entre o artigo 25 da referida Lei e o artigo 1.701 do atual Código.

Tem-se, assim, que, em se tratando de alimentando capaz, deve haver sua concordância para que os alimentos sejam prestados de forma não pecuniária. Em sendo incapaz, o juiz na alisar a compatibilidade entre a escolha do alimentante e o contexto fático apresentado, buscando atender da melhor maneira possível os interesses das partes, notadamente do alimentando incapaz face à sua vulnerabilidade.

1.5 CARACTERÍSTICAS

Até o presente momento, levou-se em consideração os alimentos de um modo geral, analisando-se o seu conceito, a sua relevância e as suas espécies. A partir daqui, foca-se nos alimentos legítimos, ou legais, isto é, nos alimentos referentes ao direito de família. Como visto anteriormente, são aqueles “impostos por lei em virtude do fato de existir entre as pessoas um vínculo de família; inserem-se, portanto, no âmbito familiar” (DINIZ, 2007, p. 554). Excluem-se, portanto, os alimentos voluntários (decorrentes de declaração de vontade) e os indenizatórios (resultantes da prática de ato ilícito), os quais pertencem ao direito das obrigações.

1.5.1 Pessoaalidade

O direito de alimentos é personalíssimo, ou seja, é vinculado à pessoa do alimentando. Venosa (2008, p. 354) ensina que “sua titularidade não se transfere, nem se cede a outrem. Embora de natureza pública, o direito é personalíssimo, pois visa preservar a vida do necessitado”.

Com o escopo de preservar a vida do indivíduo, considera-se direito pessoal no sentido de que sua titularidade não passa a outrem, seja por negócio jurídico ou por fato jurídico (GOMES 2002, p. 431).

Não se deve confundir com a obrigação de prestar alimentos, a qual diz respeito à pessoa do alimentante. Esta, sim, é transmissível, conforme preceitua o artigo 1.700 do Código Civil: “A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, na forma do art. 1.694”.

1.5.2 Incessibilidade

A incessibilidade do crédito alimentar decorre de sua pessoalidade. Como já visto, o direito de alimentos é vinculado à pessoa do alimentando, não podendo, assim, ser objeto de cessão. Gomes (2002, p. 432) explica que:

Outorgado, como é, a quem necessita de meios para subsistir, e, portanto, concedido para assegurar a sobrevivência de quem caiu em estado de miserabilidade, o direito à prestação de alimentos é, por definição e substância, intransferível. O titular não pode, sequer, ceder o crédito que obteve em razão de se terem reunido os pressupostos da obrigação alimentar, mas, se a prestação já estiver vencida, pode ser objeto de transação.

Ademais, o Código Civil dispõe, expressamente, em seu artigo 1.707: “Pode o credor não exercer, porém lhe é vedado renunciar o direito a alimentos, sendo o respectivo crédito **insuscetível de cessão, compensação ou penhora**” (grifou-se).

Contudo, ressalta Gonçalves (2013, p. 523) que “somente não pode ser cedido o direito a alimentos futuros. O crédito constituído por pensões alimentares vencidas é considerado um crédito comum, já integrado ao patrimônio do alimentante, que logrou sobreviver mesmo sem tê-lo recebido. Pode, assim, se cedido”.

1.5.3 Impenhorabilidade

Não é admissível que os alimentos sejam submetidos à penhora, pois consistem em direito que visa à subsistência do alimentando. Conforme Diniz (2007, p. 549), “é impenhorável em razão da finalidade do instituto, uma vez que se destina a prover a manutenção do necessitado, não pode, de modo algum, responder pelas suas dívidas, estando a pensão alimentícia isenta de penhora”.

No mesmo sentido, assevera Silva Pereira (2013, p. 576): “Destinando-se a prestação alimentar a prover a manutenção do alimentário, não responde pelas dívidas deste”.

Fundamentando esse pensamento, tem-se o supracitado artigo 1.707 do Código Civil, bem como o artigo 649, IV, do Código de Processo Civil, que afirma que “são absolutamente impenhoráveis: IV - os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, **pensões**, pecúlios e montepios; (grifou-se).

No entanto, lembra Gomes (2002, p. 433):

Pretendem alguns que a proteção legal não se estenda à totalidade do crédito, no pressuposto de que, prestados os alimentos civis, há sempre uma parte que não corresponde ao *necessarium vitae*. Admite-se, outrossim, que os alimentos são impenhoráveis no estado de crédito; a impenhorabilidade não acompanharia os bens em que foram convertidos. Sustenta-se, afinal, com fundamentos razoáveis, que a penhora pode recair sobre a soma de alimentos provenientes do recebimento de prestações atrasadas.

Não há regras que disciplinem especificamente tais situações, devendo o juiz orientar-se pelo princípio de que a impenhorabilidade é uma garantia instituída em função da finalidade do instituto.

1.5.4 Incompensabilidade

Justamente por serem indispensáveis à manutenção da pessoa, os alimentos não podem ser compensados com dívidas pessoais do credor. Se diferente fosse o entendimento, não teria sentido a determinação em pagar alimentos, que dizem respeito à própria vida (RIZZARDO, 2011, p. 653).

Assinala Cahali (2013, p. 87):

Ainda em razão do caráter personalíssimo do direito de alimentos, e tendo em vista que estes são concedidos para assegurar ao alimentando os meios indispensáveis à sua manutenção, afirma-se, como princípio geral, que o crédito alimentar não pode ser compensado; pretende-se, mesmo, que não se permita a compensação em virtude de um sentimento de humanidade e interesse público; nessas condições, se o devedor da pensão alimentícia se torna credor da pessoa alimentada, não pode opor-lhe, inobstante, o seu crédito, quando exigida aquela obrigação.

Percebe-se, assim, que o referido preceito, fundamentado no já citado artigo 1.707 do Código Civil, tem o objetivo de garantir a subsistência do alimentando, uma vez que a compensação da obrigação alimentar com outra colocaria em risco sua finalidade principal.

1.5.5 Imprescritibilidade

Não obstante as prestações alimentícias convencionadas ou arbitradas judicialmente possuam prazo prescricional de dois anos, o direito a alimentos é imprescritível. Assim sendo, o necessitado de alimentos está autorizado a pedi-los a qualquer tempo, bastando que estejam presentes os pressupostos da obrigação alimentar, os quais serão estudados mais adiante.

Silva Pereira (2013, p. 576) mostra que “o direito aos alimentos é imprescritível, ainda que por longo tempo não exercido, muito embora existissem os requisitos de sua reclamação. O art. 23 da Lei 5.478/1968 declarou expressamente que a prescrição só alcança as prestações mensais e não o direito a alimentos”.

Nas palavras de Venosa (2008, p. 357):

As prestações alimentícias prescrevem em dois anos pelo Código de 2002 (art. 206, § 2º). Esse prazo era de cinco anos no Código anterior (art. 178, § 10, I). O direito a alimentos, contudo, é imprescritível. A qualquer momento, na vida da pessoa, pode esta vir a necessitar de alimentos. A necessidade do momento rege o instituto e faz nascer o direito à ação (*actio nata*). Não se subordina, portanto, a um prazo de propositura. No entanto, uma vez fixado judicialmente o *quantum*, a partir de então inicia-se o lapso prescricional. A prescrição atinge paulatinamente cada prestação, à medida que cada uma delas vai atingindo o quinquênio, ou o biênio, a partir da vigência do Código de 2002.

Cahali lembra que nem sempre esse foi o entendimento adotado, uma vez que, antigamente, a ação para haver alimentos prescrevia em trinta anos, seguindo a regra geral do artigo 177 do Código Civil de 1916. “Hoje, porém, está definitivamente assentado que o direito a alimentos é imprescritível” (CAHALI, 2013, p. 94).

1.5.6 Intransacionabilidade

Outra característica do direito a alimentos é sua intransacionabilidade, ou seja, não é passível de transação. Justifica Cahali (2013, p. 92): “Da indisponibilidade do direito de alimentos, em direta conexão com a sua índole estritamente pessoal, resultam aqueles reflexos de ordem pública, que se inserem no fundamento e na finalidade do instituto e justificam a limitação da esfera de autonomia privada”.

Contudo, explica Venosa (2008, p. 357):

Assim como não se admite renúncia ao direito de alimentos, também não se admite transação. O *quantum* dos alimentos já devidos pode ser transigido, pois se trata de direito disponível. O direito, em si, não o é. O caráter personalíssimo desse direito afasta a transação. O art. 841 somente admite transação para os direitos patrimoniais de caráter privado. O direito a alimentos é direito privado, mas de caráter pessoal e com interesse público.

Portanto, o preceito da intransacionabilidade é aplicado apenas ao direito de pedir alimentos, sendo o *quantum* das prestações transacionável.

1.5.7 Irretroatividade

O propósito dos alimentos é a manutenção da vida da pessoa, ou seja, a satisfação de suas necessidades atuais e futuras. Por esse motivo, não podem ser pretendidos alimentos referentes a período anterior à propositura da ação. A Lei nº 5.478/68 (Lei de Alimentos) fixou a data da citação como termo inicial dos alimentos, dispondo no já citado artigo 13, § 2º, que “em qualquer caso, os alimentos fixados retroagem à data da citação”.

Monteiro e Silva (2010, p. 544) asseveram que:

Os alimentos objetivam a satisfação de necessidades atuais ou futuras e não as passadas (*in praeteritum non vivitur* ou *nemo vivit in praeteritum*). Têm eles finalidade prática, a subsistência da pessoa alimentada. Se esta, bem ou mal, logrou viver sem recorrer ao auxílio do alimentante, não pode pretender, desde que se resolveu a impetrá-lo, se lhe concedam alimentos relativos ao passado, já definitivamente transposto. A pensão alimentícia, em hipótese alguma, poderá ser subministrada para período anterior à propositura da ação, não se atendendo, portanto, às necessidades passadas. Alimentos são *ad futurum*, não *ad praeteritum*. Alimentos atrasados só são devidos se fundados em convenção, testamento ou ato ilícito, quer dizer, por título estranho ao direito de família.

Deve-se ter em mente que a tratada irretroatividade diz respeito a alimentos anteriores à ação, isto é, alimentos ainda não fixados. Situação diferente é a da pessoa que já teve os alimentos concedidos, mas, apesar disso, sofre com a inadimplência do alimentante. Como se viu anteriormente, a pensão alimentícia possui prazo prescricional de dois anos, podendo o alimentando exigir o adimplemento das prestações atrasadas dentro do referido prazo.

1.5.8 Irrepetibilidade

Os alimentos são irrepetíveis, ou seja, irrestituíveis. Isso significa que, após prestados ao alimentando, não pode ser exigida sua devolução, sendo regra aplicável, inclusive, às hipóteses de alimentos provisionais ou provisórios de demandas com desfecho improcedente ao beneficiário.

Pontes de Miranda (1947, p. 218) ensina que “os alimentos recebidos não se restituem, ainda que o alimentário venha a decair da ação na mesma instância, ou em grau de recurso: *Alimenta decernuntur, nec teneri ad restitutionem praedictorum alimentorum, in casu quo victus fuerit*”.

Sobre o tema, Gonçalves (2013, p. 526) esclarece:

É que a obrigação de prestá-los constitui matéria de ordem pública, e só nos casos legais pode ser afastada, devendo subsistir até decisão final em contrário. Mesmo que a ação venha a ser julgada improcedente, não cabe a restituição dos alimentos provisórios ou provisionais. Quem pagou alimentos, pagou uma dívida, não se tratando de simples antecipação ou empréstimo.

Contudo, a presente característica não é absoluta e admite exceção nos casos de dolo na obtenção dos alimentos ou de erro em seu pagamento. Nas palavras de Diniz (2007, p. 550):

Em caso de dolo, p. ex., de ex-cônjuge que oculta novo casamento, haverá devolução por configurar enriquecimento indevido e gerar responsabilidade por perdas e danos. E, também, na hipótese de erro no pagamento de alimentos, caberá, no dizer de Arnaldo Wald, sua restituição. Assim, quem fornecer alimentos na crença de que os devia, poderá exigir a devolução de seu valor ao terceiro, que era o verdadeiro devedor da prestação.

Nota-se que, nos casos de erro no pagamento, é admitida a restituição dos alimentos, sendo necessária, porém, a prova de que a obrigação pertencia a terceiro, uma vez que a

restituição deve ser exigida deste e não do alimentando (WALD, 1981, apud CAHALI, 2013, p. 109).

Outrossim, se, porventura, os alimentos forem prestados em quantia superior à fixada, é permitida a sua compensação nas prestações vincendas, a fim de que não se configure enriquecimento indevido do alimentando.

1.5.9 Irrenunciabilidade

Acerca da irrenunciabilidade do direito a alimentos, Dantas (1991, p. 332) explica que:

Como não se pode renunciar à própria vida, também não se pode renunciar ao direito aos alimentos, uma decorrência lógica do primeiro. Pode-se, sim, renunciar temporariamente ao direito aos alimentos, de modo que, embora se recusando hoje uma prestação alimentar e outra amanhã, sempre se está em condições de, a qualquer momento, retomar o exercício do direito de exigir alimentos dos parentes que o devem.

No mesmo sentido, o entendimento de Rizzardo (2011, p. 650):

O direito a alimentos não é suscetível de renúncia ou cessão. Mesmo que às pessoas se reconheça a absoluta liberdade, e que sejam elas capazes, não é admitida a renúncia ao direito, ou qualquer outra forma de disposição. E nem poderia ser diferente, pois os alimentos têm importância vital, significando a própria garantia à vida.

O artigo 1.707 do Código Civil dispõe que “pode o credor não exercer, porém **lhe é vedado renunciar o direito a alimentos**, sendo o respectivo crédito insuscetível de cessão, compensação ou penhora” (grifou-se). Também, o artigo 23 da já citada Lei de Alimentos afirma que o direito a alimentos “embora irrenunciável, pode ser provisoriamente dispensado”.

Assim, percebe-se que a lei é clara e o entendimento é pacífico no sentido de que o direito a alimentos é irrenunciável, podendo tão somente não ser exercido, desde que a pessoa tenha a faculdade de e recorrer a ele no momento em que necessitar.

Analizados, neste primeiro capítulo, o conceito, a relevância, o histórico brasileiro, as espécies e as características dos alimentos, passa-se ao estudo da obrigação alimentar propriamente dita.

2 DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

2.1 CONCEITO

Como visto anteriormente, alimentos são (CAHALI, 2013, p. 15):

[...] tudo o que é necessário para satisfazer aos reclamos da vida; são as prestações com as quais podem ser satisfeitas as necessidades vitais de quem não pode provê-las por si; mais amplamente, é a contribuição periódica assegurada a alguém, por um título de direito, para exigi-la de outrem, como necessária à sua manutenção.

A obrigação alimentar, por sua, vez, consiste no dever do alimentante de fornecer alimentos ao alimentando. Em outras palavras, os alimentos são o conteúdo da prestação, e a obrigação alimentar é o dever de prestação.

Além disso, os alimentos estão vinculados à pessoa do alimentando, enquanto a obrigação alimentar acha-se ligada ao alimentante.

2.2 CARACTERÍSTICAS

Assim como os alimentos possuem suas características, a obrigação alimentar também possui seus aspectos definidores, sendo ela variável, periódica, divisível, condicional, recíproca e transmissível.

2.2.1 Variabilidade

Tanto alimentante como alimentado estão sujeitos a mudanças em sua condição financeira e em suas necessidades, motivo pelo qual a prestação alimentar não é imutável. Pelo contrário, pode e deve ser modificada conforme a situação das partes.

Nos dizeres de Venosa (2008, p. 357): “A pensão alimentícia é variável, segundo as circunstâncias dos envolvidos na época do pagamento. Modificadas as situações econômicas e as necessidades das partes, deve ser alterado o montante da prestação, podendo ocorrer sua extinção”.

Para tanto, as partes podem propor uma ação revisional de alimentos, a fim de que o *quantum* seja majorado, reduzido ou, até mesmo, seja extinta a obrigação.

Assevera Rizzardo (2011, p. 658):

A revisão encontra por fundamento o princípio de que os alimentos devem ser proporcionais às necessidades do alimentário e às possibilidades do fornecedor da pensão. Por isso, ordena a lei que se tenha sensibilidade às mutações econômicas que a todos atingem, tornando a pensão alimentícia variável (isto é, ela pode aumentar ou diminuir conforme a situação econômica do credor e os recursos do devedor), e intermitente (o que equivale a afirmar que a pensão pode extinguir-se e renascer posteriormente).

Não deixando qualquer dúvida quanto à referida mutabilidade, preceitua o artigo 1.699 do Código Civil: “Se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo”.

2.2.2 Periodicidade

Segundo Cahali (2013, p. 115):

A obrigação alimentar, quando não cumprida sob a forma de acolhimento na casa, hospedagem e sustento do alimentando, se cumpre sob a forma de uma quantia em dinheiro, em gêneros ou por meio de rendimento de bens, conforme as circunstâncias. Se o primeiro modo de serem supridos os alimentos caracteriza-se pela continuidade, o segundo modo – aliás, o mais frequente – efetua-se em parcelas representadas pela pensão alimentar; a própria palavra pensão supõe prestações periódicas.

Assim, considerando a finalidade do instituto e visando à eficácia do provimento da manutenção do alimentando, os alimentos devem ser prestados periodicamente. Significa dizer que não podem ser pagos com referência a longos períodos, tampouco podem ser pagos em uma única parcela. A periodicidade mais comum é a mensal, podendo ser bimestral, trimestral ou, até mesmo, quinzenal.

Dessa forma, impede-se que o alimentando sem habilidades de administração gaste, precocemente, todo o valor percebido e entre, novamente, em estado de necessidade.

2.2.3 Divisibilidade

Discorrendo sobre o tema, Gonçalves (2013, p. 515) afirma que a obrigação alimentar “é também divisível, e não solidária, porque a solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes (CC, art. 264). Não havendo texto legal impondo a solidariedade, é ela divisível, isto é, conjunta. Cada devedor responde por sua quota-parte”.

Prescreve o artigo 1.698 do Código Civil:

Se o parente, que deve alimentos em primeiro lugar, não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato; sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos, e, intentada ação contra uma delas, poderão as demais ser chamadas a integrar a lide.

Por essa razão, devem figurar no polo passivo da ação de alimentos todos os obrigados, a fim de que sejam definidas as quotas-parte, conforme a capacidade econômica de cada um. Se apenas um deles for demandado, os alimentos serão fixados de acordo com sua respectiva quota, ou seja, o alimentando não receberá os alimentos em sua integralidade.

2.2.4 Condicionalidade

A obrigação alimentar é condicional, o que significa dizer que o seu surgimento depende da ocorrência de determinados requisitos ou pressupostos. A partir do momento em que deixam de existir as condicionantes, também deixa de existir a obrigação. Ensina Gonçalves (2013, p. 521):

Diz-se que a obrigação de prestar alimentos é condicional porque a sua eficácia está subordinada a uma condição resolutiva. Somente subsiste tal encargo enquanto perduram os pressupostos objetivos de sua existência, representados pelo binômio necessidade-possibilidade, extinguindo-se no momento em que qualquer deles desaparece.

Nesse sentido, dispõe o artigo 1.694, § 1º, do Código Civil que “os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada”. Assim, em se falando de obrigação alimentar, deve-se levar sempre em conta o binômio necessidade-possibilidade, seja durante ou após a fixação dos alimentos.

Se a situação econômica do alimentando sofre mudanças, de modo que ele possa propiciar a sua manutenção sem o auxílio do alimentante, ou, ainda, se sobrevém ao alimentante situação desfavorável, que impeça o fornecimento dos alimentos sem prejuízo de seu próprio sustento, extingue-se a obrigação. Para tanto, necessário o ajuizamento de ação revisional ou exoneratória da obrigação.

2.2.5 Reciprocidade

A reciprocidade da obrigação alimentar está positivada no artigo 1.696 do Código Civil: “O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaiando a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros”.

Quanto à reciprocidade entre cônjuges e companheiros, esta encontra fundamento no artigo 1.694 do Código: “Podem os parentes, os **cônjuges ou companheiros** pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação” (grifou-se).

Na lição de Pontes de Miranda (1947, p. 214):

A obrigação à prestação de alimentos é recíproca no direito brasileiro, uma vez que se estende em toda a linha reta entre ascendentes e descendentes, e na colateral entre os irmãos, que são parentes recíprocos por sua natureza. E é razoável que assim seja. Se o pai, o avô, o bisavô, têm o dever de sustentar aquele a quem deram vida, injusto seria que o filho, neto ou bisneto, abastado, não fosse obrigado a alimentar o seu ascendente incapaz de manter-se.

Portanto, nada impede que a posição de alimentante e alimentando se inverta, recaiando a obrigação de prestar alimentos sobre aquele que um dia os recebeu. Para que isso ocorra,

obviamente, é necessário que haja, também, a inversão da situação econômica das partes, ou seja, o empobrecimento do alimentante e o enriquecimento do alimentado.

2.2.6 Transmissibilidade

A transmissibilidade da obrigação alimentar merece especial atenção, uma vez que o seu entendimento é requisito fundamental para a análise do tema central deste trabalho, a (in)aplicabilidade da prisão civil ao herdeiro da obrigação alimentar inadimplente. Ademais, a característica em tela sofreu importantes mudanças nas últimas décadas, passando da regra da intransmissibilidade para a regra da transmissibilidade.

2.2.6.1 Código Civil de 1916

O artigo 402 do Código Civil de 1916 prescrevia que “a obrigação de prestar alimentos não se transmite aos herdeiros do devedor”, de modo que a morte do alimentante era causa extintiva da obrigação. Contudo, não se deve confundir a extinção da obrigação com a extinção das prestações vencidas e não pagas até a morte do alimentante, pois, já à época do antigo Código, entendia-se que estas entravam na classe das dívidas que oneravam a herança. Cahali (2013, p. 53) explica que:

[...] o que se transmitia (art. 1.796 do CC/1916; art. 1997 do CC/2002) aos herdeiros não era a obrigação de prestar alimentos propriamente dita, mas a de pagar as prestações atrasadas; esvaídas estas do caráter de prestação de alimentos, transfiguradas em dívida comum, que deixou de ser paga no devido tempo, o crédito do alimentário entrava no passivo da herança como obrigação do espólio, devendo ser satisfeito pelos herdeiros, exigível como qualquer outro; tanto que, assumindo o caráter de uma dívida comum, que deixou de ser paga, somente poderia ser cobrada por ação ordinária, já não mais desfrutando do privilégio próprio da pensão alimentar, que exigiria solução mais pronta.

Assim, o entendimento era pacífico no sentido de que não se transmitia a obrigação alimentar aos herdeiros, sem prejuízo, porém, da exigibilidade da dívida alimentar pré-existente à morte do alimentante. Nas palavras de Gischkow Pereira (1978, p. 30), “o Direito brasileiro repousava tranquilo e imperturbável sobre o axioma da intransmissibilidade. O art. 402 do CC, impávido, esmagava qualquer tentativa de reação, por mais tímido que fosse seu esboço”.

2.2.6.2 Lei nº 6.515/77 (Lei do Divórcio)

A harmonia existente acerca do tema findou-se com o advento da Lei nº 6.515/1977 (Lei do Divórcio), a qual inovou ao trazer, em seu artigo 23, que “a obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, na forma do art. 1.796 do Código Civil” (de 1916; artigo 1.997 do CC/2002). A aplicação desse dispositivo restringia-se aos alimentos decorrentes de separação judicial, uma vez que se encontrava inserido no capítulo de dissolução da sociedade conjugal, passando a ser admitida a transmissão da obrigação aos herdeiros do cônjuge devedor nos limites da força da herança (GONÇALVES, 2013, p. 512).

Claramente, houve profunda discussão e relutância por parte de diversos doutrinadores em aceitar a transmissibilidade da obrigação alimentar, mesmo que apenas nos casos de alimentos provenientes de separação judicial. Levenhagen (1978, p. 173), por exemplo, asseverava: “Radical e injustificável foi a inovação trazida, nessa parte (art. 23), pela lei, que extinguiu o caráter de obrigação personalíssima sempre reconhecido pelo nosso direito”. Pinheiro (1978, p. 47), por sua vez, afirmava: “O dispositivo colide frontalmente com a redação do art. 402 do Código Civil. Ora, a obrigação alimentar é personalíssima, extinguindo-se pela morte do devedor de alimentos”.

2.2.6.3 Código Civil de 2002

Face à controvérsia instalada durante anos pelo artigo 23 da Lei do Divórcio, quanto à transmissibilidade da obrigação alimentar aos herdeiros do devedor no caso de separação judicial, o Código Civil de 2002, dispôs, explicitamente, em seu artigo 1.700: “A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, na forma do art. 1.694”.

A partir de então, passou a ser transmissível não somente a obrigação alimentar oriunda da dissolução da sociedade conjugal, mas, também, a obrigação alimentar decorrente de parentesco, prevista no artigo 1.694 do atual Código Civil. Comenta Cahali (2013, p. 79):

Esvazia-se a polêmica instaurada no direito anterior, quanto a se pretender que a transmissibilidade da obrigação alimentar prevista no art. 23 da Lei do Divórcio teria caráter excepcional com vistas exclusivamente aos alimentos devidos em razão da dissolução da sociedade conjugal. Em condições tais, legitima-se para reclamar alimentos dos herdeiros do falecido alimentante o cônjuge supérstite, ou ex-cônjuge, a ex-companheira, os filhos e os demais parentes enunciados no art. 1.696 do CC/2002.

Diniz (2007, p. 543) confirma a transmissão, pois “o art. 1.700 do Código Civil prescreve que o credor de alimentos (parente, cônjuge ou companheiro) pode reclamá-los de quem estiver obrigado a pagá-los, podendo exigi-los dos herdeiros do devedor, se este falecer, porque a estes se transmite o dever de cumprir a obrigação alimentar”.

No exemplo de Vailati (2004, p. 61):

Se um irmão presta alimentos a outro e o alimentante falece, os herdeiros dele continuam obrigados a continuar pagando-os, ainda que o alimentando não tenha legitimidade para requerê-los diretamente aos herdeiros do autor da herança. Outrossim, no caso de o ex-cônjuge, já novamente casado, mas sem ascendentes e descendentes, que paga pensão à ex-esposa, falecer, sua herdeira será a tual esposa, para quem será transmitida a obrigação alimentícia referente à ex-esposa.

A inovação trazida pelo artigo 1.700 do Código Civil é atual e absolutamente razoável, pois os alimentos têm o objetivo fundamental de garantir a vida do alimentando, devendo sua sobrevivência prevalecer sobre o direito dos herdeiros à herança (VAILATI, 2004, p. 61).

Necessário tecer três esclarecimentos acerca dessa característica:

Primeiro, a obrigação alimentar é transmissível somente no tocante ao alimentante, ou seja, quem deve prestar os alimentos. O direito do alimentando continua sendo intransmissível, o que significa dizer que sua morte não dá direito a outra pessoa de receber os alimentos em seu lugar.

Segundo, a transmissibilidade da obrigação se dá até o limite das forças da herança, o que significa dizer que o patrimônio pessoal dos herdeiros não será afetado. Isso porque, explica Venosa (2008, p. 370), “embora o dispositivo em berlinda fale em transmissão aos herdeiros, essa transmissão é ao espólio. É a herança, o monte-mor que recebe o encargo”.

Terceiro, tanto no direito anterior como no atual, não há dissonância no entendimento em relação às pensões vencidas e não pagas pelo alimentante em vida, as quais integram o passivo da herança como uma dívida comum.

Lima (2002, p. 229) registra, ainda, que “o artigo 1.700 está situado no livro atinente ao direito de família, em subtítulo dedicado aos alimentos entre parentes, cônjuges e companheiros, e que há clara referência ao artigo 1.694”, tratando-se, assim, dos alimentos do direito de família, que são a base deste trabalho.

2.2.6.4 O caso do alimentando herdeiro

O Código Civil de 2002 adotou a transmissibilidade da obrigação alimentar em seu artigo 1.700. Contudo, tem gerado muitas dúvidas o caso do alimentando que também é herdeiro do alimentante falecido. Alguns autores defendem que, nesse caso, a obrigação não se transmite aos demais herdeiros, devendo ser extinta pela ausência de necessidade do alimentando, uma vez que também receberá parte da herança.

Segundo Venosa (2008, p. 371), “se o alimentando é herdeiro do falecido, do mesmo modo não subsiste razão para que persista o direito a alimentos após a morte do autor da herança”.

Na mesma linha, Rodrigues (2004, p. 387) afirma que havendo “vínculo sucessório entre o obrigado e o alimentando, a justificar a cessação da prestação por recebimento da herança”.

O egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul assim entendeu:

ALIMENTOS. RESPONSABILIDADE DO ESPÓLIO. TRANSMISSIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO. Configurados os pressupostos necessidade-possibilidade, cabível a estipulação dos alimentos. Isso nos remete ao tema da transmissibilidade da obrigação alimentar, agora tornada inquestionável pelo artigo 1.700 do Código Civil. E não se diga que a transmissão se restringe apenas às parcelas eventualmente vencidas, deixando de abranger as vincendas. É que, em primeiro lugar, esse dispositivo legal refere-se a “obrigação” e não a “dívidas”, o que, por si só, deve bastar. Há mais, porém. É que interpretá-lo como abrangendo apenas eventuais parcelas inadimplidas até o ensejo da morte do devedor de alimentos é tornar a regra inteiramente vazia, pelo simples fato de que o artigo 1.997 do CC já torna o Espólio responsável pelo pagamento das dívidas do falecido, não havendo, portanto, necessidade de que a mesma disposição constasse em local diverso. Por isso, e não podendo entender-se que a lei contém palavras inúteis, é evidente que o art. 1.700 determina a transmissão da obrigação, abrangendo parcelas que se vençam inclusive após o óbito do devedor, como no caso. LIMITE DA OBRIGAÇÃO. **É certo que o apelante, como filho que é do autor da herança, é também seu herdeiro, em igualdade de condições com os demais descendentes. Logo, mais cedo ou mais tarde lhe serão atribuídos bens na partilha que se realizará no inventário recém iniciado. Nesse contexto, os alimentos subsistirão apenas enquanto não se consumir a partilha, pois, a partir desse momento desaparecerá, sem dúvida, a necessidade do alimentado.** PROVERAM. UNÂNIME.

(TJ-RS, Relator: Des. Luiz Felipe Brasil Santos, Data de Julgamento: 22/12/2004, Sétima Câmara Cível) – grifou-se.

No entanto, recomenda-se muita cautela nessa análise, pois, a depender do tamanho da herança e da quantidade de herdeiros, não obrigatoriamente será ilidida a necessidade do alimentando.

Ademais, nada impede que do *quantum* alimentar a ser prestado seja descontada a parte que seria paga pelo alimentando, uma vez que não irá pagar para si mesmo, restando aos demais herdeiros adimplirem a obrigação de acordo com a sua cota-parte. Ainda, caso a herança recebida pelo alimentando seja suficiente para diminuir ou afastar a sua necessidade, poderão os outros herdeiros propor a pertinente ação revisional a fim de reduzir o valor dos alimentos ou, até mesmo, extinguir a obrigação.

2.3 PRESSUPOSTOS

2.3.1 Objetivos

Segundo Diniz (2007, p. 540-543), são pressupostos objetivos da obrigação alimentar: a) a existência de vínculo de parentesco, conjugal ou de companheirismo; b) necessidade do alimentando; c) possibilidade econômica do alimentante; e d) proporcionalidade na sua fixação.

O primeiro pressuposto decorre do artigo 1.694 do Código Civil, o qual preceitua que “podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação”, estabelecendo, assim, os tipos de relação entre alimentante e alimentando que podem dar ensejo à obrigação alimentar.

A obrigação em razão do vínculo de parentesco baseia-se na solidariedade que deve existir dentro do grupo familiar, traduzida em dever recíproco de socorro. Na hipótese de obrigação devida em virtude de vínculo conjugal, apesar de o ex-cônjuge não ser considerado parente, prevalece o dever legal de mútua assistência. Da mesma maneira ocorre com o(a) ex-companheiro(a), no caso de união estável.

Do artigo 1.695 do Código, depreende-se os dois pressupostos seguintes, isto é, a necessidade do alimentando e a possibilidade econômica do alimentante, que, juntos, formam o conhecido binômio necessidade x possibilidade. Dispõe o referido artigo: “São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento”.

Rodrigues (2004, p. 383) ressalta que:

Para nascer o direito de pedir alimentos, mister se faz que o alimentário não possa prover, pelo seu trabalho, a própria manutenção. Assim, se quem os pede tem emprego que lhe proporciona o suficiente para manter-se; ou se não trabalha porque prefere o ócio, tratando-se de pessoa válida que, se quisesse, obteria colocação; ou se se cogita de indivíduo cujos bens seriam capazes de proporcionar renda bastante para a sobrevivência do dono, em todas essas hipóteses deve pedido de alimentos ser indeferido. Por outro lado, se a questão diz respeito à pessoa idosa ou doente que não pode trabalhar, ou mesmo se se trata de indivíduo válido que não consegue arranjar emprego, em virtude de crise que torna escassa as colocações, então o pedido de alimentos pode ser atendido.

Por fim, o pressuposto da proporcionalidade consiste na análise do binômio supramencionado, devendo ser buscado o equilíbrio entre eles, de modo que seja considerado tanto o poder econômico do alimentante como o grau de necessidade do alimentando. Esse

pressuposto encontra-se positivado no § 1º do artigo 1.694: “Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada”.

Assinala Rodrigues (2004, p. 384) que “a regra é vaga e representa apenas um standart jurídico. Assim, abre ao juiz um extenso campo de ação, capaz de possibilitar o enquadramento dos mais variados casos individuais”.

2.3.2 Subjetivos

Os pressupostos subjetivos dizem respeito aos sujeitos da obrigação alimentar, ou seja, quem deve prestar alimentos e quem pode reclamá-los. Em verdade, essas pessoas já foram reveladas no tópico anterior, enquanto se analisavam os pressupostos objetivos da obrigação. São elas os parentes, cônjuges e companheiros(as), conforme elencou o legislador no artigo 1.694 do Código Civil.

No entanto, prescrevem os artigos 1.696 e 1.697, respectivamente, que “o direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaiando a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros” e que “na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais”. Esclarece Gonçalves (2013, p. 546):

Somente quatro classes de parentes são, pois, obrigadas à prestação de alimentos, em ordem preferencial, formando uma verdadeira hierarquia no parentesco: a) pais e filhos, reciprocamente; b) na falta destes, os ascendentes, na ordem de sua proximidade; c) os descendentes, na ordem da sucessão; d) os irmãos, unilaterais ou bilaterais, sem distinção ou preferência. Os demais parentes, consequentemente, não se acham sujeitos ao encargo familiar.

Portanto, faz-se necessária uma interpretação conjunta do artigo 1.694 com os artigos 1.696 e 1.697, a fim de que se especifique quem são os referidos parentes, uma vez que a obrigação não recai sobre todos indefinidamente.

2.4 ASPECTOS PROCESSUAIS

Gonçalves (2013, p. 555) enumera os meios com os quais o alimentante pode contar para exigir o seu direito a alimentos e assegurar o cumprimento da obrigação alimentar:

a) ação de alimentos, para reclamá-los (Lei n. 5.478/68); b) execução por quantia certa (CPC, art. 732); c) penhora em vencimento de magistrados, professores e funcionários públicos, soldo de militares e salários em geral, inclusive subsídios de parlamentares (CPC, art. 649, IV); d) desconto em folha de pagamento da pessoa obrigada (CPC, art. 734); e) reserva de aluguéis de prédios do alimentante (Lei n. 5.478/68, art. 17); f) entrega ao cônjuge, mensalmente, para assegurar o pagamento de alimentos provisórios (Lei n. 5.478/68, art. 4º, parágrafo único), de parte da renda líquida dos bens comuns, administrados pelo devedor, se o regime de casamento for o da comunhão universal de bens; g) constituição de garantia real ou fidejussória e de usufruto (Lei n. 6.515/77, art. 21); h) prisão do devedor (Lei n. 5.478/68, art. 21; CPC, art. 733).

Nota-se que são disponibilizadas ao alimentando diversas ferramentas a fim de dar eficácia à prestação alimentar e, por conseguinte, atingir o desiderato do instituto, qual seja o de garantir a sobrevivência do alimentando. Neste trabalho, ater-se-á à ação de alimentos propriamente dita e aos principais meios executórios da obrigação de prestar alimentos – o desconto em folha de pagamento, a execução por quantia certa (expropriação) e a prisão do devedor (coação pessoal).

2.4.1 Ação de alimentos

A ação de alimentos é o mecanismo pelo qual o interessado pleiteia os alimentos de que necessita para sobreviver. Trata-se de ação que compete a uma pessoa para exigir de outra, em razão de parentesco, casamento ou união estável, os recursos de que necessita para subsistência, na impossibilidade de prover por si o próprio sustento (COVELLO, 1994, p. 27).

Na definição de Cahali (2013, p. 527), “a ação de alimentos é o meio processual específico posto à disposição daquele que, por vínculo de parentesco ou pelo matrimônio (agora também por união estável), tem o direito de reclamar, de outrem, o pagamento de pensão”.

Acerca do rito procedimental da ação de alimentos, Venosa (2008, p. 372) explica:

A ação de alimentos disciplinada pela Lei nº 5.478/68 tem rito procedimental sumário especial, mais célere que o sumário; uma espécie de sumaríssimo, como o dos Juizados Especiais, e destina-se àqueles casos em que não há necessidade de provar a legitimação ativa do alimentando [...]. Quando a paternidade ou maternidade, o parentesco, em geral, não está definido, o rito deve ser ordinário, cumulando o pedido de investigação com o pedido de alimentos.

No mesmo sentido, Rizzardo (2011, p. 721) afirma que o procedimento sumário especial da Lei nº 5.478 (Lei de Alimentos) “requer a situação da filiação perfeitamente definida. Com a petição inicial, deverá a postulante trazer a certidão de nascimento, ou de casamento, de modo a não ensejar dúvida quanto à titularidade do direito”.

Ressalta-se que, mesmo que a ação tramite pelo procedimento ordinário, no qual a regra geral de competência remete ao domicílio do réu, “com o propósito de beneficiar o alimentando, que por definição é a parte mais fraca na lide, altera-se a regra geral de competência, para permitir que a ação seja proposta no domicílio do autor, e não do réu (CPC, art. 100, II)” (RODRIGUES, 2004, p. 389).

De um jeito ou de outro, a ação própria para requerer o benefício é a ação de alimentos, alterando-se apenas o rito procedimental que norteará a tramitação do processo. Completa Silva Pereira (2013, p. 613):

Na forma do art. 100 do Código de Processo Civil, o foro competente para a ação de alimentos é o do domicílio do alimentando, mantendo-se a mesma regra para a hipótese de oferta de alimentos por parte do devedor. Também será competente o domicílio do alimentando na hipótese de ação revisional de alimentos, sendo aconselhável que a demanda seja distribuída ao juízo por onde tramitou o processo da primeira delas.

A respeito da legitimidade ativa da ação, Venosa (2008, p. 373) leciona: “A ação pode ser ajuizada pelo interessado, por seu representante legal e pelo Ministério Público. Cabe ao Ministério Público intentar a ação em favor de menores de 18 anos, sempre que se fizer necessário, nos termos do art. 201, III, do Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Esclarece-se que além da possibilidade de o Ministério Público figurar no polo ativo da ação, conforme a hipótese acima mencionada, sua atuação como fiscal da lei é fundamental em todos os casos de alimentos. Destaca Cahali (2013, p. 543):

[...] a não intervenção do Ministério Público, na ação de alimentos, é causa de nulidade do processo: a Lei de Alimentos exige a presença do representante do Ministério Público, sem distinção entre os casos em que haja interesse de menores e incapazes e os em que as partes sejam maiores e capazes – tal intervenção se faz necessária mesmo na fase de execução, e ainda que se trate de ação ordinária de alimentos (pedido formulado pelo filho ilegítimo com o reconhecimento *incidenter tantum* da paternidade alimentar, ou cumulado com investigatória da paternidade; pedido da ex-esposa de revisão da cláusula de renúncia de alimentos inserta no desquite (separação) amigável; como também na revisional e na exoneratória.

Vale lembrar, ainda, que, embora o prazo prescricional para exigir as prestações já vencidas seja de dois anos, o direito a alimentos é imprescritível, isto é, pode ser suscitado a qualquer momento, bastando que sejam cumpridos os pressupostos estudados anteriormente.

Registra-se, por fim que a referida Lei nº 5.478/68 (Lei de Alimentos) “será expressamente revogada quando entrar em vigor o Estatuto das Famílias, que apresenta exaustiva parte processual. Essa nova lei busca maior facilidade na execução e maior coercibilidade” (VENOSA, 2008, p. 372).

2.4.2 Execução da obrigação alimentar

Em virtude da alta relevância dos alimentos e do explícito interesse público no cumprimento da obrigação alimentar, o ordenamento pátrio abastou o alimentando com vários mecanismos de execução, visando a reduzir ao máximo a inadimplência da obrigação.

Conforme bem observa Assis (2004, p. 147):

Foi pródiga a disciplina legal em relação aos meios executórios da obrigação de prestar alimentos. Três mecanismos tutelam a obrigação alimentar: o desconto (art. 734 do CPC), a expropriação (art. 646) e a coação pessoal (art. 733). O legislador expressou, na abundância da terapia executiva, o interesse público prevalente da rápida realização forçada do crédito alimentar.

Nas palavras de Rodrigues (2004, p. 390): “Tendo em vista o interesse do Estado no cumprimento da prestação alimentícia, que visa atender a uma necessidade atual e inadiável do alimentário, o legislador mune este último de meios executórios de grande eficácia”.

2.4.2.1 Desconto em folha

Preceitua o artigo 734 do Código de Processo Civil: “Quando o devedor for funcionário público, militar, diretor ou gerente de empresa, bem como empregado sujeito à legislação do trabalho, o juiz mandará descontar em folha de pagamento a importância da prestação alimentícia”.

Este meio executório consiste no desconto mensal do débito alimentar diretamente na folha de pagamento do alimentante. É o meio que se mostra mais efetivo ao alimentando e menos gravoso ao alimentante, uma vez que não implica a restrição da liberdade deste, como ocorre no caso da prisão civil, nem indisponibiliza os seus bens, como veículos e imóveis, para serem adjudicados ou alienados.

Quanto à eficiência do mecanismo, Rodrigues (2004, p. 390) afirma:

Quando se trata de empregado estável, ou com grande tempo de serviço, a providência se revela altamente eficiente, pois o devedor decerto não desertará o emprego, para fugir ao pagamento da pensão. Além disso, desde o momento em que recebe a comunicação, o patrão se torna responsável pela pensão, caso deixe de fazer o desconto devido.

O desconto deve incidir sobre os vencimentos ou salários líquidos do alimentante, não incidindo sobre os encargos obrigatórios. Caso o alimentante se aposente ou venha a falecer, o desconto passará a ser realizado pela “entidade previdenciária”. Portanto, o empregador somente realiza o referido desconto enquanto houver relação empregatícia entre ele e o alimentante (CAHALI, 2013, p. 703-704).

Assis (2004, p. 163), por sua vez, chama a atenção ao fato de que, devido:

[...] ao êxito e à simplicidade do mecanismo do desconto, o art. 16 da Lei 5.478/68 conferiu-lhe total prioridade, sobrepondo-o, inclusive à coação pessoal. Compete ao credor socorrer-se primeiro dessa modalidade executiva, para só então, frustra ou inútil por razões práticas – por exemplo: desemprego do alimentante –, cogitar de outros expedientes.

“Assim, se o devedor for funcionário público, militar ou empregado sujeito à legislação do trabalho, a primeira opção será pelo desconto em folha de pagamento do valor da prestação alimentícia” (GONÇALVES, 2013, p. 568).

2.4.2.2 Expropriação de bens

A execução da prestação alimentar por meio da expropriação de bens encontra o seu fundamento no artigo 732 do Código de Processo Civil, o qual prescreve que “a execução de sentença, que condena ao pagamento de prestação alimentícia, far-se-á conforme o disposto no Capítulo IV deste Título”.

O referido capítulo tem seu início no artigo 646 do Código e disciplina, justamente, a execução por quantia certa contra devedor solvente, que objetiva a expropriação de bens para o adimplemento da dívida. Para tanto, “o devedor responde, para o cumprimento de suas obrigações, com todos os seus bens presentes e futuros, salvo as restrições estabelecidas em lei” (artigo 591).

A expropriação pode apresentar-se de quatro maneiras distintas: a) adjudicação, na qual o devedor perde a propriedade do bem, que é transferida ao credor; b) alienação por iniciativa particular, na qual o credor tenta encontrar possível comprador para o bem penhorado; c) alienação em hasta pública, na qual é realizado leilão com o bem, que é alienado pelo melhor lance, desde que não configure valor vil; ou d) usufruto do bem, no qual o devedor continua sendo proprietário do bem, mas este fica em usufruto do credor, que pode utilizá-lo e beneficiar-se de seus frutos e rendimentos durante determinado período de tempo.

Rizzardo (2011, p. 757) lembra que “no incidente de defesa, não cabe ilidir a pretensão sustentando a impossibilidade, ou o desemprego, ou a ocorrência de males e doenças etc., eis que o crédito se realizará através da expropriação de bens”, não obstante tais justificativas sejam aceitas para evitar a coação pessoal, isto é, a prisão do devedor.

2.4.2.3 Coação pessoal

A coação pessoal dá-se pela prisão civil do devedor e consiste no meio executório mais gravoso ao alimentante, uma vez que implica a restrição da sua liberdade de locomoção. Esse tópico será desenvolvido no capítulo 3, pois integra o ponto-chave deste trabalho: a (in)aplicabilidade da prisão civil ao herdeiro da obrigação alimentar inadimplente.

2.4.3 Crime de abandono material

Além dos meios com os quais o alimentante pode contar para reclamar e executar os alimentos, também pode suscitar o crime de abandono material ao alimentante que se furta de sua obrigação. Silva Pereira (2013, p. 619) esclarece que:

A Lei nº 5.478/68, derogando o Código Penal, deu nova redação ao seu art. 244 para definir como delito punível, com pena de detenção de um a quatro anos, deixar de prover à subsistência do cônjuge ou de filho menor de 18 anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 anos, não lhes proporcionando os recursos necessários, ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada.

Na mesma linha, Diniz (2007, p. 568) mostra que “o Código Penal, art. 244, com redação dada pelo art. 21 da Lei n. 5.478, prevê pena de detenção de 1 a 4 anos e multa de 1 a 10 vezes o maior salário mínimo vigente no Brasil àquele que, sem justa causa, deixar de prestar alimentos; trata-se do crime de abandono material”.

Assim, o legislador não só disponibilizou diversos mecanismos ao alimentante para evitar o sucesso daquele que, sem justo motivo, deixa de fornecer alimentos ao seu dependente, como tornou crime essa grave omissão.

2.5 REVISÃO, EXONERAÇÃO E EXTINÇÃO

A sentença que fixa os alimentos transita em julgado formalmente, mas não materialmente, o que significa dizer que pode ser revista sempre que for necessário. Isso porque trata-se de sentença dispositiva, que regula uma relação jurídica continuativa.

Prevê o artigo 471 do Código de Processo Civil que “nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide, salvo: I- se, tratando-se de relação jurídica continuativa, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito; caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença”.

Não poderia ser diferente, uma vez que, para a fixação do *quantum* alimentar, deve ser considerado o binômio possibilidade do alimentante x necessidade do alimentando, e esse binômio é passível de sofrer mudanças a qualquer momento, variando conforme a situação das partes. Explica Gonçalves (2013, p. 563):

Sendo variáveis, em razão de diversas circunstâncias, os pressupostos objetivos da obrigação de prestar alimentos – necessidade do reclamante e possibilidade da pessoa obrigada –, permite a lei que, neste caso, se proceda à alteração da pensão, mediante ação revisional ou de exoneração, pois toda decisão ou convenção a respeito de alimentos traz ínsita a cláusula *rebus sic stantibus*.

Nesse sentido, o artigo 1.699 do Código Civil dispõe que, “se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo”.

Assevera Porto (1991, p. 95):

[...] a possibilidade jurídica de alteração da pensão alimentar repousa em uma questão de fato, representada pelas oscilações da vida, mais precisamente na

flutuação econômica decorrente da realidade nacional. Assim, se há um empobrecimento do obrigado ou um enriquecimento do alimentando, ocorre uma modificação de fortuna e, por conseguinte, as bases anteriormente ajustadas merecem ser revistas, para diminuição ou exoneração, eis que fica esta revisão também dentro dos parâmetros necessários de um, possibilidade de outro.

Exemplifica Rizzardo (2011, p. 736):

Múltiplos os fatores determinantes da revisão ou alteração. Mais comum verificarem-se causas como as seguintes: o aparecimento de novos filhos do alimentante; a modificação do salário; o surgimento de doenças; o aumento das despesas dos filhos, como com o ingresso em escolas superiores; o desemprego; e outras razões, que impedem a permanência do valor que vinha sendo pago.

[...]

Tanto se alteram as situações econômicas que o pedido revisional poderá ir da simples revisão propriamente dita até a completa exoneração.

Assim, se o alimentante vem a perceber uma renda mais alta do que a que percebia à época em que foram fixados os alimentos, sua possibilidade de prestar alimentos também aumenta, podendo o alimentando pleitear a majoração do *quantum* fixado. Por outro lado, se o alimentante encontra-se em situação desfavorável, sofrendo diminuição em sua capacidade econômica, pode ele requerer a redução ou, até mesmo, a exoneração do encargo alimentar. Além disso, as modificações ocorridas nas necessidades do alimentando, elevando ou reduzindo seu custo de vida, também servem de base ao pedido de revisão dos alimentos.

2.5.1 Causas de extinção da obrigação

Após a análise das situações que podem dar ensejo à revisão da obrigação alimentar, passa-se às suas causas de extinção.

A fim de facilitar a compreensão, Rizzardo (2011, p. 740) esclarece que “extinção e exoneração na prática se equivalem. No sentido jurídico, este último termo tem maior emprego quando há a impossibilidade econômica em dar alimentos, ou desaparece a necessidade de recebê-los.

2.5.1.1 Morte do alimentando

Em virtude do caráter personalíssimo do direito a alimentos, a obrigação alimentar extingue-se com a morte do alimentando, não podendo outra pessoa recebê-los em seu lugar. Uma vez que o objetivo do instituto é garantir a manutenção do alimentando, não há razão para que a obrigação permaneça após a sua morte, muito embora “o óbito do devedor de alimentos, decorrentes de parentesco, de casamento ou união estável, fará com que, convém repetir, haja transmissão da obrigação de prestá-los aos herdeiros (CC, art. 1.700) até as forças da herança (CC, art. 1.792)” (DINIZ, 2007, p. 570).

Assim, observa-se que há transmissibilidade da obrigação de prestar alimentos, mas não do direito a recebê-los.

2.5.1.2 Ausência do binômio possibilidade x necessidade

Conforme o artigo 1.699 supracitado, o binômio possibilidade x necessidade é fundamental para a obrigação alimentar, devendo estar presentes tanto a possibilidade de prestar alimentos por parte do alimentante, como a necessidade do alimentando de recebê-los. A falta de uma ou outra pode acarretar a extinção da obrigação, uma vez que o binômio deixa de sustentar-se.

Nas palavras de Venosa (2008, p. 351)

As condições de fortuna do alimentando e alimentante são mutáveis, razão pela qual também é modificável, a qualquer tempo, não somente o montante dos alimentos fixados, como também a obrigação alimentar pode ser extinta, quando se altera a situação econômica das partes. O alimentando pode passar a ter meios próprios de prover a subsistência e o alimentante pode igualmente diminuir de fortuna e ficar impossibilitado de prestá-los.

Se o alimentante, portanto, não tiver condições de prestar os alimentos sem prejuízo do seu próprio sustento, poderá ser exonerado da obrigação. Da mesma forma, se o alimentando adquire meios de prover a sua própria manutenção. Não obstante, nada impede que o alimentante volte a pedir alimentos no futuro, caso os pressupostos sejam novamente preenchidos.

2.5.1.3 Casamento, união estável ou concubinato do alimentando

O *caput* do artigo 1.708 do Código Civil determina que “com o casamento, a união estável ou o concubinato do credor, cessa o dever de prestar alimentos”.

Nesse sentido, se o alimentando vem a constituir novo casamento, união estável ou concubinato, desobrigado de prestar alimentos estará o alimentante, devendo requerer, para tanto, a exoneração da obrigação por meio da ação judicial cabível.

Por outro lado, caso quem constitua nova união seja o alimentante, não se dá ensejo à extinção da sua obrigação alimentar, sendo-lhe facultado, porém, pleitear a redução do *quantum* em virtude do nascimento de novos filhos, por exemplo.

2.5.1.4 Procedimento indigno do alimentando

O artigo 1.708 do Código preceitua, ainda, em seu parágrafo único, que “com relação ao credor cessa, também, o direito a alimentos, se tiver procedimento indigno em relação ao devedor”. Diniz (2007, p. 571) ensina que:

Se tiver procedimento indigno em relação ao devedor, por ofendê-lo em sua integridade corporal ou mental, por expô-lo a situações humilhantes ou vexatórias, por injuriá-lo, caluniá-lo ou difamá-lo, atingindo-o em sua honra e boa fama, enfim, por ter praticado quaisquer atos arrolados nos arts. 1.814 e 557 do Código Civil, aplicável por analogia (nesse mesmo sentido o Enunciado n. 264 do Conselho da Justiça Federal, aprovado na III Jornada de Direito Civil). Em todos esses casos, o devedor de alimentos deverá pedir, judicialmente, sua exoneração do encargo [...]

Assim, se o alimentando atacar a integridade física ou moral do alimentante, ou, ainda, atentar contra a sua vida, não é digno de receber os alimentos deste. Outrossim, injusto seria obrigar uma pessoa a continuar prestando alimentos a quem pratica atos visando ao seu mal.

2.5.2 Necessidade da ação revisional ou exoneratória

Como foi visto, o *quantum* alimentar pode ser modificado a qualquer momento, uma vez que a sentença que o fixou regula uma situação jurídica continuativa, fazendo coisa julgada apenas formal, em consonância com os artigos 471 do Código de Processo Civil e 1.699 do Código Civil. Para tanto, é necessário que tenha havido alteração no binômio possibilidade do alimentante x necessidade do alimentando.

No entanto, a simples alteração do binômio não modifica os alimentos automaticamente, pois isso causaria insegurança jurídica e poderia acarretar injustiças, uma vez que não houve a análise imparcial do magistrado, além de ferir o princípio processual da ampla defesa e do contraditório. A parte interessada em majorar ou reduzir o *quantum* deve, portanto, propor a devida ação revisional, fundamentando o seu pedido.

Assevera Cahali (2013, p 651):

Embora se possa admitir, em situações excepcionais, a desobrigação *si et in quantum* do alimentante que caiu em insolvência, sob forma de incidente de execução e sem necessidade de ação revisional, parece-nos mais correto entender-se que, se a sentença que fixou os alimentos transitou em julgado, ainda que formalmente, ou existe acordo homologado, somente mediante ação revisional, com nova sentença, se permite a modificação do *quantum* ou a exoneração do encargo.

Da mesma forma, então, se a alteração do binômio for tão profunda a ponto de gerar a impossibilidade de o alimentante prestar os alimentos sem prejuízo do seu próprio sustento ou a autossuficiência do alimentando em prover a sua manutenção, bem como na ocorrência de outra causa extintiva da obrigação, a parte interessada deverá requerer sua desobrigação por meio da respectiva ação exoneratória.

3 DA PRISÃO CIVIL

A prisão civil é o mecanismo utilizado na execução por coação pessoal e tem como objetivo impelir o devedor ao adimplemento da sua dívida. Atualmente, é aceita no Brasil somente nos casos de execução da prestação alimentar. Contam Pereira, Benevenute e Rangel (2014) que:

Os primeiros indícios de prisão civil surgiram com o Código de Hammurabi, que consistia na execução do devedor inadimplente, por parte do credor que poderia cobrar sua dívida por meios conforme ao dever moral, por demanda, pela astúcia, pela ameaça e, enfim, pelas medidas violentas, seja na forma de escravidão, podendo ser o próprio devedor ou um membro de sua família. Não muito diferente dos Babilônicos, o “Direito” Grego, que era regulado pela Lei de Drácon, de 621 A. C e até as Leis de Sólon, de 594 a 593 A. C., em que o não pagamento de dívida tornava o devedor propriedade do credor, com direito de tirar-lhe a vida.

No entanto, o grande momento histórico da prisão civil se deu com a criação da Lei *Poetelia Papiria* em Roma, a partir da qual o corpo do devedor deixou de ser garantia dos credores, passando-se o referido encargo aos seus bens. Houve um abrandamento sensível nos meios de execução das dívidas do devedor insolvente, uma vez que a execução não mais poderia recair sobre a pessoa do devedor, mas apenas sobre o seu patrimônio.

Conforme Silva (2005), “a *lex Poetelia Papiria* afastou a carga da pessoa do devedor, transferindo-a aos seus bens, passando ao Estado o exercício da jurisdição, substituindo-se o direito da força pela força do Direito”.

A respeito da prisão civil por dívida alimentar especificamente, “até então não existia quaisquer obrigação entre parentes, tal obrigação adveio do século II d. C, que por influência do cristianismo penetrou nas leis determinando a preservação do vínculo sanguíneo” (Pereira; Benevenute; Rangel; 2014).

O penalista Mirabete (2000, p. 359) conceitua prisão como “a privação da liberdade de locomoção, ou seja, do direito de ir e vir, por motivo lícito ou por ordem legal”. No mesmo sentido, o conceito de Nucci (2012, p. 606) como “a privação da liberdade, tolhendo-se o direito de ir e vir, através do recolhimento da pessoa humana ao cárcere”.

Contudo, diferentemente da prisão pertinente ao direito penal, a prisão civil possui natureza coercitiva, e não apenatória. Isso significa que o seu objetivo é tão somente pressionar o devedor a cumprir a obrigação, ou seja, a saldar o seu débito. Sendo adimplido o *quantum* devido, o motivo da prisão deixa de existir, e o devedor deve ser colocado em liberdade.

Nas palavras de Marmitt (1989, p. 07):

A prisão existente na jurisdição civil é simples fator coercitivo, de pressão psicológica, ou de técnica executiva, com fins de compelir o depositário infiel ou o

devedor de alimentos, a cumprirem sua obrigação. Insere-se na Constituição Federal como exceção ao princípio da inexistência de constrição corporal por dívida. Sua finalidade é exclusivamente econômica, pois não busca punir, mas convencer o devedor relapso de sua obrigação de pagar.

Cahali (2013, p. 735) explica que, “embora o artigo 733, § 2º, do CPC fale em ‘pena’ de prisão, de pena não se trata. Decreta-se a prisão civil não como pena, não com o fim de punir o executado pelo fato de não ter pagado a prestação alimentícia, mas sim com o fim, muito diverso, de coagi-lo a pagar”. Tanto o é que o cumprimento da “prisão não exime o devedor do pagamento das prestações vencidas ou vincendas” e “paga a prestação alimentícia, o juiz suspenderá o cumprimento da ordem de prisão (CPC, art. 733, §§ 2º e 3º)” (RODRIGUES, 2004, p. 390).

A prisão civil por dívida alimentar encontra-se positivada no artigo 733, § 1º, do Código de Processo Civil, bem como no artigo 19 da Lei de Alimentos, que dispõem respectivamente: “Se o devedor não pagar, nem se escusar, o juiz decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses” e “O juiz, para instrução da causa, ou na execução da sentença ou do acordo, poderá tomar todas as providências necessárias para seu esclarecimento ou para o cumprimento do julgado ou do acordo, inclusive a decretação de prisão do devedor até 60 (sessenta) dias”.

Nota-se certa controvérsia entre os dois dispositivos, uma vez que a Lei de Alimentos determina a duração da prisão civil pelo prazo máximo de sessenta dias, ao passo que Código Processual Civil estabelece o período de um a três meses. Essa controvérsia será melhor analisada no tópico 3.2 deste trabalho.

Ademais, possui previsão legal no artigo 5º, inciso LXVII, da Constituição Federal de 1988, que traz a vedação da prisão civil por dívida, excetuando apenas a hipótese “do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel”.

Depreende-se dos artigos citados que a “prisão civil destina-se ao devedor malicioso, e não ao alimentante que não cumpre sua obrigação em virtude de motivo involuntário e escusável (por exemplo, uma doença grave que incapacite para o trabalho)” (TANNURI, 2013). Monteiro e Silva (2010, p. 551) explicam:

Só se decreta a prisão se o alimentante, embora solvente, frustra, ou procura frustrar, a prestação. Se ele se acha, no entanto, impossibilitado de fornecê-la, não se legitima a decretação da pena detentiva. Assim, instituída como uma das exceções constitucionais à proibição de coerção pessoal por dívida, a prisão por débito alimentar reclama acurado e criterioso exame dos fatos, para vir a ser decretada, em consonância com o princípio de hermenêutica, que recomenda exegese estrita na compreensão das normas de caráter excepcional.

Venosa (2008, p. 374) completa ainda que:

O cumprimento dessa pena de prisão, contudo, não exime o devedor do pagamento das prestações vincendas e vencidas e não pagas. A prisão é meio coercitivo para o pagamento, mas não o substitui [...] A jurisprudência tem restringido a óptica dessa prisão aos últimos meses de inadimplência por parte do alimentante, geralmente três últimos meses em aberto, dada a natureza intrínseca da finalidade a prisão e dos alimentos. Não há que se decretar a prisão por alimentos pretéritos, distantes da necessidade premente e atual do alimentando.

Preconiza a Súmula nº 309 do Superior Tribunal de Justiça: "O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que vencerem no curso do processo".

De igual forma, se o alimentante preso quitar a dívida, deverá o juiz expedir o respectivo alvará de soltura, ou, se o mandado de prisão ainda estiver em aberto, deverá ser suspenso o seu cumprimento. Isso porque a prisão decorrente de dívida alimentar não possui caráter punitivo, mas, sim, coercitivo, visando tão somente ao adimplemento da obrigação. Sendo ela adimplida, não há razão que sustente a prisão.

Cahali (2013, p. 793) ensina que:

[...] a própria ordem de prisão do devedor alimentar deverá ser automaticamente sustada em seu cumprimento pelo oficial de justiça encarregado da diligência, se o alimentante procede de pronto ao pagamento ou depósito da quantia devida, posta como causa do decreto prisional; daí, aliás, a relevância de se fazer inserir no mandado de prisão o valor da dívida que induziu o magistrado à sua decretação. A "suspensão do cumprimento da ordem de prisão" pelo juiz seria reservada necessariamente àqueles casos em que, já cumprida a ordem de prisão, a liberação do paciente reclama a expedição de alvará de soltura.

Ressalta-se, ainda, que não é mais cabível a prisão do depositário infiel, uma vez que o Brasil tornou-se signatário de dois pactos internacionais que não a admitem nesse caso. O Decreto n. 592/92, que promulgou o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, dispõe no artigo 11 do seu anexo que "ninguém poderá ser preso apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual". No mesmo sentido, o Decreto n. 678/92, que promulgou o Pacto de São José da Costa Rica, no artigo 7º, item 7, do seu anexo, preceitua que "ninguém deve ser detido por dívida, exceto no caso de inadimplemento da obrigação alimentar".

Dessarte, a prisão resultante do inadimplemento da obrigação alimentar é a única hipótese de cabimento da prisão civil por dívida no país, evidenciando-se a alta relevância do instituto alimentar no ordenamento jurídico pátrio.

3.1 HISTÓRICO CONSTITUCIONAL NO BRASIL

A primeira constituição brasileira foi outorgada em 1824, período imperial de grandes instabilidades decorrentes da recém proclamada independência nacional. Ficou conhecida como a Constituição Política do Império do Brasil e não fazia qualquer menção à prisão civil. Sua sucessora, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, marcou a transição da monarquia para a república, deixando, igualmente, de abordar a problemática da prisão civil.

Somente com a promulgação da Constituição Brasileira de 1934, fruto da Revolução Constitucionalista de 1932, que o tema prisão civil foi abordado por uma Carta Magna no país. No capítulo que tratava dos direitos e garantias individuais dos cidadãos, artigo 113, inciso 30, dispunha: “não haverá prisão por dívidas, multas ou custas” (BRASIL, 1934), proibindo, assim, esse tipo de prisão. Contudo, foi a Constituição com menor tempo de duração na história brasileira.

A Constituição de 1937, por sua vez, voltou a silenciar sobre o assunto. Conforme Pereira, Benevenuto e Rangel (2014): “não possui a garantia contra tais prisões; de modo que o legislador ordinário readquiriu a sua liberdade de criá-las”. Também conhecida como Polaca “devido a sua suposta inspiração na carta vigente na Polônia, instaurou no Brasil a ditadura do Estado Novo, de Getulio Vargas” (CERDEIRA, 2008).

Resgatando a vedação à prisão civil, a Constituição de 1946 trouxe em seu artigo 141, § 32: “Não haverá prisão civil por dívida, multa ou custas, salvo o caso do depositário infiel e o de inadimplemento de obrigação alimentar, na forma da lei” (BRASIL, 1946). Sá e Santos (2009) comentam:

Entende-se então que, excetuando-se as duas exceções mencionadas neste texto legal, não haveria possibilidade de prisão que não fosse a caracterizada pela prática de uma conduta definida como criminosa e contrária à lei, ou seja, havia a necessidade de uma sentença penal condenatória e definitiva para o recolhimento do cidadão à guarda estatal.

Seguindo a linha da sua antecessora, a Constituição de 1967 reproduziu na íntegra o conteúdo do supracitado artigo, dando continuidade à proibição da prisão civil no país, bem como às suas duas exceções.

Por fim, com alteração na redação, mas não no sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ou Constituição Cidadã, preceitua:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
[...]

LXVII - **não haverá prisão civil por dívida**, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel; (grifou-se)

Ressalta-se que a Constituição de 1988 respaldou o processo transição entre o regime militar, ocorrido de 1964 a 1985, e o Estado Democrático de Direito, no contexto de uma república presidencialista. Considerada como um marco histórico na sociedade brasileira, lançou suas bases em princípios democráticos universais e equitativos, ampliando os direitos sociais.

Portanto, além do curto período de vigência da Constituição de 1934 (3 anos), a prisão civil encontra-se vedada no Brasil desde 1946 até os dias atuais, permanecendo, no texto constitucional, as suas duas exceções, isto é, o devedor de alimentos e o depositário infiel. Apesar disso, lembra-se que apenas a primeira exceção é, efetivamente, aceita, uma vez que, por força de tratados internacionais assinados e internalizados pelo país, a prisão do depositário infiel tornou-se incabível.

3.2 PRAZO MÁXIMO DA PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS

O Código de Processo Civil preceitua em seu artigo 733, § 1º, que a prisão do devedor de alimentos pode ocorrer pelo prazo máximo de três meses. O artigo 19 da Lei de Alimentos, por sua vez, estabelece que a referida prisão se dará por até sessenta dias, ou seja, dois meses, estabelecendo uma antinomia acerca do prazo devido.

Conforme Leite (apud Estigara, 2005):

A antinomia representa fenômeno comum que espelha o conflito entre duas normas, dois princípios, entre uma norma e um princípio geral de direito em sua aplicação prática a um caso particular. É fenômeno situado dentro da estrutura do sistema jurídico que só a terapêutica jurídica pode suprimir a contradição, apaziguando o direito com a própria realidade de onde emana.

As antinomias podem ser reais ou aparentes. As primeiras são aquelas que refletem uma contradição entre normas jurídicas impossível de ser sanada com os critérios existentes no ordenamento jurídico (cronológico, hierárquico e da especialidade). Apesar disso, esclarece Ferraz Júnior (1994, p. 211):

O reconhecimento desta lacuna não exclui a possibilidade de uma solução efetiva, quer por meios ab-rogatórios (edita-se nova norma que opta por uma das normas antinômicas), quer por meio de interpretação equitativa, recurso ao costume, à doutrina, a princípios gerais do direito, entre outros. O fato, porém, de que estas antinomias ditas reais sejam solúveis desta forma não exclui a antinomia, mesmo porque qualquer das soluções, ao nível da decisão judiciária, pode suprimi-la no caso concreto, mas não suprime a sua possibilidade no todo do ordenamento, inclusive no caso de edição de nova norma, que pode por pressuposição, eliminar uma antinomia e, ao mesmo tempo dar origem a outras. O reconhecimento de que há antinomias reais indica, por fim, que o direito não tem o caráter de sistema lógico-

matemático, pois sistema pressupõe consistência, o que a presença da antinomia real exclui.

As segundas, ou seja, as antinomias aparentes são aquelas que podem ser solucionadas por meio dos critérios cronológico (lei posterior derroga lei anterior), hierárquico (lei superior derroga lei inferior) ou da especialidade (lei especial derroga lei geral).

Estigara (2005) explica que, verificada uma antinomia aparente, “cumpre ao operador jurídico conhecer os critérios que podem ser utilizados na solução do impasse ocasionado entre as normas aparentemente incompatíveis, eis que não demonstram verdadeiramente inconsistência do ordenamento jurídico”.

Deve-se observar que o Código de Processo Civil é posterior à Lei de Alimentos, prevalecendo a ela, de acordo com critério cronológico. No entanto, o referido Código constitui norma geral, ao passo que a Lei de Alimentos é uma norma especial. Aqui, prevaleceria a norma especial, conforme o critério da especialidade. Percebe-se, assim, que trata-se de uma antinomia de segundo grau, pois envolve, simultaneamente, dois critérios: o cronológico e o da especialidade.

Assim, se aplicado o critério cronológico, dá-se prioridade à primeira norma, se aplicado o da especialidade, dá-se preferência à segunda. Tratando-se de conflito entre o critério cronológico e o da especialidade (norma posterior geral x norma anterior especial), a regra impõe que o critério da especialidade sobreponha-se ao cronológico. A lei geral sucessiva não exclui a lei especial precedente (CAMPOS, 2008, p. 04).

Nesse sentido, o posicionamento do Eg. Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PRISÃO CIVIL. INADIMPLÊNCIA VOLUNTÁRIA E INESCUSÁVEL. LEGALIDADE DO DECRETO PRISIONAL. CUMPRIMENTO DA PENA EM REGIME ABERTO. MEDIDA QUE NÃO SE COADUNA COM A FINALIDADE DA PRISÃO CIVIL. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. **SEGREGAÇÃO IMPOSTA POR 90 (NOVENTA) DIAS. ART. 19 DA LEI N. 5.478/1968. ANTINOMIA DAS NORMAS. OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO ESPECIAL.** ILEGALIDADE EVIDENCIADA. LIMITAÇÃO EM 60 (SESSENTA) DIAS DE SEGREGAÇÃO. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. É legal a prisão civil por inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia. É uníssono o entendimento jurisprudencial pela prejudicialidade da discussão, em sede de habeas corpus, do quantum fixado de verba alimentar, uma vez que neste remédio averigua-se apenas a legalidade ou não do decreto prisional. "O instituto da prisão civil por inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia - permitido pelos arts. 5º, LXVII, da CF, 7º, 7, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), 18 e 19 da Lei 5.478/68 e 733, § 1º, do CPC - não constitui sanção penal, não ostentando, portanto, índole punitiva ou retributiva, mas, ao revés, é uma medida coercitiva, imposta com a finalidade de compelir o devedor recalcitrante a cumprir a obrigação de manter o sustento dos alimentandos, de modo que são inaplicáveis as normas que regulam o Direito Penal e a Execução

Criminal" (STJ, HC 181.231/RO, rel. Min. Vasco Della Giustina [Desembargador convocado do TJ/RS), j. em 5-4-2011). **"Em que pese a incongruência nos prazos fixados no Código Instrumental (artigo 733, § 1º, do Código de Processo Civil) e na Lei Ordinária (artigo 19 da Lei n. 5.478/68) para a segregação civil do inadimplente da obrigação alimentícia, doutrina e jurisprudência estabelecem como prazo o da lei específica, por deter preferência sobre as demais normas, à conta do princípio da especialidade"**.

(TJ-SC - Relator: Fernando Carioni, Data de Julgamento: 13/08/2012, Terceira Câmara de Direito Civil) – grifou-se.

Não discute-se o critério hierárquico pelo fato de as duas normas, Lei de Alimentos e CPC, pertencerem ao mesmo âmbito, das leis ordinárias. Dessarte, prepondera o entendimento de que o prazo para a prisão civil do devedor de alimentos é o constante na legislação especial, ou seja, de até sessenta dias.

3.3 (IN) APLICABILIDADE DA PRISÃO CIVIL AO HERDEIRO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

Conforme visto no tópico 2.2.6 deste trabalho, face à controvérsia instalada durante anos pela Lei do Divórcio quanto à transmissibilidade da obrigação alimentar aos herdeiros do devedor no caso de separação judicial, o Código Civil de 2002, dispôs, explicitamente, em seu artigo 1.700: “A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, na forma do art. 1.694”.

A partir de então, passou a ser transmissível não somente a obrigação alimentar oriunda da dissolução da sociedade conjugal, mas, também, a obrigação alimentar decorrente de parentesco, prevista no artigo 1.694 do atual Código Civil.

Diniz (2007, p. 543) confirma a transmissão, alegando que “o art. 1.700 do Código Civil prescreve que o credor de alimentos (parente, cônjuge ou companheiro) pode reclamá-los de quem estiver obrigado a pagá-los, podendo exigi-los dos herdeiros do devedor, se este falecer, porque a estes se transmite o dever de cumprir a obrigação alimentar”.

Portanto, não resta dúvida de que, vindo o alimentante a falecer, a obrigação alimentar transmite-se aos seus herdeiros até o limite das forças da herança.

Já neste capítulo, restou demonstrada a exceção constitucional à vedação da prisão civil por dívida, que é cabível no caso do devedor voluntário e inescusável de alimentos, de acordo com o artigo 5º, LXVII, da Constituição Federal, artigo 733, § 1º, do Código de Processo Civil e artigo 19 da Lei de Alimentos. Desse modo, questiona-se se a referida exceção aplica-se apenas ao devedor originário dos alimentos ou, também, ao herdeiro da obrigação alimentar inadimplente.

A questão envolvendo a prisão civil do herdeiro propriamente dito é pouco trabalhada pela doutrina, que se volta mais à análise da aplicabilidade da prisão ao inventariante e ao empregador que descumpre a ordem judicial do desconto em folha, pertinente à discussão daquela questão.

A respeito da prisão do empregador, assinala Rizzardo (2011, p. 768):

Ao empregador não pode ser aplicada, de imediato, a prisão, pois a norma constitucional (art. 5º, inc. LVII) reserva esta forma de coagir ao pagamento unicamente para o responsável pelo inadimplemento da obrigação alimentar e o depositário infiel.

Mas, sujeita-se o empregador que descumpre ordem judicial de desconto do valor fixado na folha de pagamento, ou dificulta o atendimento, a sofrer processo penal e a ser condenado na pena de seis meses a um ano de prisão, conforme art. 22 e parágrafo único da Lei nº 5.478.

Cahali (2013, p. 745) explica que “o que se há de entender é que a prisão administrativa atinge, apenas, o devedor de alimentos, segundo o art. 733, § 1º, do CPC, e não a terceiros, sujeitando-se estes apenas ao processo-crime pela infração penal prevista no citado art. 22, parágrafo único, da Lei de Alimentos”.

Preceitua o referido artigo:

Art. 22. Constitui crime contra a administração da Justiça deixar o empregador ou funcionário público de prestar ao juízo competente as informações necessárias à instrução de processo ou execução de sentença ou acordo que fixe pensão alimentícia:

Pena - Detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, sem prejuízo da pena acessória de suspensão do emprego de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incide quem, de qualquer modo, ajuda o devedor a eximir-se ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada, ou se recusa, ou procrastina a executar ordem de descontos em folhas de pagamento, expedida pelo juiz competente.

Cahali (2013, p. 745) completa:

Também na condição de terceiro coloca-se a inventariante do espólio devedor de alimentos: em sendo a paciente mera administradora dos bens do espólio, configura constrangimento ilegal a coação, sob pena de prisão, a adimplir obrigação do referido espólio, quando este não dispõe de rendimento suficiente para tal fim.

Do mesmo modo, tem-se como inadmissível a decretação da prisão civil contra pessoa que figurava como simples fiador da dívida alimentar, de vez que a obrigação assim assumida por terceiro caracteriza-se como sendo de natureza contratual, embora não obste a prisão do devedor principal.

Assim, nota-se que os citados doutrinadores posicionam-se no sentido de que não é cabível a prisão civil a outrem que não o devedor principal dos alimentos, sendo possível, entretanto, a responsabilização penal de terceiros, em consonância com o artigo 22, parágrafo único da Lei 5.478/68.

Passando-se à análise jurisprudencial da problemática, têm-se os acórdãos dos Egrégios Tribunais de Justiça do Pará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul respectivamente:

HABEAS CORPUS PREVENTIVO COM PEDIDO DE LIMINAR PERIGO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR RECEIO DE DECRETO DE PRISÃO CIVIL. **PACIENTE QUE É MERA REPRESENTANTE DO ESPÓLIO DO DE CUJUS. INEXISTÊNCIA DE LEGITIMIDADE PASSIVA PARA SOFRER COERÇÃO INDIRETA FÍSICA** DEVIDO A OBRIGAÇÃO ALIMENTÍCIA SER PERSONALÍSSIMA, DECORRENTE DO GRAU DE PARENTESCO INEXISTENTE. NO CASO PRECEDENTES. LIMINAR MANTIDA ORDEM CONCEDIDA À UNANIMIDADE.

(TJ-PA, Relator: THEREZINHA MARTINS DA FONSECA, Data de Julgamento: 12/11/2007)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. VEDAÇÃO DA CONVERSÃO DE OFÍCIO DO RITO DA EXECUÇÃO, DA MODALIDADE EXPROPRIATÓRIA PARA COERCITIVA. **Tratando-se de obrigação assumida pela sucessão, e não pelos herdeiros, descabida a coerção pessoal destes ou do inventariante.** PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70040732430, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 18/02/2011)

(TJ-RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Data de Julgamento: 18/02/2011, Oitava Câmara Cível) – grifou-se.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. ALIMENTOS. EXECUÇÃO. ESPÓLIO. RITO. ART. 733 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE.

"Ainda que se admita a transferência da obrigação alimentar de pessoa falecida para seu Espólio, **o decreto de prisão por inadimplência de tal obrigação constitui sanção de natureza personalíssima, que não pode recair sobre a inventariante ou qualquer outra pessoa.**" (TJMG - Apelação Cível nº. 1.0024.03.941550-0/001; Rel. Desemb. Moreira Diniz)

(TJ-MG, Relator: Antônio Sérvulo, Data de Julgamento: 20/08/2013, Câmaras Cíveis / 6ª CÂMARA CÍVEL) – grifou-se.

HABEAS CORPUS - ALIMENTOS - PRISÃO CIVIL - INVENTARIANTE - LIMINAR RATIFICADA - ORDEM CONCEDIDA A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, na forma da lei, de acordo com as forças da herança, **sendo incabível a prisão do inventariante atrelada ao dever personalíssimo do alimentante.**

(TJ-MS, Relator: Des. Romero Osme Dias Lopes, Data de Julgamento: 16/09/2013, 2ª Câmara Criminal) – grifou-se.

Em caso envolvendo, especificamente, o herdeiro da obrigação alimentar, que também cumpria o papel de inventariante dos bens deixados pelo espólio, pronunciou-se o Eg. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS, SOB O RITO COERCITIVO - ART. 733, CPC - AJUIZADA CONTRA UM DOS HERDEIROS, INVENTARIANTE DOS BENS DEIXADOS PELO ESPÓLIO.

Embora se reconheça a transmissibilidade da obrigação alimentar, por conta do disposto nos arts. 1.700 e 1.997 do CCB, pela qual os herdeiros respondem pela obrigação alimentar do de cujos, nas forças da herança, **descabida a execução de alimentos, sob o rito coercitivo, contra um dos herdeiros, nem que este seja inventariante dos bens deixados pelo falecido, como no caso em exame.**

Isto porque, em face da especificidade da execução pelo rito do art. 733 do CPC e pela limitação de temas que podem ser suscitados em justificativa, no exíguo

prazo de 3 dias, somente o devedor originário é que pode ser compelido a tal pagamento por esta forma.

Consequentemente, o herdeiro, mesmo que na qualidade de inventariante, não pode ser compelido ao pagamento do débito do espólio por meio de execução sob a modalidade coercitiva.

CONCEDERAM A ORDEM E, DE OFÍCIO, EXTINGUIRAM A EXECUÇÃO. UNÂNIME.

(TJ-RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Data de Julgamento: 29/11/2012, Oitava Câmara Cível) – grifou-se.

Todos os quatro Tribunais de Justiça citados adotam o entendimento de que a prisão civil somente é aplicável ao devedor de alimentos originário, uma vez que, em se tratando de exceção à regra que proíbe a prisão civil por dívida, deve ser interpretada restritivamente.

A *contrario sensu*, o Eg. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte exarou o seguinte acórdão:

CONSTITUCIONAL. CIVIL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. INADIMPLENTO VOLUNTÁRIO E INESCUSÁVEL DA PRESTAÇÃO POR PARTE DO INVENTARIANTE DO ESPÓLIO DEVEDOR. PRISÃO CIVIL. POSSIBILIDADE. ADMINISTRAÇÃO DO ATIVO E PASSIVO DO ESPÓLIO DE ATRIBUIÇÃO EXCLUSIVA DO INVENTARIANTE. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.991 DO CC. NECESSIDADE DE VIABILIZAR A EFETIVIDADE PROCESSUAL. PREMÊNIA DA GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CREDOR ALIMENTÍCIO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIACÃO ACERCA DA NECESSIDADE DO CREDOR E POSSIBILIDADE DO PRESTADOR EM SEDE DE AÇÃO EXECUTIVA. COMPROVAÇÃO E RECONHECIMENTO DO BINÔMIO EM DEMANDA ADEQUADA E PERTINENTE. EXECUÇÃO QUE NÃO SE PRESTA PARA TAL FIM. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO.

- O instituto da prisão civil, constitucionalmente implementado como instrumento de coação pessoal, pode ser aplicado contra o inventariante, que detém legitimidade para cumprir as obrigações do Espólio, até como forma de conferir-se viabilidade e efetividade à demanda, pois, caso contrário, inexisteriam meios eficazes de forçar o pagamento da prestação alimentar após o óbito do devedor principal.

- Não cabe a apreciação acerca da necessidade de recebimento da pensão alimentícia por parte do credor, tampouco a possibilidade do prestador, em sede de Ação de Execução de Alimentos, vez que tal binômio já foi devidamente comprovado e reconhecido em demanda de conhecimento adequada e pertinente para tal análise.

(TJ-RN, Relator: Des. João Rebouças, Data de Julgamento: 03/04/2012, Segunda Câmara Cível) – grifou-se.

Igualmente, mostram-se relevantes os argumentos levantados pelos desembargadores do tribunal norte-rio-grandense, ressaltando a importância dos alimentos para a garantia dos direitos fundamentais do alimentando. Contudo, a sua decisão foi objeto de reforma no Superior Tribunal de Justiça, conforme se vê:

HABEAS CORPUS. DIREITO DE FAMÍLIA. ALIMENTOS. EXECUÇÃO. ESPÓLIO. RITO DO ART. 733 DO CPC. DESCUMPRIMENTO. PRISÃO CIVIL DO INVENTARIANTE. IMPOSSIBILIDADE.

1. Malgrado a divergência doutrinária e jurisprudencial sobre o alcance da alteração sobre o tema no âmbito do Código Civil de 2002, e apesar de sua natureza personalíssima, o fato é que previu o novo Código que "a obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor" (art. 1.700), não podendo a massa

inventariada nem os herdeiros, contudo, responder por valores superiores à força da herança, haja vista ser a dívida oriunda de obrigação pretérita do morto e não originária daqueles (arts. 1.792 e 1.997 e En. 343 do CJF).

2. Nessa ordem de ideias, e seja qual for a conclusão quanto a transmissibilidade ou não da obrigação alimentar, **não parece possível a decretação de prisão civil do inventariante do Espólio, haja vista que a restrição da liberdade constitui sanção também de natureza personalíssima e que não pode recair sobre terceiro, estranho ao dever de alimentar**, como sói acontecer com o inventariante, representante legal e administrador da massa hereditária.

3. De fato, "a prisão administrativa atinge, apenas, ao devedor de alimentos, segundo o art. 733, § 1º, do CPC, e não a terceiros" e em sendo o inventariante um terceiro na relação entre exequente e executado - ao espólio é que foi transmitida a obrigação de prestar alimentos (haja vista o seu caráter personalíssimo) - "configura constrangimento ilegal a coação, sob pena de prisão, a adimplir obrigação do referido espólio, quando este não dispõe de rendimento suficiente para tal fim" (CAHALI, Yussef Said. Dos alimentos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 750-751).

4. Na hipótese, a verba alimentar foi estabelecida com base nas necessidades do alimentando e nas extintas possibilidades do alimentante, falecido, e não em virtude das forças da herança, não se sabendo, ao certo, se o monte-mor tem quantias em dinheiro ou rendimentos pecuniários para a manutenção dos mesmos patamares. Além disso, há uma nova situação pessoal do alimentado, que pode ter sofrido grande alteração em decorrência de sua participação na própria herança, ficando alterados o binômio necessidade/possibilidade - que deve nortear o pagamento de alimentos.

5. Há considerar, ainda, que o próprio herdeiro pode requerer pessoalmente ao juízo, durante o processamento do inventário, a antecipação de recursos para a sua subsistência, podendo o magistrado conferir eventual adiantamento de quinhão necessário à sua manutenção, dando assim efetividade ao direito material da parte pelos meios processuais cabíveis, sem que se ofenda, para tanto, um dos direitos fundamentais do ser humano, a sua liberdade; ademais, caso necessário, pode o juízo destituir o inventariante pelo descumprimento de seu munus.

6. Não se pode deixar de levar em conta - o que é incontroverso nos autos - que o alimentado goza de pensão previdenciária, além de ter recebido, no curso do inventário, crédito de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) decorrente de reclamação trabalhista proposta pelo espólio e que não foi devidamente habilitado na massa hereditária (motivo que ensejou a destituição da herdeira Emmanuela da inventariança); o que, por si só, poderia ensejar a exoneração ou redução da obrigação alimentar.

7. Ordem de habeas corpus concedida.

(STJ - HC: 256793 RN 2012/0215640-9, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 01/10/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/10/2013) – grifou-se.

Segundo o entendimento majoritário, a execução dos alimentos contra o espólio ou, após a partilha, diretamente contra os herdeiros, somente pode ser realizada pela modalidade do desconto em folha ou pela forma expropriatória.

Lembra-se que o primeiro modo consiste no desconto mensal do débito alimentar diretamente na folha de pagamento do devedor e encontra a sua base no artigo 734 do Código de Processo Civil, que preceitua: “Quando o devedor for funcionário público, militar, diretor ou gerente de empresa, bem como empregado sujeito à legislação do trabalho, o juiz mandará descontar em folha de pagamento a importância da prestação alimentícia”. O segundo modo, por sua vez, fundamenta-se no artigo 732 do Código de Processo Civil, o qual prescreve que “a execução de sentença, que condena ao pagamento de prestação alimentícia, far-se-á

conforme o disposto no Capítulo IV deste Título”, fazendo um direcionamento à execução por quantia certa contra devedor solvente, na qual utiliza-se a expropriação, que pode ocorrer por adjudicação, alienação por iniciativa particular, alienação em hasta pública ou por usufruto do bem.

Apesar de esses meios executórios serem de grande valia ao alimentando, dificultando que o obrigado se furte ao pagamento dos alimentos, não impedem que o devedor ardiloso se esquive da sua obrigação, uma vez que este pode vir a trabalhar na informalidade e se desfazer dos bens de que seja titular, bem como não manter dinheiro em conta bancária, impossibilitando eventual penhora *on-line*, isto é, o sequestro de valores diretamente da sua conta.

Colhe-se da jurisprudência dos Eg. Tribunais de Justiça de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul dois casos que exemplificam execuções de alimentos por expropriação (art. 732, CPC) que restaram frustradas devido a ausência de bens do devedor:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIMENTOS. EXECUÇÃO. PENHORA FRUSTRADA. DEVEDOR SEM BENS E RESIDINDO COM OS PAIS. CONSTRIÇÃO 'ON LINE'. INDEFERIMENTO, VIABILIDADE, ENTRETANTO. DECISÃO REVERTIDA. RECLAMO ACOLHIDO. Em execução de alimentos, frustrada a localização de bens móveis ou imóveis do alimentante passíveis de penhora, há autorização legal para que a constrição seja feita em eventuais valores mantidos pelo executado em contas bancárias, penhora essa que há que ser promovida, preferencialmente, de forma 'on line', com a utilização do sistema BACEN-JUD, nos termos do Convênio Bacen/STJ/CJF 2001, ao qual aderiu o Tribunal de Justiça de Santa Catarina em 10-11-05.
(TJ-SC - Relator: Des. Trindade dos Santos, Data de Julgamento: 03/04/2008, Quarta Câmara de Direito Civil) – grifou-se.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. ART. 732 DO CPC. EXECUTADO, DEVEDOR DE ALIMENTOS, SEM BENS A SEREM PENHORADOS OU VALORES PASSÍVEIS DE PENHORA PELO BACENJUD. PEDIDO DE INSCRIÇÃO DO NOME DO EXECUTADO JUNTO A ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.
(TJ-RS - Relator: Des. Sandra Brisolará Medeiros, Data de Julgamento: 09/04/2015, Sétima Câmara Cível) – grifou-se.

O devedor pode, ainda, mudar-se de domicílio com o intuito de escapar de suas obrigações, atitude que também inviabiliza a execução por desconto em folha ou por expropriação:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. DIFICULDADES DE LOCALIZAR O EXECUTADO. DILIGÊNCIA JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PRAXE A SEREM ADOTADAS PELO CARTÓRIO, UTILIZANDO-SE DAS FERRAMENTAS ONLINE DISPONÍVEIS, BEM COMO DA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS, QUANDO NECESSÁRIO. Tratando-se execução de alimentos ajuizada por menores de idade, caracterizado está o direito indisponível, com o que o Estado deve viabilizar a cientificação do executado,

promovendo as diligências necessárias à descoberta do seu endereço. Isso mais sobressai quando se considera tratar-se de parte hipossuficiente, que utiliza o...
(TJ-RS - Relator: Des. Luiz Felipe Brasil Santos, Data de Julgamento: 07/11/2012, Oitava Câmara Cível) – grifou-se.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRISÃO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. ENCAMINHAMENTO DO MANDADO DE PRISÃO AO DINP. **Frustradas as tentativas de localização do executado de alimentos por oficial de justiça, cabível o encaminhamento do mandado de prisão ao sistema informatizado da Polícia - DINP.** Precedentes jurisprudenciais. DERAM PROVIMENTO.
(TJ-RS - Relator: Des. Rui Portanova, Data de Julgamento: 06/12/2012, Oitava Câmara Cível) – grifou-se.

PROCESSUAL CIVIL - **EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - CITAÇÃO POR EDITAL - DEVEDOR EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO** - NULIDADE NÃO CONFIGURADA - DECISÃO MANTIDA. 1. Diante da certidão lançada nos autos de que a citação pessoal restou frustrada por não ter sido localizado o executado, tendo a pessoa que se apresentou como sua esposa informado ter ele viajado para outro Estado em busca de trabalho, sem previsão de retorno, considera-se configurada a hipótese prevista no art. 231, inc. II, do Código de Processo Civil, afastando-se assim a nulidade de citação arguida. 2. Recurso não provido.
(TJ-MG - Relator: Des. Edgard Penna Amorim, Data de Julgamento: 21/11/2013, Oitava Câmara Cível) – grifou-se.

Nota-se, assim, que o devedor, maliciosamente, pode frustrar esses tipos de execução, fazendo-se necessária uma medida mais incisiva, tendo em vista o caráter de urgência da verba alimentar, da qual o alimentando depende para a sua sobrevivência, não podendo ficar a mercê da vontade do devedor.

Se, lamentavelmente, não faltam casos de pais que tentam de todas as maneiras se esquivarem da obrigação de prestar alimentos aos seus filhos, diferentes não serão os casos dos herdeiros dessa obrigação, que, muitas vezes, sequer têm algum laço de parentesco com o alimentando. Em se tratando de bens recebidos a título sucessório, o herdeiro facilmente poderá nutrir o pensamento de que aquela herança é sua, motivo pelo qual o alimentando não faria jus ao recebimento dela, mensalmente, na forma de alimentos.

Por certo, a prisão civil não é garantia de êxito no adimplemento dos alimentos, uma vez que, se o alimentante estiver em local incerto e não sabido, por exemplo, não se mostrará eficaz. Contudo, ainda assim, com o mandado de prisão em aberto, as autoridades policiais estarão cientes de que o indivíduo deve ser recolhido caso se deparem com ele em situações como uma blitz, por exemplo.

Outrossim, esse meio coercitivo possui o forte condão de ilidir a má-vontade do alimentante em prestar os alimentos, mostrando-se altamente eficaz nesses casos, que facilmente podem ocorrer quando do herdeiro da obrigação alimentar, motivo pelo qual entende-se que deva ser repensado o posicionamento da sua inaplicabilidade a esse herdeiro.

CONCLUSÃO

Com o presente trabalho buscou-se esclarecer que, no mundo jurídico, o termo “alimentos” significa não apenas o necessário para a alimentação do indivíduo, mas tudo o que é necessário à sua vida, como educação, saúde, alimentação, moradia e lazer. Trata-se de termo que define o conteúdo da obrigação alimentar, a qual tem como objetivo possibilitar uma vida digna, em consonância com os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, às pessoas que não possuem condições de prover a sua própria manutenção.

A obrigação alimentar tem como base a solidariedade humana e financeira que deve existir dentro do grupo familiar. Cuida-se de um instituto básico no direito de família, considerado de ordem pública e protegido de modo especial pelo Estado, em razão do destaque que ocupa o grupo familiar dentro do ordenamento de qualquer sistema político.

Todos têm o direito básico de uma existência digna, e a obrigação de prestar alimentos foi a maneira encontrada de possibilitar essa existência nos momentos em que o indivíduo não tem condições de promover a sua própria manutenção. Daí decorre a magnitude do instituto. Não havendo qualquer pessoa (ex-cônjuge, ex-companheiro ou parentes) capaz de assumir o encargo sem prejuízo do seu próprio sustento, o Estado deve assumi-lo em decorrência do seu dever de socorro aos necessitados.

Por força do Código Civil de 1916, as obrigações alimentares extinguíam-se com a morte do alimentante. No ano de 1977, a Lei do Divórcio determinou a transmissão da obrigação alimentar aos herdeiros do devedor nos casos de separação judicial, o que gerou muita polêmica e instabilidade devido ao disposto no Código Civil vigente à época. No intuito de solucionar esse impasse, o Código Civil de 2002 dispôs que a obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, passando a ser transmissível não só a obrigação alimentar oriunda da dissolução da sociedade conjugal, como aquela decorrente de parentesco. Prevaleceu o entendimento de que, tendo os alimentos o objetivo fundamental de garantir a vida do alimentando, devem sobrepujar o direito dos herdeiros à herança.

Contudo, existem situações em que o alimentando também é herdeiro do *de cujus*, o que levou alguns doutrinadores e tribunais a adotarem, equivocadamente, o entendimento de que, nesses casos, não há a transmissão da obrigação, devendo ser extinta pela ausência de necessidade do alimentando, uma vez que também receberá parte da herança. No entanto, deve-se ter muita cautela, pois, a depender do tamanho da herança e da quantidade de herdeiros, não obrigatoriamente será ilidida a necessidade do alimentando, o que deve ser analisado caso a caso.

Em virtude da relevância dos alimentos para a manutenção da vida do alimentando e do explícito interesse público no cumprimento da obrigação alimentar, o ordenamento pátrio disponibilizou vários mecanismos de execução, visando a reduzir ao máximo o inadimplemento da obrigação. Um desses mecanismos é a prisão civil do devedor, utilizada na execução por coação pessoal, e tem como objetivo impelir o devedor ao adimplemento da sua dívida. Atualmente, é a única hipótese de prisão civil por dívida aceita no Brasil, destacando a importância do instituto.

Não obstante o Código de Processo Civil fale em “pena” de prisão, decreta-se a prisão civil não com o fim de punir o executado pelo fato de não ter pago a prestação alimentícia, mas sim com o fim, muito diverso, de coagi-lo a pagar. Tanto o é que o cumprimento da prisão não exime o devedor do pagamento das prestações vencidas ou vincendas, e, paga a prestação, o juiz deve suspender o cumprimento da ordem de prisão.

Assim, diferentemente da prisão pertinente ao direito penal, a prisão civil possui natureza coercitiva, e não apenatória. Isso significa que o seu objetivo é tão somente pressionar o devedor a cumprir a obrigação, ou seja, a saldar o seu débito. Sendo adimplido o *quantum* devido, o motivo da prisão deixa de existir, e o devedor deve ser colocado em liberdade.

O Código de Processo Civil preceitua que essa prisão pode prolongar-se por até três meses, enquanto a Lei de Alimentos determina o prazo máximo de sessenta dias, estabelecendo uma antinomia acerca do prazo devido. Aplicando-se o critério cronológico de resolução de antinomias, prevalece a primeira norma; aplicando-se o critério da especialidade, impera a segunda. Em se tratando de conflito entre o critério cronológico e o da especialidade (norma posterior geral x norma anterior especial), a regra impõe que o critério da especialidade sobreponha-se ao cronológico. A lei geral sucessiva não exclui a lei especial precedente, devendo, assim, prevalecer o prazo de sessenta dias da Lei de Alimentos.

Acerca da aplicabilidade da prisão civil ao herdeiro da obrigação alimentar inadimplente, verificou-se que doutrina e jurisprudência majoritárias posicionam-se no sentido de que essa prisão não é cabível a outrem que não o devedor principal dos alimentos, podendo a execução contra o espólio ou, após a partilha, diretamente contra os herdeiros, ser promovida apenas pela modalidade do desconto em folha ou pela forma expropriatória.

Não se pode negar que os referidos meios executórios são muito úteis ao alimentando, pois dificultam que o obrigado se furte ao pagamento dos alimentos. Contudo, não impedem que o devedor ardiloso esquive-se da sua obrigação, uma vez que este pode vir a trabalhar na informalidade e desfazer-se dos bens de que seja titular, assim como não manter dinheiro em

conta bancária, impossibilitando eventual penhora *on-line*, isto é, o sequestro de valores diretamente da sua conta.

Tendo em vista o caráter de urgência da verba alimentar, faz-se necessária a adoção de uma medida mais incisiva, não podendo o alimentando ficar a mercê da (má) vontade do devedor. É válido destacar que a prisão funciona como meio de coação para o pagamento dos alimentos, que garantem a sobrevivência do alimentando, e que, com a perda da sua aplicabilidade após a morte do alimentante, fica aquele suscetível ao desamparo.

Lembra-se, ainda, que o herdeiro da obrigação, em momento algum, será impelido a adimplir os alimentos às suas próprias expensas, pois a sua obrigação é limitada às forças da herança recebida, e que a referida prisão destina-se ao devedor malicioso, e não a quem não cumpre a obrigação por motivo involuntário e escusável. Além disso, constitui o meio coercitivo com o mais forte condão de ilidir a má-vontade do devedor em prestar os alimentos.

Portanto, considerando que o que se busca impedir é, justamente, o pensamento egoístico do herdeiro de não utilizar a herança para o pagamento dos alimentos, já que foi ele quem a recebeu do *de cujus*, vindo a ignorar a obrigação que este tinha com o alimentando, conclui-se que o entendimento pela inaplicabilidade desse tipo de prisão ao herdeiro da obrigação alimentar deve ser, urgentemente, revisto.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Roberto Thomas. **O direito de alimentos**. São Paulo: Universitária de Direito, 1982.

ASSIS, Araken de. **Da execução de alimentos e prisão do devedor**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Direito de família**. 2. ed. Recife: Ramiro M. Costa, 1905.

BITTAR, Carlos Alberto. **Direito de família**, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991.

BRASIL. Constituição Federal, de 16 de julho de 1934. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Rio de Janeiro: 16 de julho de 1934.

_____. Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946. Rio de Janeiro: 18 de setembro de 1946.

_____. Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Constituição de República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: 5 de outubro de 1988.

_____. Decreto nº 592, de 06 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Brasília, 07 de julho de 1992.

_____. Decreto nº 678, de 06 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Brasília, 09 de novembro de 1992.

_____. Lei 5.478, de 25 de julho de 1968. Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências. Brasília, 26 de julho de 1968.

_____. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, 17 de janeiro de 1973.

_____. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, 11 de janeiro de 2002.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão no Habeas Corpus nº 256793/RN. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. Brasília, 01 de outubro 2013. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=31837592&num_registro=201202156409&data=20131015&tipo=5&formato=PDF>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 309. O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/toc.jsp?livre=309&&b=SUMU&thesaurus=JURIDICO&p=true>>. Acesso em: 30 de outubro de 2015.

CAHALI, Yussef Said. **Dos alimentos**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

CAMPOS, José Ronaldo Dias. Prisão civil do alimentante – antinomia – prazo máximo: sessenta dias ou três meses?. **JF Gontijo**, 2008. Disponível em: <http://www.gontijo-familia.adv.br/2008/artigos_pdf/Jose_Ronaldo_Dias_Campos/Prisao.pdf>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

CERDEIRA, Pablo de Camargo. Constituição de 1937. **FGV Direito Rio**, 29 de outubro de 2008. Disponível em: <http://academico.direito-rio.fgv.br/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_de_1937>. Acesso em: 01 de novembro de 2015.

COSTA, Alfredo Araújo Lopes da. **Medidas preventivas**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1966.

COVELLO, Sérgio Carlos. **Ação de alimentos**. 4. ed. São Paulo: Leud, 1994.

DAIBERT, Jefferson. **Direito de família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

DANTAS, San Tiago. **Direitos de família e das sucessões**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil**. 22. ed. v. 5. São Paulo: Saraiva, 2007.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

ESTIGARA, Adriana. Das antinomias jurídicas. **Jus Navigandi**, 02 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/7207/das-antinomias-juridicas>>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

GOMES, Orlando. **Direito de Família**. 14. ed. Atualização de Humberto Theodoro Júnior. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil**. 10. ed. v. 6. São Paulo: Saraiva, 2013.

LEITE, Gisele. Posse, o mais polêmico dos conceitos do Direito Civil apud ESTIGARA, Adriana. Das antinomias jurídicas. **Jus Navigandi**, 02 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/7207/das-antinomias-juridicas>>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

LEVENHAGEN, Antônio José de Souza. **Do casamento ao divórcio**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1978.

LIMA, Maria Teresa Moreira. Nota sobre a transmissão de alimentos no novo Código Civil. **Revista Forense**. Rio de Janeiro, ano 98, v. 364, p. 229-240, nov.-dez. 2002.

MARMITT, Arnaldo. **Prisão Civil por Alimentos e Depositário Infiel**. 1. ed. Rio de Janeiro: Aide, 1989.

MATO GROSSO DO SUL. Tribunal de Justiça. Acórdão no Habeas Corpus nº 4006314-30.2013.8.12.0000. Relator: Des. Romero Osme Dias Lopes. Campo Grande, 16 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://tj-ms.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/127527384/habeas-corpus-hc-40063143020138120000-ms-4006314-3020138120000>>. Acesso em: 08 de novembro de 2015.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Acórdão no Agravo de Instrumento nº 1.0338.13.001958-5/001. Relator: Des. Antônio Sérvulo. Belo Horizonte, 20 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/116347936/agravo-de-instrumento-cv-ai-10338130019585001-mg/inteiro-teor-116347970>>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

_____. Tribunal de Justiça. Acórdão no Agravo de Instrumento nº 10313100264586001. Relator: Des. Edgard Penna Amorim. Belo Horizonte, 21 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/118551167/agravo-de-instrumento-cv-ai-10313100264586001-mg>>. Acesso em: 08 de novembro de 2015.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Processo Penal**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito de família**. 3. ed. v. 3. São Paulo: Max Limonad, 1947.

MONTEIRO, Washington de Barros; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. **Curso de direito civil**. 40. ed., v. 2. São Paulo: Saraiva, 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

PARÁ. Tribunal de Justiça. Acórdão no Habeas Corpus nº 200730055941. Relatora: Des. Therezinha Martins da Fonseca. Belém, 12 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://tj-pa.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5546388/habeas-corpus-hc-200730055941-pa-2007300-55941/inteiro-teor-14956054>>. Acesso em: 08 de novembro de 2015.

PEREIRA, A. S.; BENEVENUTE N.; RANGEL T. L. V. A prisão civil do devedor de alimentos à luz do Pacto San José da Costa Rica. **JusBrasil**, 20 de maio de 2014. Disponível em: <<http://nbenevenute.jusbrasil.com.br/artigos/121351661/a-prisao-civil-do-devedor-de-alimentos-a-luz-do-pacto-san-jose-da-costa-rica>>. Acesso em: 30 de outubro de 2015.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. 21. ed., v. 5. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

PEREIRA, Sérgio Gischkow. **A lei do divórcio e a transmissão da obrigação alimentar**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

PINHEIRO, Flávio César Toledo. **Comentários à lei do divórcio**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

PORTO, Sérgio Gilberto. **Doutrina e prática dos alimentos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Aide, 1991.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de família**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

RIO GRANDE DO NORTE. Tribunal de Justiça. Acórdão no Agravo de Instrumento nº 2011.016672-8. Relator: Desembargador João Rebouças. Natal, 03 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/33012143/djrn-judicial-08-12-2011-pg-136>>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Acórdão na Apelação Cível nº 70007905524. Relator: Des. Luiz Felipe Brasil Santos. Porto Alegre, 22 de dezembro de 2004. Em: <http://www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_acordaos.php?Numero_Processo=70007905524&code=3127&entrancia=2&id_comarca=700&nomecomarca=Tribunal de Justiça&orgao=TRIBUNAL DE JUSTIÇA - 7. CAMARA CIVEL>. Acesso em: 04 de novembro de 2015.

_____. Tribunal de Justiça. Acórdão no Agravo de Instrumento nº 70040732430. Relator: Luiz Felipe Brasil Santos. Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22919616/agravo-de-instrumento-ag-70040732430-rs-tjrs/inteiro-teor-111175801>>. Acesso em: 08 de novembro de 2015.

_____. Tribunal de Justiça. Acórdão no Habeas Corpus nº 70051744126. Relator: Des. Luiz Felipe Brasil Santos. Porto Alegre, 29 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/112427907/habeas-corpus-hc-70051744126-rs>>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

_____. Tribunal de Justiça. Acórdão no Agravo de Instrumento nº 70064279466. Relatora: Des. Sandra Brisolara Medeiros. Porto Alegre, 09 de abril de 2015. Disponível em: <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/181107550/agravo-de-instrumento-ai-70064279466-rs>>. Acesso em: 08 de novembro de 2015.

_____. Tribunal de Justiça. Acórdão no Agravo de Instrumento nº 70051873412. Relator: Des. Luiz Felipe Brasil Santos. Porto Alegre, 07 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22862724/agravo-de-instrumento-ag-70051873412-rs-tjrs>>. Acesso em: 08 de novembro de 2015.

_____. Tribunal de Justiça. Acórdão no Agravo de Instrumento nº 70050683507. Relator: Des. Rui Portanova. Porto Alegre, 06 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22848537/agravo-de-instrumento-ag-70050683507-rs-tjrs>>. Acesso em: 08 de novembro de 2015.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. 28. ed. v. 6. Atualização de Francisco José Cahali. São Paulo: Saraiva, 2004.

SÁ, Leo Mauro Ayub de Vargas e; SANTOS, Marcos Wasum dos. A prisão civil no ordenamento jurídico brasileiro. **Âmbito Jurídico**, julho de 2009. Em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6375>. Acesso em: 01 de novembro de 2015.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Acórdão no Agravo de Instrumento nº 472673 SC 2007.047267-3. Relator: Des. Trindade dos Santos. Florianópolis, 03 de abril de 2008.

Disponível em: <<http://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6343491/agravo-de-instrumento-ai-472673-sc-2007047267-3>>. Acesso em: 08 de novembro de 2015.

SANTOS, Luiz Felipe Brasil. Os alimentos no novo Código Civil. **Revista da Associação dos juízes do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, ano 30, nº 89, p. 224, mar. 2003.

SILVA, Roberta Pappen da. Algumas considerações sobre a exceção de pré-executividade no processo civil brasileiro. **Jus Navigandi**, 21 de janeiro de 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/6202/algumas-consideracoes-sobre-a-excecao-de-pre-executividade-no-processo-civil-brasileiro>>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

TANNURI, Cláudia Aoun. Entrevista: prisão do devedor de alimentos. **Instituto Brasileiro de Direito de Família**, 01 julho de 2013. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/5070/+Entrevista%3A+pris%C3%A3o+do+devedor+de+alimentos>>. Acesso em: 27 de outubro de 2015.

VAILATI, Fernanda Crevanzi. **A transmissibilidade da obrigação alimentar aos herdeiros do alimentante em face do Código Civil de 2002**. 2004. 72 f. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. 8. ed. v. 6. São Paulo: Atlas, 2008.

WALD, Arnold. **Direito de família**. Colab. Luiz Murillo Fábregas. 4. ed. São Paulo: RT, 1981 apud CAHALI, Yussef Said. **Dos Alimentos**. 8. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2013.

WOLKMER, Antônio Carlos. **História do direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

ANEXO I – LEI Nº 5.478/68 (LEI DE ALIMENTOS)**Presidência da República
Subchefia para Assuntos Jurídicos****LEI Nº 5.478, DE 25 DE JULHO DE 1968.**

Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A ação de alimentos é de rito especial, independe de prévia distribuição e de anterior concessão do benefício de gratuidade.

§ 1º A distribuição será determinada posteriormente por ofício do juízo, inclusive para o fim de registro do feito.

§ 2º A parte que não estiver em condições de pagar as custas do processo, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, gozará do benefício da gratuidade, por simples afirmativa dessas condições perante o juiz, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

§ 3º Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição, nos termos desta Lei.

§ 4º A impugnação do direito à gratuidade não suspende o curso do processo de alimentos e será feita em autos apartados.

Art. 2º O credor, pessoalmente ou por intermédio de advogado, dirigir-se-á ao juiz competente, qualificando-se, e exporá suas necessidades, provando, apenas, o parentesco ou a obrigação de alimentar do devedor, indicando seu nome e sobrenome, residência ou local de trabalho, profissão e naturalidade, quanto ganha aproximadamente ou os recursos de que dispõe.

§ 1º Dispensar-se-á a produção inicial de documentos probatórios:

I - quando existente em notas, registros, repartições ou estabelecimentos públicos e ocorrer impedimento ou demora em extrair certidões;

II - quando estiverem em poder do obrigado, as prestações alimentícias ou de terceiro residente em lugar incerto ou não sabido.

§ 2º Os documentos públicos ficam isentos de reconhecimento de firma.

§ 3º Se o credor comparecer pessoalmente e não indicar profissional que haja concordado em assisti-lo, o juiz designará desde logo quem o deva fazer.

Art. 3º O pedido será apresentado por escrito, em 3 (três) vias, e deverá conter a indicação do juiz a quem for dirigido, os elementos referidos no artigo anterior e um histórico sumário dos fatos.

§ 1º Se houver sido designado pelo juiz defensor para assistir o solicitante, na forma prevista no art. 2º, formulará o designado, dentro de 24 (vinte e quatro) horas da nomeação, o pedido, por escrito, podendo, se achar conveniente, indicar seja a solicitação verbal reduzida a termo.

§ 2º O termo previsto no parágrafo anterior será em 3 (três) vias, datadas e assinadas pelo escrivão, observado, no que couber, o disposto no "*caput*" do presente artigo.

Art. 4º Ao despachar o pedido, o juiz fixará desde logo alimentos provisórios a serem pagos pelo devedor, salvo se o credor expressamente declarar que deles não necessita.

Parágrafo único. Se se tratar de alimentos provisórios pedidos pelo cônjuge, casado pelo regime da comunhão universal de bens, o juiz determinará igualmente que seja entregue ao credor, mensalmente, parte da renda líquida dos bens comuns, administrados pelo devedor.

Art. 5º O escrivão, dentro em 48 (quarenta e oito) horas, remeterá ao devedor a segunda via da petição ou do termo, juntamente com a cópia do despacho do juiz, e a comunicação do dia e hora da realização da audiência de conciliação e julgamento.

§ 1º Na designação da audiência, o juiz fixará o prazo razoável que possibilite ao réu a contestação da ação proposta e a eventualidade de citação por edital.

§ 2º A comunicação, que será feita mediante registro postal isento de taxas e com aviso de recebimento, importa em citação, para todos os efeitos legais.

§ 3º Se o réu criar embaraços ao recebimento da citação, ou não for encontrado, repetir-se-á a diligência por intermédio do oficial de justiça, servindo de mandado a terceira via da petição ou do termo.

§ 4º Impossibilitada a citação do réu por qualquer dos modos acima previstos, será ele citado por edital afixado na sede do juízo e publicada 3 (três) vezes consecutivas no órgão oficial do Estado, correndo a despesa por conta do vencido, a final, sendo previamente a conta juntada aos autos.

§ 5º O edital deverá conter um resumo do pedido inicial, a íntegra do despacho nele exarado, a data e a hora da audiência.

§ 6º O autor será notificado da data e hora da audiência no ato de recebimento da petição, ou da lavratura do termo.

§ 7º O Juiz, ao marcar a audiência, oficiará ao empregador do réu, ou, se o mesmo for funcionário público, ao responsável por sua repartição, solicitando o envio, no máximo até a data marcada para a audiência, de informações sobre o salário ou os vencimentos do devedor, sob as penas previstas no art. 22 desta lei.

§ 8º A citação do réu, mesmo no caso dos arts. 200 e 201 do Código de Processo Civil, far-se-á na forma do § 2º do art. 5º desta Lei. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 6.014, de 27/12/1973)

Art. 6º Na audiência de conciliação e julgamento, deverão estar presentes autor e réu, independentemente de intimação e de comparecimento de seus representantes.

Art. 7º O não comparecimento do autor determina o arquivamento do pedido, e a ausência do réu importa em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.

Art. 8º Autor e réu comparecerão à audiência acompanhados de suas testemunhas, 3 (três) no máximo, apresentando, nessa ocasião, as demais provas.

Art. 9º Aberta a audiência, lida a petição, ou o termo, e a resposta, se houver, ou dispensada a leitura, o juiz ouvirá as partes litigantes e o representante do Ministério Público, propondo conciliação. (*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 6.014, de 27/12/1973*)

§ 1º Se houver acordo, lavrar-se-á o respectivo termo, que será assinado pelo juiz, escrivão, partes e representantes do Ministério Público.

§ 2º Não havendo acordo, o juiz tomará o depoimento pessoal das partes e das testemunhas, ouvidos os peritos se houver, podendo julgar o feito sem a mencionada produção de provas, se as partes concordarem.

Art. 10. A audiência de julgamento será contínua; mas, se não for possível, por motivo de força maior, concluí-la no mesmo dia, o juiz marcará a sua continuação para o primeiro dia desimpedido independentemente de novas intimações.

Art. 11. Terminada a instrução, poderão as partes e o Ministério Público aduzir alegações finais, em prazo não excedente de 10 (dez) minutos para cada um.

Parágrafo único. Em seguida, o Juiz renovará a proposta de conciliação e, não sendo aceita, ditará sua sentença, que conterá sucinto relatório do ocorrido na audiência.

Art. 12. Da sentença serão as partes intimadas, pessoalmente ou através de seus representantes, na própria audiência, ainda quando ausentes, desde que intimadas de sua realização.

Art. 13. O disposto nesta Lei aplica-se igualmente, no que couber, às ações ordinárias de desquite, nulidade e anulação de casamento, à revisão de sentenças proferidas em pedidos de alimentos e respectivas execuções.

§ 1º Os alimentos provisórios fixados na inicial poderão ser revistos a qualquer tempo, se houver modificação na situação financeira das partes, mas o pedido será sempre processado em apartado.

§ 2º Em qualquer caso, os alimentos fixados retroagem à data da citação.

§ 3º Os alimentos provisórios serão devidos até a decisão final, inclusive o julgamento do recurso extraordinário.

Art. 14. Da sentença caberá apelação no efeito devolutivo. (*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 6.014, de 27/12/1973*)

Art. 15. A decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados.

Art. 16. Na execução da sentença ou do acordo nas ações de alimentos será observado o disposto no art. 734 e seu parágrafo único do Código de Processo Civil. *(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 6.014, de 27/12/1973) (Vide Lei nº 13.105, de 16/3/2015)*

Art. 17. Quando não for possível a efetivação executiva da sentença ou do acordo mediante desconto em folha, poderão ser as prestações cobradas de alugueres de prédios ou de quaisquer outros rendimentos do devedor, que serão recebidos diretamente pelo alimentando ou por depositário nomeado pelo juiz. *(Vide Lei nº 13.105, de 16/3/2015)*

Art. 18. Se, mesmo assim, não for possível a satisfação do débito, poderá o credor requerer a execução da sentença na forma dos arts. 732, 733 e 735 do Código de Processo Civil. *(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 6.014, de 27/12/1973) (Vide Lei nº 13.105, de 16/3/2015)*

Art. 19. O juiz, para instrução da causa, ou na execução da sentença ou do acordo, poderá tomar todas as providências necessárias para seu esclarecimento ou para o cumprimento do julgado ou do acordo, inclusive a decretação de prisão do devedor até 60 (sessenta) dias.

§ 1º O cumprimento integral da pena de prisão não eximirá o devedor do pagamento das prestações alimentícias, vincendas ou vencidas e não pagas. *(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 6.014, de 27/12/1973)*

§ 2º Da decisão que decretar a prisão do devedor, caberá agravo de instrumento. *(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 6.014, de 27/12/1973)*

§ 3º A interposição do agravo não suspende a execução da ordem de prisão. *(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 6.014, de 27/12/1973)*

Art. 20. As repartições públicas, civis ou militares, inclusive do Imposto de Renda, darão todas as informações necessárias à instrução dos processos previstos nesta Lei e à execução do que for decidido ou acordado em juízo.

Art. 21. O art. 244 do Código Penal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 244. Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor 18 anos ou inapto para o trabalho ou de ascendente inválido ou valetudinário, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada, deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente gravemente enfermo:

Pena - Detenção de 1 (um) ano a 4 (quatro) anos e multa, de uma a dez vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incide quem, sendo solvente, frustra ou ilide, de qualquer modo, inclusive por abandono injustificado de emprego ou função, o pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada."

(No novo Código Penal - Decreto-Lei nº 1.004, de 21 de outubro de 1969, alterado pela Lei nº 6.016, de 31 de dezembro de 1973 - corresponde ao art. 269).

Art. 22. Constitui crime contra a administração da Justiça deixar o empregador ou funcionário público de prestar ao juízo competente as informações necessárias à instrução de processo ou execução de sentença ou acordo que fixe pensão alimentícia:

Pena - Detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, sem prejuízo da pena acessória de suspensão do emprego de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incide quem, de qualquer modo, ajuda o devedor a eximir-se ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada, ou se recusa, ou procrastina a executar ordem de descontos em folhas de pagamento, expedida pelo Juiz competente. *(No novo Código Penal (Decreto-Lei nº 1.004, de 21 de outubro de 1969, alterado pela Lei nº 6.016, de 31 de dezembro de 1973) corresponde ao art. 384).*

Art. 23. A prescrição quinquenal referida no art. 178, § 10, inciso I, de Código Civil só alcança as prestações mensais e não o direito a alimentos, que, embora irrenunciável, podem ser provisoriamente dispensado.

Art. 24. A parte responsável pelo sustento da família, e que deixar a residência comum por motivo, que não necessitará declarar, poderá tomar a iniciativa de comunicar ao juiz os rendimentos de que dispõe e de pedir a citação do credor, para comparecer à audiência de conciliação e julgamento destinada à fixação dos alimentos a que está obrigado.

Art. 25. A prestação não pecuniária estabelecida no art. 403 do Código Civil, só pode ser autorizada pelo juiz se a ela anuir o alimentando capaz.

Art. 26. É competente para as ações de alimentos decorrentes da aplicação do Decreto Legislativo nº 10, de 13 de novembro de 1958, e Decreto nº 56.826, de 2 de setembro de 1965, o Juízo Federal da Capital da unidade federativa brasileira em que reside o devedor, sendo considerada instituição intermediária, para os fins dos referidos decretos, a Procuradoria-Geral da República.

Parágrafo único. Nos termos do inciso III, art. 2º, da Convenção Internacional sobre ações de alimentos, o Governo brasileiro comunicará, sem demora, ao Secretário Geral das Nações Unidas, o disposto neste artigo.

Art. 27. Aplicam-se supletivamente nos processos regulados por esta Lei as disposições do Código de Processo Civil.

Art. 28. Esta Lei entrará em vigor 30 (trinta) dias depois de sua publicação.

Art. 29. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de julho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

ANEXO II – ACÓRDÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 70007905524 (TJRS)

ALIMENTOS. RESPONSABILIDADE DO ESPÓLIO. TRANSMISSIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO. Configurados os pressupostos necessidade-possibilidade, cabível a estipulação dos alimentos. Isso nos remete ao tema da transmissibilidade da obrigação alimentar, agora tornada inquestionável pelo artigo 1.700 do Código Civil. E não se diga que a transmissão se restringe apenas às parcelas eventualmente vencidas, deixando de abranger as vincendas. É que, em primeiro lugar, esse dispositivo legal refere-se a “obrigação” e não a “dívidas”, o que, por si só, deve bastar. Há mais, porém. É que interpretá-lo como abrangendo apenas eventuais parcelas inadimplidas até o ensejo da morte do devedor de alimentos é tornar a regra inteiramente vazia, pelo simples fato de que o artigo 1.997 do CC já torna o Espólio responsável pelo pagamento das dívidas do falecido, não havendo, portanto, necessidade de que a mesma disposição constasse em local diverso. Por isso, e não podendo entender-se que a lei contém palavras inúteis, é evidente que o art. 1.700 determina a transmissão da obrigação, abrangendo parcelas que se vençam inclusive após o óbito do devedor, como no caso. **LIMITE DA OBRIGAÇÃO.** É certo que o apelante, como filho que é do autor da herança, é também seu herdeiro, em igualdade de condições com os demais descendentes. Logo, mais cedo ou mais tarde lhe serão atribuídos bens na partilha que se realizará no inventário recém iniciado. Nesse contexto, os alimentos subsistirão apenas enquanto não se consumir a partilha, pois, a partir desse momento desaparecerá, sem dúvida, a necessidade do alimentado. **PROVERAM. UNÂNIME.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, **à unanimidade, em prover o apelo.**

Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes Senhores **DESA. MARIA BERENICE DIAS (PRESIDENTE E REVISORA) E DES. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA GIORGIS.**

Porto Alegre, 22 de dezembro de 2004.

DES. LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS,
Relator.

RELATÓRIO

DES. LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS (RELATOR)

GILBERTO N. M. ajuizou ação de alimentos contra TÉO V. O.. Asseverou que: (1) em dezembro/98, ajuizou ação de reconhecimento de paternidade contra o réu (processo nº 51.474), que ainda tramita na 2ª Vara Cível de Bagé; (2) nos autos do aludido processo, dois exames de DNA já foram realizados, concluindo pela paternidade; (3) se encontra em dificuldades financeiras, vez que está desempregado, não possui estudo e profissão; (4) por contar 46 anos, já é considerado um “velho” para o mercado de trabalho; (5) além disto, possui esposa e 04 filho, sendo que dois deles menores de 21 anos; (6) vive de favores de amigos e parentes; (7) o demandado, como empresário renomado, dono de quase 70 lojas, fazendas e hotéis, possui capacidade financeira para o pensionamento.

Requeru fosse arbitrada pensão alimentícia, no valor equivalente a 50 salários mínimos, contados da data do ajuizamento da ação de investigação de paternidade.

Apreciando conjuntamente os feitos, o magistrado julgou procedente a ação de investigação de paternidade e improcedente a ação de alimentos (fls. 151/156).

Inconformado com a sentença na parte que lhe negou alimentos, apela o autor . Sustenta, em suma, a sua necessidade, em razão de: (1) estar desempregado; (2) doente; (3) com ação de despejo em curso; (4) necessitar colocar prótese total do quadril, em razão da doença que o acomete (coxartose severa bilateral). Pede a reforma, com a fixação de alimentos (fls. 189/207).

Em contra-razões, o apelado pugna pela manutenção da decisão (fls. 217/231).

O parecer do MP inicialmente foi pelo não-provimento do apelo (fls. 239/247).

Em diligência, determinei a realização de perícia, no DMJ, para aferição da capacidade laborativa do apelante, e que fosse oficiado ao INSS para que informasse se ele está em gozo de benefício previdenciário (fl. 247v).

Com a informação do INSS, dando conta que o apelante se encontra em gozo de auxílio-doença previdenciário, no valor mensal de R\$ 905,52 (fl. 260), e

realizada perícia (fls. 281/283 e 290/292), tiveram as partes vista do laudo (fls. 302 e 304/316).

Em nova vista, o Ministério Público opinou pelo parcial provimento do apelo (fls. 329/336).

Em razão da notoriedade do falecimento da parte ré, suspendi o processo pelo prazo de 30 dias para fins de identificação dos sucessores ou inventariante do espólio, para substituição da parte passiva (fl. 344).

Procedida a substituição da parte apelada, manifestou-se a inventariante do espólio de TEO V. O (FLS. 395/397).

Renovada vista ao Ministério Público, opina a Dra. Procuradora de Justiça pelo parcial provimento do apelo, para condenar o espólio a pagar pensão alimentícia ao apelante no valor de 10 salários mínimos, até a ultimação da partilha, e modificação dos encargos sucumbenciais, para que cada parte arque com a metade (fls. 411/418).

É o relatório.

VOTOS

DES. LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS (RELATOR)

Não obstante o volume dos autos e sua prolongada tramitação, o feito é singelo.

Frise-se, inicialmente, que aqui se encontra em julgamento apenas o apelo interposto na ação de alimentos, visto que a investigatória de paternidade teve tramitação autônoma, já tendo ocorrido seu trânsito em julgado, sem recurso.

É, de fato, amarga a situação do autor! Filho de um dos homens mais prósperos deste Estado, somente veio a obter o reconhecimento desse vínculo, em juízo, quando já conta quase meio século de existência. E, frise-se, uma existência permeada pelas dificuldades. Tendo iniciado a laborar aos 16 anos de idade (fl. 24), como “estafeta”, não teve a chance de avançar nos estudos, limitando-se a concluir o primeiro grau, o que impediu que viesse a obter trabalho mais qualificado.

Assim, chega agora aos 49 anos de idade impossibilitado de trabalhar, em razão de “osteonecrose das cabeças femurais, evoluindo para catartrose severa”, o que lhe ocasiona “claudicação bilateral”, com indicação de cirurgia, para

artroplastia bilateral (Prótese)” (laudo de fls. 281/283). Ou seja : há recomendação médica para implante de prótese de bacia. Tais seqüelas lhe geram dor ao deambular, agachar ou ajoelhar, somente lhe sendo viável o exercício de atividades burocráticas (v. laudo).

Ora, diante da idade e do limitado grau de escolaridade do apelante, é mais do que evidente que esse quadro de restrição física lhe inviabiliza por completo o exercício de qualquer trabalho, pois é certo que terá, senão impossibilidade, ao menos extrema dificuldade em obter colocação que oportunize o exercício de atividade burocrática sedentária.

Assim, tenho por bem caracterizada a necessidade do autor. Vejamos agora a possibilidade do apelado.

Se bem evidenciado o pressuposto alimentar da necessidade, não menos claro se mostra o da possibilidade. É fato notório que as Lojas Obino, de propriedade do Espólio demandado, constituem uma das maiores redes de varejo do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido o agora falecido demandado original vastamente homenageado em anúncios de página inteira nos principais jornais locais, quando de seu recente passamento. Para bem aquilatar o potencial dessa empresa, basta lançar os olhos no documento de fl. 383, fotocópia da página de economia do jornal Zero Hora, edição de 12/09/2004, onde constam os seguintes dados :

Sede: Bagé

Fundação: 1950

Tamanho: 55 estabelecimentos em 49 municípios

Funcionários: 1,1 mil

Faturamento em 2003: R\$ 180 milhões

Evolução 2002/2003 : 30%

Projetos p/ 2004/2005 : abrir 15 novas lojas

Mais não é necessário destacar para aferir o potencial econômico do Espólio ora apelado.

Assim configurados os pressupostos necessidade-possibilidade, cabível a estipulação dos alimentos. Antes, porém, de quantificá-los, há que dizer algumas palavras acerca da responsabilidade do Espólio pelo seu pagamento. E

isso nos remete ao tema da transmissibilidade da obrigação alimentar, agora tornada inquestionável pelo artigo 1.700 do Código Civil. E não se diga que a transmissão se restringe apenas às parcelas eventualmente vencidas, deixando de abranger as vincendas. É que, em primeiro lugar, esse dispositivo legal refere-se a “obrigação” e não a “dívidas”, o que, por si só, deve bastar. Há mais, porém. É que interpretá-lo como abrangendo apenas eventuais parcelas inadimplidas até o ensejo da morte do devedor de alimentos é tornar a regra inteiramente vazia, pelo simples fato de que o artigo 1.997 do CC já torna o Espólio responsável pelo pagamento das dívidas do falecido, não havendo, portanto, necessidade de que a mesma disposição constasse em local diverso. Por isso, e não podendo entender-se que a lei contém palavras inúteis, é evidente que o art. 1.700 determina a transmissão da obrigação, abrangendo parcelas que se vençam inclusive após o óbito do devedor, como no caso.

No entanto, é certo que o apelante, como filho que é do autor da herança, é também seu herdeiro, em igualdade de condições com os demais descendentes. Logo, mais cedo ou mais tarde lhe serão atribuídos bens na partilha que se realizará no inventário recém iniciado. Nesse contexto, os alimentos subsistirão apenas enquanto não se consumir a partilha, pois, a partir desse momento desaparecerá, sem dúvida, a necessidade do alimentado.

Postas tais premissas, passo à quantificação da verba. Quanto a este derradeiro aspecto, tenho que, não obstante a larga possibilidade do prestador, os alimentos, como tal, não devem ser estipulados em montante exagerado, pois assim excederiam a necessidade. Assim, estou em fixá-los no montante de VINTE SALÁRIOS MÍNIMOS, a serem suportados pelo Espólio, enquanto não consumada a partilha, com trânsito em julgado da sentença que a homologar. Saliente-se que, dado o conteúdo alimentar dessa verba, não será compensada na futura partilha, vigorando, de outro lado, com efeito retroativo à data da citação neste feito (20 de fevereiro de 2002 – fl. 83-v).

Isso posto, dou provimento ao apelo para julgar procedente o pedido, nos termos expostos acima.

Em decorrência, condeno o Espólio apelado ao pagamento das custas processuais e dos honorários dos patronos do apelante, que fixo em 10% sobre o

total da verba alimentar vencida, mais uma anuidade das parcelas vincendas.

DESA. MARIA BERENICE DIAS (PRESIDENTE E REVISORA) - De acordo.

DES. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA GIORGIS - De acordo.

DESA. MARIA BERENICE DIAS (PRESIDENTE E REVISORA) – APELAÇÃO CÍVEL Nº 70007905524, DE BAGÉ: “PROVERAM. UNÂNIME.”

Julgador(a) de 1º Grau: JOSSE A PRATES PICCOLI

ANEXO III – ACÓRDÃO NO HABEAS CORPUS Nº 70051744126 (TJRS)

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS, SOB O RITO COERCITIVO – ART. 733, CPC – AJUIZADA CONTRA UM DOS HERDEIROS, INVENTARIANTE DOS BENS DEIXADOS PELO ESPÓLIO.

Embora se reconheça a transmissibilidade da obrigação alimentar, por conta do disposto nos arts. 1.700 e 1.997 do CCB, pela qual os herdeiros respondem pela obrigação alimentar do *de cujos*, nas forças da herança, descabida a execução de alimentos, sob o rito coercitivo, contra um dos herdeiros, nem que este seja inventariante dos bens deixados pelo falecido, como no caso em exame.

Isto porque, em face da especificidade da execução pelo rito do art. 733 do CPC e pela limitação de temas que podem ser suscitados em justificativa, no exíguo prazo de 3 dias, somente o devedor originário é que pode ser compelido a tal pagamento por esta forma.

Consequentemente, o herdeiro, mesmo que na qualidade de inventariante, não pode ser compelido ao pagamento do débito do espólio por meio de execução sob a modalidade coercitiva.

CONCEDERAM A ORDEM E, DE OFÍCIO, EXTINGUIRAM A EXECUÇÃO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, **à unanimidade, em conceder a ordem e, de ofício, extinguir a execução.**

Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, além do signatário (Presidente), os eminentes Senhores **DES. ALZIR FELIPPE SCHMITZ E DES. RICARDO MOREIRA LINS PASTL.**

Porto Alegre, 29 de novembro de 2012.

DES. LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS,
Relator.

RELATÓRIO

DES. LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS (RELATOR)

CARLOS A. M. S., advogado, impetra ordem de **habeas corpus**, com pedido liminar, em favor de WALNEY S. S., alegando estar o paciente a sofrer constrangimento ilegal por parte do Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões de Santa Maria que, nos autos da ação de execução de alimentos movida por VITOR G. S., menor representado pela mãe, indeferiu pedido de revogação de sua prisão (fl. 537).

Assevera que: (a) os alimentos executados são devidos pelo espólio de VILMAR S. S.; (b) em julho de 2003, o paciente ajuizou processo de inventário dos bens deixados por seu genitor, VILMAR S. S., falecido em 13/07/2003, tendo sido nome nomeado inventariante; (c) além do paciente, são herdeiros necessários a viúva meeira, o filho Wagner e o exequente; (d) no inventário, habilitaram-se como credores do espólio Jorge P. N. e Arizolino F.; (e) foi realizada penhora no rosto dos autos, em face da execução de título executivo extrajudicial ajuizada por Credival Participações Administrações e Assessoria Ltda.; (f) já foi noticiado nos autos do processo de inventário que, embora o inventariante, ora paciente, não esteja na posse e administração de todos os bens deixados pelo falecido, este vinha tentando cumprir com as obrigações do espólio com verbas próprias; (g) desta forma, era o paciente/inventariante que vinha pagando com recursos próprios a pensão alimentícia do menor VITOR G. S., conforme noticiado pela mãe do menor; (h) de acordo com despacho proferido em 31.07.2012, nos autos do inventário, o inventariante/paciente teve indeferido pedido de imissão na posse das terras inventariadas, o que torna inequívoco que este não se encontra de fato na posse dos bens a serem inventariados; (i) o inventário tramita há quase 10 anos sem que tenha sido nem sequer esboçado o plano de partilha; (j) as dívidas do espólio com instituições financeiras, União e particulares ultrapassam, em muito, o valor do patrimônio; (k) o espólio não possui condições de arcar com a pensão alimentícia anteriormente fixada; (l) não há previsão legal para a execução sob o rito coercitivo de alimentos contra espólio; (m) “o débito alimentar se transmite ao espólio desde que o patrimônio deixado pelo **de cujus** produza frutos suficientes para prover os

alimentos fixados judicialmente”; (n) o inventariante não pode ser compelido a pagar o débito da prisão, em face de a obrigação de prestar alimentos ser personalíssima.

Requer, liminarmente, expedição de salvo conduto em favor do paciente e, ao final, a concessão da ordem.

Deferi o pedido liminar (fl. 543).

O parecer é pela concessão da ordem, com a revogação do decreto prisional (fls. 548-549).

É o relatório.

VOTOS

DES. LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS (RELATOR)

Embora seja transmissível a obrigação alimentar, por conta do disposto nos arts. 1.700 e 1.997 do CCB, pela qual os herdeiros respondem pela obrigação alimentar do **de cujos**, nas forças da herança, descabida a execução de alimentos, sob o rito coercitivo, contra um dos herdeiros, nem que este seja inventariante dos bens deixados pelo falecido, como no caso em exame.

Isto porque, em face da especificidade da execução pelo rito do art. 733 do CPC e pela limitação de temas que podem ser suscitados em justificativa, no exíguo prazo de 3 dias, somente o devedor originário é que pode ser compelido a tal pagamento por esta forma.

Ademais, a obrigação é personalíssima, somente se transmitindo ao espólio e, posteriormente, aos herdeiros, na medida das forças da herança.

Consequentemente, o herdeiro, mesmo que na qualidade de inventariante, não pode ser compelido ao pagamento do débito do espólio por meio de execução sob a modalidade coercitiva.

Neste sentido, a jurisprudência consolidada, já mencionada na decisão em que deferi o pedido liminar:

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. NÃO MERECE QUALQUER REPARO A DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU QUE EXTINGUIU A EXECUÇÃO POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO, UMA VEZ QUE

AJUIZADA AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS PELO RITO DO ART.733, DO CPC, CONTRA O ESPÓLIO DO ALIMENTANTE, COM PEDIDO DE PRISÃO DA INVENTARIANTE. APELO IMPROVIDO.” (Apelação Cível Nº 70002781599, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Carlos Stangler Pereira, Julgado em 18/09/2003).

FAMÍLIA. ALIMENTOS. PRISÃO. EXECUÇÃO DIRIGIDA CONTRA O REPRESENTANTE DO ESPÓLIO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. DESCABIMENTO DA DECRETAÇÃO DA PENA DE PRISÃO. O representante do espólio não é parte legítima passiva para responder à ação de execução de alimentos, já que a obrigação decorre de relação de parentesco do de cujus, constituindo dívida do falecido. Ademais, a pena corporal é intransferível ao espólio, dado seu caráter personalíssimo. Cabível, tão-somente, a reserva de bens no inventário. AGRAVO PROVIDO.” (Agravo de Instrumento Nº 70002932325, Segunda Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini Bernardi, Julgado em 16/10/2001).

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. RITO DO ART. 733 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE PRISÃO CIVIL PELA OBRIGAÇÃO SER DO ESPÓLIO. Descabe a ação de execução pelo rito da coerção pessoal contra o espólio ou a sucessão. Considerando que os herdeiros não se obrigaram individual e pessoalmente ao pagamento dos alimentos acordados em favor da exeqüente, descabe o prosseguimento da execução pelo rito do art. 733 do CPC. EXONERAÇÃO DOS ALIMENTOS. DESCABIMENTO. Em sede ação de execução de alimentos, descabe a exoneração da pensão pelo espólio, a qual só deve ser deferida em ação própria. Precedentes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70031482797, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: André Luiz Planella Villarinho, Julgado em 14/04/2010)

Nesses termos, concedo a ordem, revogando o decreto de prisão do paciente e, de ofício, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 267, § 3º (impossibilidade jurídica), do CPC.

DES. ALZIR FELIPPE SCHMITZ - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. RICARDO MOREIRA LINS PASTL - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS - Presidente - Habeas Corpus nº 70051744126, Comarca de Santa Maria: "CONCEDERAM A ORDEM E, DE OFÍCIO, EXTINGUIRAM A EXECUÇÃO. UNÂNIME."

ANEXO IV – ACÓRDÃO NO HABEAS CORPUS Nº 200730055941 (TJPA)

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

AUTOS DE HABEAS CORPUS PREVENTIVO COM PEDIDO DE LIMINAR
PROCESSO Nº: 20073005594-1
COMARCA DE ORIGEM: SANTARÉM (2ª VARA CÍVEL)
IMPETRANTE: IDENILZA REGINA SIQUEIRA RUFINO
PACIENTE: SAFIRA SOCORRO COLARES
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ VICENTE MIRANDA FILHO
RELATORA: DESA. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA

RELATÓRIO

Cuida-se de habeas corpus preventivo com pedido de liminar impetrado pela advogada Idenilza Regina Siqueira Rufino em favor de Safira Socorro Solares, com fulcro no art. 5º, inciso LXVIII da Constituição Cederal e art. 647 e seguintes do Código de Processo Penal.

Narra a impetrante que a paciente, na condição de representante do espólio de Arinaldo Francisco Xavier de Menezes, foi citada para pagar, provar o pagamento, ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, de determinada execução de alimentos, que tramita no Juízo da 2ª Vara Cível de Santarém.

Alega que a citação da paciente se deu em virtude de a mesma representar o espólio dos bens deixados pelo seu falecido companheiro (Arinaldo Francisco Xavier de Menezes), figurando como autor da referida execução de alimentos o filho do de cujus que nasceu antes da morte do pai (Luan Silva Brito de Menezes).

Salienta que o autor da referida ação de execução de alimentos requereu a prisão civil da ora paciente, com espeque no art. 733, § 1º do CPC, circunstância esta que inclusive no mandado citatório, razão por que a iminência de constrangimento ilegal perfaz-se cabalmente provada.

Alega que a paciente não possui qualquer relação de parentesco com o alimentando, nem mesmo de afinidade. Salienta ainda que o alimentando já recebe numerário proveniente do aluguel de determinado ponto comercial, pertencente ao espólio, não havendo motivos para constrição de liberdade da paciente.

Aduz que a dívida inexistia a quando do falecimento do autor da herança, visto que o alimentando nasceu após a morte de seu pai Arinaldo.

Assevera que o vínculo de parentesco, civil ou por afinidade, é *conditio sine qua non* para vincular alguém a uma obrigação alimentar, o que não ocorre *in casu*.

Os autos foram inicialmente distribuídos à Des. Rosa Maria Portugal Gueiros, que por motivos de licença saúde redistribuiu os autos, os quais foram à relatoria do Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre, que concedeu a medida liminar sob o argumento de que estavam presentes os seus requisitos legais.

A autoridade coatora, em suas informações de praxe, relatou que nas execuções de alimentos provisórios que se seguiram a inventariante foi devidamente citada, mas não se manifestou, não pagou e tampouco apresentou justificativa razoável para o pagamento, o que levou o Ministério Público a requerer a condenação da prisão civil da inventariante, pedido este ainda não apreciado por aquele Juízo.

Em segundo grau, o representante do Ministério Público manifestou-se pela denegação da ordem, e conseqüente cassação da medida liminar outrora concedida, visto que os requisitos da prisão civil encontram-se presentes, não havendo que se falar em ausência de parentesco entre a paciente e o alimentando, visto que esta figura como representante do espólio do pai do menor, este sim parte legítima para figurar no pólo passivo da referida ação cível.

É o relatório.

VOTO

Insurge-se a impetrante contra a possibilidade de prisão da paciente, visto que esta é a representante do espólio de seu ex-companheiro, sendo que o filho deste, que não tem qualquer relação de parentesco com a paciente, requer alimentos.

Inicialmente cumpre ressaltar que a ação de execução de alimentos que originou o presente habeas corpus requer o pagamento apenas dos últimos três meses até seu ajuizamento, sendo certo que não há decreto de prisão preventiva, mas tão somente despacho citatório para pagamento, em que consta a possibilidade de prisão.

Conforme o brilhante parecer ministerial, não há se falar em falta de condições financeiras por parte da paciente, visto que esta não é a parte ré da ação de execução, mas sim o espólio do de cujus, cuja paciente é mera representante.

Com efeito, as obrigações de prestar alimentos transmitem-se aos herdeiros do devedor até os limites da herança a teor dos arts. 1.700 e 1792 do Código Civil. A jurisprudência também se manifesta neste sentido:

STJ: DIREITO CIVIL. OBRIGAÇÃO. PRESTAÇÃO. ALIMENTOS. TRANSMISSÃO. HERDEIROS. ART. 1.700 DO NOVO CÓDIGO CIVIL.

1 - O espólio tem a obrigação de prestar alimentos àquele a quem o de cujus devia, mesmo vencidos após a sua morte. Enquanto não encerrado o inventário e pagas as quotas devidas aos sucessores, o autor da ação de alimentos e presumível herdeiro não pode ficar sem condições de subsistência no decorrer do processo. Exegese do art. 1.700 do novo Código Civil.

2 - Recurso especial conhecido mas improvido. (REsp 219199 / PB. Recurso Especial 1999/0052547-7. Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar. Julgado em 10.12.2003) Assim, não deverá pagar os alimentos de seus próprios bens, mas do espólio. Deve-se ter em mente tal questão também para evidenciar que, diferentemente do alegado na impetração, o alimentante não é devedor e credor de si próprio, visto que o devedor é quem consta no pólo passivo da ação, vale repetir, o espólio.

Ocorre, todavia, que a paciente não deve ter sua liberdade constrangida por figurar como representante do espólio. Com efeito, a ação de execução de alimentos decorre da personalíssima situação de parentesco, inexistente no caso em comento.

Desta forma, o espólio, como mero acervo patrimonial, passa a ter, transitoriamente, personalidade jurídica, todavia não pode sofrer a pena corporal por impossibilidade, bem como sua representante, por ilegitimidade passiva.

Corroboram com este entendimento o art. 23 da lei nº 6.515/77, que preceitua que a obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, na forma do art. 1.796 do código civil. Assim, a constrição é patrimonial, e se dá nas forças da herança, sendo incabível a coerção indireta física na modalidade de prisão.

O referido entendimento encontra-se consolidado excerto jurisprudencial abaixo colacionado:

TJRS: FAMÍLIA. ALIMENTOS. PRISÃO. EXECUÇÃO DIRIGIDA CONTRA O REPRESENTANTE DO ESPÓLIO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. DESCABIMENTO DA DECRETAÇÃO DA PENA DE PRISÃO. O representante do espólio não é parte legítima passiva para responder à ação de execução de alimentos, já que a obrigação decorre de relação de parentesco do de cujus, constituindo dívida do falecido. Ademais, a pena corporal é intransferível ao espólio, dado seu caráter personalíssimo. Cabível, tão-somente, a reserva de bens no inventário. Agravo provido (Agravo de Instrumento nº 70002932325, Segunda Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini Bernardi, julgado em 16/10/2001)

E ainda, TJSP: HABEAS CORPUS - Decreto de prisão inventariante de espólio devedor de alimentos - inadmissibilidade - mero administrador que não pode ser coagido, sob pena de prisão, a pagar dívida de alimentos (...) - ordem concedida, facultada a execução da dívida na forma do artigo 732 do código de processo civil. (Habeas Corpus n. 268.029-4/2 Bebedouro - 10ª Câmara de Direito Privado - Relator: Ruy Camilo - 04.02.03 - V.U.)

Desta forma, não deve a paciente ter sua liberdade constrangida sob o fundamento de que é representante do espólio, sendo certo que, se necessário, é cabível a reserva dos bens para suprir as necessidades alimentícias do menor, a ser devidamente discutida no Juízo Cível, todavia a prisão civil decorre de obrigação personalíssima incorrente no caso sub examen.

Diante das razões aqui expostas, confirmo a liminar outrora deferida pelo Des. Milton Augusto de Brito Nobre, devendo ser expedido salvo-conduto.

Ante o exposto, concedo definitivamente a ordem pretendida.

É o meu voto.

Belém, 12 de novembro de 2007.

THEREZINHA MARTINS DA FONSECA
Desembargadora Relatora

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ CÂMARAS
CRIMINAIS REUNIDAS

AUTOS DE HABEAS CORPUS PREVENTIVO COM PEDIDO DE LIMINAR
PROCESSO Nº: 20073005594-1 COMARCA DE ORIGEM: SANTARÉM (2ª VARA
CÍVEL) IMPETRANTE: IDENILZA REGINA SIQUEIRA RUFINO PACIENTE: SAFIRA
SOCORRO COLARES PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ VICENTE MIRANDA
FILHO RELATORA: DESA. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA

HABEAS CORPUS PREVENTIVO COM PEDIDO DE LIMINAR PERIGO DE
CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR RECEIO DE DECRETO DE PRISÃO CIVIL
PACIENTE QUE É MERA REPRESENTANTE DO ESPÓLIO DO DE CUJUS
INEXISTÊNCIA DE LEGITIMIDADE PASSIVA PARA SOFRER COERÇÃO
INDIRETA FÍSICA DEVIDO A OBRIGAÇÃO ALIMENTÍCIA SER
PERSONALÍSSIMA, DECORRENTE DO GRAU DE PARENTESCO INEXISTENTE
NO CASO PRECEDENTES LIMINAR MANTIDA ORDEM CONCEDIDA À
UNANIMIDADE.

VISTOS, ETC.,

ACORDAM OS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DESEMBARGADORES
COMPONENTES DAS CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, À MAIORIA DE VOTOS,
CONHECER O WRIT E CONDEDER A ORDEM, NOS TERMOS DO VOTO DA
DESEMBARGADORA RELATORA. ESTA SESSÃO FOI PRESIDIDA PELO
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR RÔMULO JOSÉ FERREIRA
NUNES, PRESIDENTE DAS CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS.

BELÉM, 12 DE NOVEMBRO DE 2007.

THEREZINHA MARTINS DA FONSECA
Desembargadora Relatora

ANEXO V – ACÓRDÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 70040732430 (TJRS)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. VEDAÇÃO DA CONVERSÃO DE OFÍCIO DO RITO DA EXECUÇÃO, DA MODALIDADE EXPROPRIATÓRIA PARA COERCITIVA. Tratando-se de obrigação assumida pela sucessão, e não pelos herdeiros, descabida a coerção pessoal destes ou do inventariante. PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA.

DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos.

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto pela SUCESSÃO DE SÉRGIO CASTRO DA SILVA contra decisão proferida nos autos da ação de execução de alimentos movida por THOMAS G. S. C., que, de ofício, determinou a citação na forma do art. 733 do CPC (fl. 86).

Assevera que: (a) os alimentos foram acordados entre os herdeiros, e somente para os filhos, quando a inventariança esteve sob o patrocínio de inventariante dativo e o espólio mantinha capital suficiente para alcançar o valor estipulado entre os herdeiros; (b) a situação atual é diversa, visto que o espólio possui dívidas; (c) a inventariante, com muito esforço, alcança ao exeqüente, em detrimento dos demais herdeiros, o suficiente para sua manutenção, inclusive já disponibilizando os bens que lhe cabe na herança; (d) além de cumprir com obrigação não assumida enquanto inventariante, igualmente não o fez como compromisso pessoal; (e) corre o risco de ter contra si decretada prisão, quando jamais assumiu em nome individual qualquer obrigação com o exeqüente.

Requer seja agregado efeito suspensivo ao agravo e, ao final, provido, determinando a extinção do feito.

Deferi o pedido de efeito suspensivo (fl. 100).

Contrarrrazões nas folhas 107/113.

O parecer é pelo provimento do agravo (fls. 160/161).

2. Saliento, inicialmente, que a execução foi ajuizada sob a modalidade expropriatória - art. 732 do CPC - (fls. 17/21), e a alteração do rito se deu de ofício.

Contudo, conforme entendimento jurisprudencial cimentado, vedada é a alteração de ofício do rito da execução de alimentos.

Nessa linha:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS PELO RITO DO ART. 732 DO CPC. CONVERSÃO DE OFÍCIO PELO JUÍZO PARA O RITO DO ART. 733 DO CPC. DESCABIMENTO. Na ação de execução por quantia certa contra devedor solvente, ajuizada pelo rito do art. 732 do CPC, descabe a conversão de ofício pelo juízo deste rito para o do art. 733 do CPC, e conseqüente o decreto de prisão do devedor de alimentos. RECURSO PROVIDO PARA REVOGAR O DECRETO DE PRISÃO NA AÇÃO DE EXECUÇÃO AJUIZADA PELO RITO DO ART. 732 DO CPC. UNÂNIME. (SEGredo DE JUSTIÇA) (Agravado de Instrumento Nº 70013820063, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Raupp Ruschel, Julgado em 15/03/2006)

Ademais, no caso em exame, tratando-se de obrigação assumida pela sucessão, e não pelos herdeiros, descabida a coerção pessoal destes ou do inventariante.

Neste sentido, a jurisprudência colacionada pelo em. Procurador de Justiça MÁRIO ROMERA:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. RITO DO ART. 733 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE PRISÃO CIVIL PELA OBRIGAÇÃO SER DO ESPÓLIO. Descabe a ação de execução pelo rito da coerção pessoal contra o espólio ou a sucessão. Considerando que os herdeiros não se obrigaram individual e pessoalmente ao pagamento dos alimentos acordados em favor da exeqüente, descabe o prosseguimento da execução pelo rito do art. 733 do CPC. EXONERAÇÃO DOS ALIMENTOS. DESCABIMENTO. Em sede ação de execução de alimentos, descabe a exoneração da pensão pelo espólio, a qual só deve ser deferida em ação própria. Precedentes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 780031482797, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: André Luiz Planella Vilarinho, Julgado em 14/04/2010).

Por fim, destaco não caber a extinção da execução, como postulado pela agravante, até porque a conversão para o rito coercitivo se deu de ofício, não tendo sido esta a modalidade escolhida pelo credor.

Nesses termos, ante a manifesta procedência parcial do agravo, DOU PARCIAL PROVIMENTO, desconstituindo a decisão atacada, para que, conseqüentemente, a execução tramite sob a modalidade expropriatória (art. 732, CPC).

3. Intimem-se.

4. Comunique-se.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2011.

DES. LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS,
Relator.

ANEXO VI – ACÓRDÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.0338.13.001958-5/001 (TJMG)

EMENTA: EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. ALIMENTOS. EXECUÇÃO. ESPÓLIO. RITO. ART. 733 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE.

"Ainda que se admita a transferência da obrigação alimentar de pessoa falecida para seu Espólio, o decreto de prisão por inadimplência de tal obrigação constitui sanção de natureza personalíssima, que não pode recair sobre a inventariante ou qualquer outra pessoa." (TJMG - Apelação Cível nº. 1.0024.03.941550-0/001; Rel. Desemb. Moreira Diniz)

AGRAVO DE INSTRUMENTO CV Nº 1.0338.13.001958-5/001 – COMARCA DE ITAÚNA - AGRAVANTE(S): E.J.M.C. REPDO(A) PELO(A) INVENTARIANTE E.A.M.F. - AGRAVADO(A)(S): G.M.C. REPRESENTADO(A)(S) P/ MÃE E.A.M.

ACÓRDÃO

(SEGREDO DE JUSTIÇA)

Vistos etc., acorda, em Turma, a 6ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

DES. ANTÔNIO SÉRVULO

RELATOR.

DES. ANTÔNIO SÉRVULO (RELATOR)

VOTO

O primeiro aspecto a ser considerado é que a obrigação alimentar possui caráter personalíssimo, ou seja, é devida em virtude do vínculo que une o alimentante ao alimentado, nos termos da norma do art. 1.694 do CCB.

Outrossim, não se olvida que a norma do art. 1.700, do novo Código Civil, alterando, diametralmente, o disposto na norma do art. 402 do diploma anterior, estabeleceu que a obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, na forma do art. 1.694 do CCB.

Apesar de tal alteração legislativa, prevalece o entendimento, tanto doutrinário, quanto jurisprudencial, no sentido de que tal dispositivo não retirou dos alimentos seu caráter personalíssimo, devendo ser interpretado no sentido de que apenas os débitos alimentares existentes até a data do óbito do provedor é que são transmissíveis aos herdeiros, e não a condição de alimentante, que é personalíssima.

Entretanto, observa-se que, no caso em tela, os alimentos decorrem de acordo firmado entre o alimentado e o próprio espólio, composição devidamente homologada em Juízo; assim, defeso ao espólio, após firmar acordo para o pagamento de pensão alimentícia, devidamente homologado em Juízo e apto a produzir todos os seus efeitos jurídicos, querer se eximir da condição de alimentante em sede do presente agravo.

Outrossim, ainda que se admita a transmissibilidade integral, aos herdeiros do alimentante, da obrigação de prestar alimentos, deve ser ressaltado que a execução de alimentos em tais casos não pode tramitar sob o rito previsto na norma do art. 733, do CPC, tendo em vista que a sanção consistente no decreto prisional é aplicável, de forma personalíssima, ao devedor de alimentos, não se estendendo ao inventariante do espólio.

A propósito:

"DIREITO DE FAMÍLIA - ALIMENTOS - EXECUÇÃO - ESPÓLIO - INVENTARIANTE - PRISÃO CIVIL - INADMISSIBILIDADE. - Ainda que se admita a transferência da obrigação alimentar de pessoa falecida para seu Espólio, o decreto de prisão por inadimplência de tal obrigação constitui sanção de natureza personalíssima, que não pode recair sobre a inventariante ou qualquer outra pessoa. - A execução prevista no artigo 733 do Código de Processo Civil só é admitida no caso de alimentos provisionais, ante a evidente urgência e impossibilidade de submeter o alimentando à demora na tramitação de um feito onde, ao final, seja confirmada a obrigação de prestar alimentos." (TJMG - Processo nº. 1.0024.03.941550-0/001; Rel. Desemb. Moreira Diniz; DJ 20.04.04) (grifei)

Com tais considerações, dou provimento ao recurso para cassar a decisão agravada, já que a execução de origem não pode tramitar sob o rito do art. 733 do Código de Processo Civil.

Custas ao final.

DES.^a SELMA MARQUES - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. ^a SANDRA FONSECA - De acordo com o(a) Relator(a).

SÚMULA: "DERAM PROVIMENTO AO RECURSO"

**ANEXO VII – ACÓRDÃO NO HABEAS CORPUS Nº 4006314-30.2013.8.12.0000
(TJMS)**

16 de setembro de 2013

2ª Câmara Criminal

Habeas Corpus - Nº 4006314-30.2013.8.12.0000 - Aquidauana

Relator – Exmo. Sr. Des. Romero Osme Dias Lopes

Impetrante : Geraldo Albuquerque

Impetrado : Juiz (a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Aquidauana

Paciente : Celeide Benites de Lima

Advogado : Geraldo Albuquerque

**EMENTA – *HABEAS CORPUS* – ALIMENTOS – PRISÃO CIVIL –
INVENTARIANTE – LIMINAR RATIFICADA – ORDEM CONCEDIDA**

A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, na forma da lei, de acordo com as forças da herança, sendo incabível a prisão do inventariante atrelada ao dever personalíssimo do alimentante.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os juízes da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, na conformidade da ata de julgamentos, por unanimidade, conceder a ordem.

Campo Grande, 16 de setembro de 2013.

Des. Romero Osme Dias Lopes – Relator

R E L A T Ó R I O

O Sr. Des. Romero Osme Dias Lopes.

O advogado Geraldo Albuquerque impetrou habeas corpus, com pedido de liminar, em favor de Celeide Benites de Lima, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Aquidauana, por ato praticado nos autos n. 0801859-76.2012.8.12.0005.

Alega, em resumo, que: a) a paciente é inventariante do espólio de Adão Antunes de Lima, que deixou uma filha de relacionamento extraconjugal, para a qual devia obrigação alimentar mensal equivalente a 85,72% do salário mínimo determinada por

sentença, a qual não foi adimplida, resultando na propositura de execução de alimentos; b) a paciente foi citada e apresentou justificativa, em que menciona a inexistência de bens deixados pelo de cujus e a falta de outros rendimentos; c) contudo, o juízo rejeitou a justificativa e determinou a intimação para pagar o débito exigido, sob pena de prisão; d) há constrangimento ilegal, pois não responde pessoalmente pela obrigação, estando esta limitada às forças da herança, e não teria meios próprios para satisfazer o débito sem prejuízo de seu sustento; e) ademais, a menor credora também é herdeira já habilitada nos autos de inventário devendo aguardar o deslinde da ação.

Solicitadas e reiteradas, a autoridade apontada como coatora prestou informações. A Procuradoria de Justiça apresentou parecer opinando pela denegação da ordem e, em seguida, o Relator determinou a remessa dos autos ao substituto legal.

A liminar foi deferida pelo Des. Ruy Celso Barbosa Florence para suspender a decisão, expedindo-se o respectivo salvo conduto. Vieram-me os autos conclusos.

V O T O

O Sr. Des. Romero Osme Dias Lopes. (Relator)

A ordem deve ser concedida nos termos da liminar deferida, consoante a decisão proferida pelo Des. Ruy Celso Barbosa Florence, em substituição, verbis:

"Segundo consta, a paciente é inventariante do espólio de Adão Antunes de Lima, que devia obrigação alimentar mensal à menor E. de O. de L., a qual restou inadimplida após o falecimento do mesmo, resultando na propositura de execução de alimentos n. 0801859-76.2012.8.12.0005.

O espólio foi citado na pessoa de sua inventariante e apresentou justificativa, que não foi acolhida pelo magistrado a quo, o qual determinou a intimação pessoal daquela para pagar o débito exigido, sob pena de prisão.

Sobreveio a impetração deste writ alegando-se constrangimento ilegal, pois, na ótica da defesa, a paciente não responde pessoalmente pela obrigação, estando esta limitada às forças da herança, e não teria meios

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul TJ-MS FL. 4006314-30.2013.8.12.0000

próprios para satisfazer o débito sem prejuízo de seu sustento. Acrescenta, ademais, que a menor credora também é herdeira já habilitada nos autos de inventário devendo aguardar o deslinde da ação.

A despeito das ponderações do ilustre magistrado, mesmo num juízo de cognição sumária é possível evidenciar a decisão padece de ilegalidade.

Não se desconhece que, com o falecimento do alimentante, o espólio permanece com a obrigação de prestar alimentos ao herdeiro enquanto não ultimada a partilha. Também é certo que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o espólio tem a obrigação de continuar prestando alimentos àquele a quem o falecido devia, mesmo que vencidos após a morte deste, ao

argumento de que o alimentado e herdeiro não pode ficar à mercê do encerramento do inventário, notadamente, considerada a morosidade inerente a tal procedimento e o caráter de necessidade implícito nos alimentos (REsp 60.635/RS, Rel. Min. Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJ de 30/10/2000; REsp 219.199/PB, Rel. p/ Ac. Min. Fernando Gonçalves, DJ de 3/5/2004, este último, da Segunda Seção, trazido como paradigma pela recorrente).

A despeito disso, a condição de alimentante é personalíssima e não se transmite aos herdeiros, muito menos ao inventariante, que sequer necessita ser herdeiro. Daí porque a prisão civil somente pode atingir a pessoa do devedor, e não a terceiros.

Nesse sentido:

*"Alimentos. Ação julgada procedente. Morte do alimentante. I - A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, respondendo a herança pelo pagamento das dívidas do falecido. Lei nº 6. 515, de 1977, art. 23, e Código Civil, art. 1796. Aplicação. II - A condição de alimentante é personalíssima e não se transmite aos herdeiros; todavia, isso não afasta a responsabilidade dos herdeiros pelo pagamento dos débitos alimentares verificados até a data do óbito. III. - Falecido o alimentante após a sentença que o condenou a pagar prestação alimentar, deve o recurso de apelação ter prosseguimento, apreciando-se o *meritum causae*. IV - Recurso especial conhecido e provido." (REsp 64112/SC, Rel. Ministro Antônio De Pádua Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 16/05/2002, DJ 17/06/2002, p. 254)*

No mesmo rumo, a lição de Yussef Sahid Cahali:

"O que se há de entender é que a prisão administrativa 'atinge, apenas, ao devedor de alimentos, segundo o art 733, § 1º do CPC, e não a terceiros. (...) na condição de terceiro coloca-se a inventariante do espólio devedor de alimentos: em sendo a paciente mera administradora dos bens do espólio, configura constrangimento ilegal a coação, sob pena de prisão, a adimplir obrigação do referido espólio, quando este não dispõe de rendimento suficiente para tal fim". (Dos Alimentos, 5a Ed., Editora Revista dos Tribunais, pp. 750/751).

No mesmo sentido:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. MENOR EM FACE DO ESPÓLIO DE SEU PAI. REQUERIMENTO DE PRISÃO CIVIL DA INVENTARIANTE COM BASE NO ARTIGO 733 DO CPC IMPOSSIBILIDADE. A prisão administrativa atinge apenas ao devedor de alimentos, segundo o art. 733, § 1º do CPC, e não a terceiros, em função do caráter personalíssimo do dever de prestar alimentos." (AI 641.930.4/3; Ac. 3973903; Indaiatuba; Terceira Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Egidio Giacóia; Julg. 04/08/2009; DJESP 10/09/2009)

"ILEGITIMIDADE PASSIVA. DESCABIMENTO DA DECRETAÇÃO DA PENA DE PRISÃO. O representante do espólio não é parte legítima passiva para responder à ação de execução de

alimentos, já que a obrigação decorre de relação de parentesco do de cujus, constituindo dívida do falecido. Ademais, a pena corporal é intransferível ao espólio, dado seu caráter personalíssimo. Cabível, tão-somente, a reserva de bens no inventário. AGRADO PROVIDO" (Agravado de Instrumento Nº 70002932325, Segunda Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini Bernardi, Julgado em 16/10/2001)

"TJSP: HABEAS CORPUS - Decreto de prisão inventariante de espólio devedor de alimentos - Inadmissibilidade - Mero administrador que não pode ser coagido, sob pena de prisão, a pagar dívida de alimentos (...) - Ordem concedida, facultada a execução da dívida na forma do artigo 732 do Código de Processo Civil." (Habeas Corpus n. 268.029-4/2 - Bebedouro - 10ª Câmara de Direito Privado - Relator: Ruy Camilo - 04.02.03 - V.U.)

Corroborando com esse entendimento o art. 23 da Lei n. 6.515/77, que preceitua que a obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, na forma do art. 1.796 do Código Civil. Assim, a constrição é patrimonial, e se dá nas forças da herança, sendo incabível a coerção física na modalidade de prisão, atrelada ao dever personalíssimo do alimentante.

*Ante o exposto, defiro a liminar postulada a fim suspender a decisão proferida na ação de execução n. 0801859-76.2012.8.12.0005, que havia determinado a intimação da inventariante **Celeide Benites de Lima** para pagar débito alimentar devido à menor E. de O. de L., sob pena de prisão.*

Em que pese a relevância do direito da alimentanda, que não se discute, a medida coercitiva é extrema e não se compatibiliza com as circunstâncias do caso.

Assim, após nova análise do feito, tem-se que a decisão liminar deve ser ratificada, afastando-se a ameaça de prisão civil à inventariante, ora paciente.

Diante do exposto, concede-se a ordem, ratificando-se a decisão liminar, para o fim de obstar a decretação de prisão da paciente face ao descumprimento de dívida alimentar do espólio.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi a seguinte:

POR UNANIMIDADE, CONCEDERAM A ORDEM.

Presidência do Exmo. Sr. Des. Romero Osme Dias Lopes

Relator, o Exmo. Sr. Des. Romero Osme Dias Lopes.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Des. Romero Osme Dias Lopes, Des. Carlos Eduardo Contar e Des. Manoel Mendes Carli.

Campo Grande, 16 de setembro de 2013.

**ANEXO VIII – ACÓRDÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2011.016672-8
(TJRN)**

EMENTA: CONSTITUCIONAL. CIVIL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. INADIMPLEMENTO VOLUNTÁRIO E INESCUSÁVEL DA PRESTAÇÃO POR PARTE DO INVENTARIANTE DO ESPÓLIO DEVEDOR. PRISÃO CIVIL. POSSIBILIDADE. ADMINISTRAÇÃO DO ATIVO E PASSIVO DO ESPÓLIO DE ATRIBUIÇÃO EXCLUSIVA DO INVENTARIANTE. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.991 DO CC. NECESSIDADE DE VIABILIZAR A EFETIVIDADE PROCESSUAL. PREMÊNIA DA GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CREDOR ALIMENTÍCIO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIACÃO ACERCA DA NECESSIDADE DO CREDOR E POSSIBILIDADE DO PRESTADOR EM SEDE DE AÇÃO EXECUTIVA. COMPROVAÇÃO E RECONHECIMENTO DO BINÔMIO EM DEMANDA ADEQUADA E PERTINENTE. EXECUÇÃO QUE NÃO SE PRESTA PARA TAL FIM. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO.

- O instituto da prisão civil, constitucionalmente implementado como instrumento de coação pessoal, pode ser aplicado contra o inventariante, que detém legitimidade para cumprir as obrigações do Espólio, até como forma de conferir-se viabilidade e efetividade à demanda, pois, caso contrário, inexisteriam meios eficazes de forçar o pagamento da prestação alimentar após o óbito do devedor principal.

- Não cabe a apreciação acerca da necessidade de recebimento da pensão alimentícia por parte do credor, tampouco a possibilidade do prestador, em sede de Ação de Execução de Alimentos, vez que tal binômio já foi devidamente comprovado e reconhecido em demanda de conhecimento adequada e pertinente para tal análise.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima identificadas.

Acordam os Desembargadores que integram a 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, em turma, à unanimidade de votos, em consonância parcial com o parecer da 6ª Procuradoria de Justiça, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante deste.

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto pelo Espólio de Maurício de Manincor, neste ato representado pela sua inventariante, Marlene Bezerra Alves de Manincor, em face de decisão interlocutória proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Família – Distrito Judiciário da Zona Sul da Comarca de Natal que, nos autos da Ação de Execução de Alimentos proposta por Emmanuela Oliveira de Manincor, representada por sua genitora, Maria das Graças Silva de Oliveira, decretou, em caráter excepcional, a prisão civil da inventariante, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, em razão do comprovado inadimplemento da pensão alimentícia devida à exequente, cujo valor total, no importe de R\$ 17.450,00 (dezessete mil quatrocentos e cinquenta reais), corresponde aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2010 e de janeiro à outubro de 2011, com vencimento no dia 5 (cinco) de cada mês referido.

Em suas razões, alega o agravante, em síntese, que "*em razão do caráter personalíssimo do dever de prestação alimentícia, é inadmissível a*

propositura da ação de execução de alimentos em face do espólio, bem como a decretação da prisão administrativa da inventariante, visto que a obrigação alimentar atinge, apenas, ao devedor e não a terceiros".

Assevera que "*nenhum dos bens imóveis que compõem o acervo do espólio vem lhe rendendo frutos*"; defende que a agravada percebeu a quantia de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) sem informar tal fato ao Juízo de sucessões, tampouco prestando contas; acrescenta que a agravada recebe mensalmente uma pensão previdenciária deixada pelo *de cujus* no valor de R\$ 1.741,54 (um mil setecentos e quarenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), afastando o caráter de necessidade dos alimentos; colaciona julgados em prol de sua tese e, por fim, pugna pelo conhecimento e provimento da pretensão recursal, a fim de que seja revogado o *decisum* atacado.

Junta os documentos de fls. 14/125.

Entendendo, na ocasião, preenchidos os requisitos hábeis à concessão da tutela de urgente, foi deferido o pedido de efeito suspensivo (fls. 131/133).

Informações devidamente prestadas pelo Juízo prolator do *decisum* atacado (fls. 136/139).

Contrarrazões pugnando pelo improvimento do recurso (fls. 140/144).

A 6ª Procuradoria de Justiça opinou pelo conhecimento e provimento parcial do recurso (fls. 146/152).

É o relatório.

VOTO

Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso.

Cinge-se a análise do presente recurso acerca da presença ou não dos requisitos necessários à decretação da prisão civil da inventariante do

Espólio ora agravante, em razão do comprovado inadimplemento de pensão alimentícia reconhecido nos autos da Ação de Execução de Alimentos.

Pois bem. Compulsando-se os autos, mormente os fundamentos fáticos trazidos pelo agravante e os elementos probatórios juntados pelas partes, com a profundidade inerente ao presente momento e sede processuais, entendo que, por mais que o risco de lesão grave ou de difícil reparação esteja presumidamente evidenciado, considerando-se que a decretação da prisão civil da inventariante enseja na máxima limitação à sua plena liberdade de locomoção, não verifico presente a verossimilhança das alegações, razão pela qual, não poderá prosperar a pretensão recursal.

Isso porque, por mais que a obrigação em arcar com o pagamento mensal da pensão alimentícia seja do devedor principal, no caso presente, do genitor da agravada, com o seu falecimento, não só tal encargo como também todos os demais deveres advindos da administração do Espólio, passaram a ser de exclusiva responsabilidade e atribuição da inventariante, o que justifica sua atual condição de devedora dos alimentos e a consequente possibilidade da prisão civil recair sobre ela em caso de inadimplemento voluntário e inescusável dos alimentos judicialmente arbitrados.

De fato, nos termos do art. 1.991 do CC, "*desde a assinatura do compromisso até a homologação da partilha, a administração da herança será exercida pelo inventariante*", e se esta administração está sendo exercida de forma a obstar o recebimento de uma prestação tão peculiar, relevante e essencial que é aquela de natureza alimentar, forçoso concluir que o instituto da prisão civil, constitucionalmente implementado como instrumento de coação pessoal, deve ser aplicado contra a inventariante, que detém legitimidade para cumprir as obrigações do Espólio, até como forma de conferir-se viabilidade e efetividade à demanda, pois, caso contrário, inexisteriam meios eficazes de forçar o pagamento da prestação alimentar após o óbito do devedor principal, o que não se deve permitir, sob pena de violar frontalmente direitos fundamentais previstos e garantidos pela Carta Magna em favor do credor alimentício.

Registre-se, apenas à título de argumentação, que não cabe a apreciação acerca da necessidade de recebimento da pensão alimentícia por parte do credor, tampouco a possibilidade do prestador, em sede de Ação de Execução de Alimentos, vez que tal binômio já foi devidamente comprovado e reconhecido em demanda de conhecimento adequada e pertinente para tal análise, razão pela qual, indiferente é o fato da agravada perceber pensão previdenciária e importe pecuniário advindo de outras fontes, ou do Espólio ser composto por bens que não rendem frutos, prestando-se a ação executiva, única e exclusivamente, como meio de exigir judicialmente valores devidos e inadimplidos objeto de título executivo.

Frise-se que caso a agravante considere inexistentes os motivos que ensejem a responsabilidade do pagamento de alimentos, seja em razão da impossibilidade em prestá-los, seja em virtude da desnecessidade do credor em recebê-los, que ingresse com a demanda pertinente para tanto, sendo inviável, repita-se, argumentos relativos à tal questão em sede de execução.

Diante de tal conjuntura, revelando-se presentes os requisitos que possibilitam a decretação da prisão civil no caso em comento, correto o provimento proferido pelo Magistrado *a quo*.

Face ao exposto, em harmonia parcial com o parecer da 6ª Procuradoria de Justiça, conheço e nego provimento ao recurso.

É como voto.

Natal, 03 de abril de 2012.

Desembargado ADERSON SILVINO
Presidente

Desembargador JOÃO REBOUÇAS
Relator

Doutora VALDIRA CÂMARA TORRES PINHEIRO COSTA
19º Procurador de Justiça

ANEXO IX – ACÓRDÃO NO HABEAS CORPUS Nº 256793/RN (STJ)**EMENTA**

HABEAS CORPUS. DIREITO DE FAMÍLIA. ALIMENTOS. EXECUÇÃO. ESPÓLIO. RITO DO ART. 733 DO CPC. DESCUMPRIMENTO. PRISÃO CIVIL DO INVENTARIANTE. IMPOSSIBILIDADE.

1. Malgrado a divergência doutrinária e jurisprudencial sobre o alcance da alteração sobre o tema no âmbito do Código Civil de 2002, e apesar de sua natureza personalíssima, o fato é que previu o novo Código que "a obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor" (art. 1.700), não podendo a massa inventariada nem os herdeiros, contudo, responder por valores superiores à força da herança, haja vista ser a dívida oriunda de obrigação pretérita do morto e não originária daqueles (arts. 1.792 e 1.997 e En. 343 do CJF).

2. Nessa ordem de ideias, e seja qual for a conclusão quanto a transmissibilidade ou não da obrigação alimentar, não parece possível a decretação de prisão civil do inventariante do Espólio, haja vista que a restrição da liberdade constitui sanção também de natureza personalíssima e que não pode recair sobre terceiro, estranho ao dever de alimentar, como sói acontecer com o inventariante, representante legal e administrador da massa hereditária.

3. De fato, "a prisão administrativa atinge, apenas, ao devedor de alimentos, segundo o art. 733, § 1º, do CPC, e não a terceiros" e em sendo o inventariante um terceiro na relação entre exequente e executado - ao espólio é que foi transmitida a obrigação de prestar alimentos (haja vista o seu caráter personalíssimo) - "configura constrangimento ilegal a coação, sob pena de prisão, a adimplir obrigação do referido espólio, quando este não dispõe de rendimento suficiente para tal fim" (CAHALI, Yussef Said. *Dos alimentos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 750-751).

4. Na hipótese, a verba alimentar foi estabelecida com base nas necessidades do alimentando e nas extintas possibilidades do alimentante, falecido, e não em virtude das forças da herança, não se sabendo, ao certo, se o monte-mor tem quantias em dinheiro ou rendimentos pecuniários para a manutenção dos mesmos patamares. Além disso, há uma nova situação pessoal do alimentado, que pode ter sofrido grande alteração em decorrência de sua participação na própria herança, ficando alterados o binômio necessidade/possibilidade - que deve nortear o pagamento de alimentos.

5. Há considerar, ainda, que o próprio herdeiro pode requerer pessoalmente ao juízo, durante o processamento do inventário, a

antecipação de recursos para a sua subsistência, podendo o magistrado conferir eventual adiantamento de quinhão necessário à sua manutenção, dando assim efetividade ao direito material da parte pelos meios processuais cabíveis, sem que se ofenda, para tanto, um dos direitos fundamentais do ser humano, a sua liberdade; ademais, caso necessário, pode o juízo destituir o inventariante pelo descumprimento de seu *munus*.

6. Não se pode deixar de levar em conta - o que é incontroverso nos autos - que o alimentado goza de pensão previdenciária, além de ter recebido, no curso do inventário, crédito de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) decorrente de reclamação trabalhista proposta pelo espólio e que não foi devidamente habilitado na massa hereditária (motivo que ensejou a destituição da herdeira Emmanuela da inventariança); o que, por si só, poderia ensejar a exoneração ou redução da obrigação alimentar.

7. Ordem de *habeas corpus* concedida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da QUARTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça acordam, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conceder a ordem de "habeas corpus", para revogar o decreto de prisão civil expedido, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo (Presidente), Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2013 (Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator